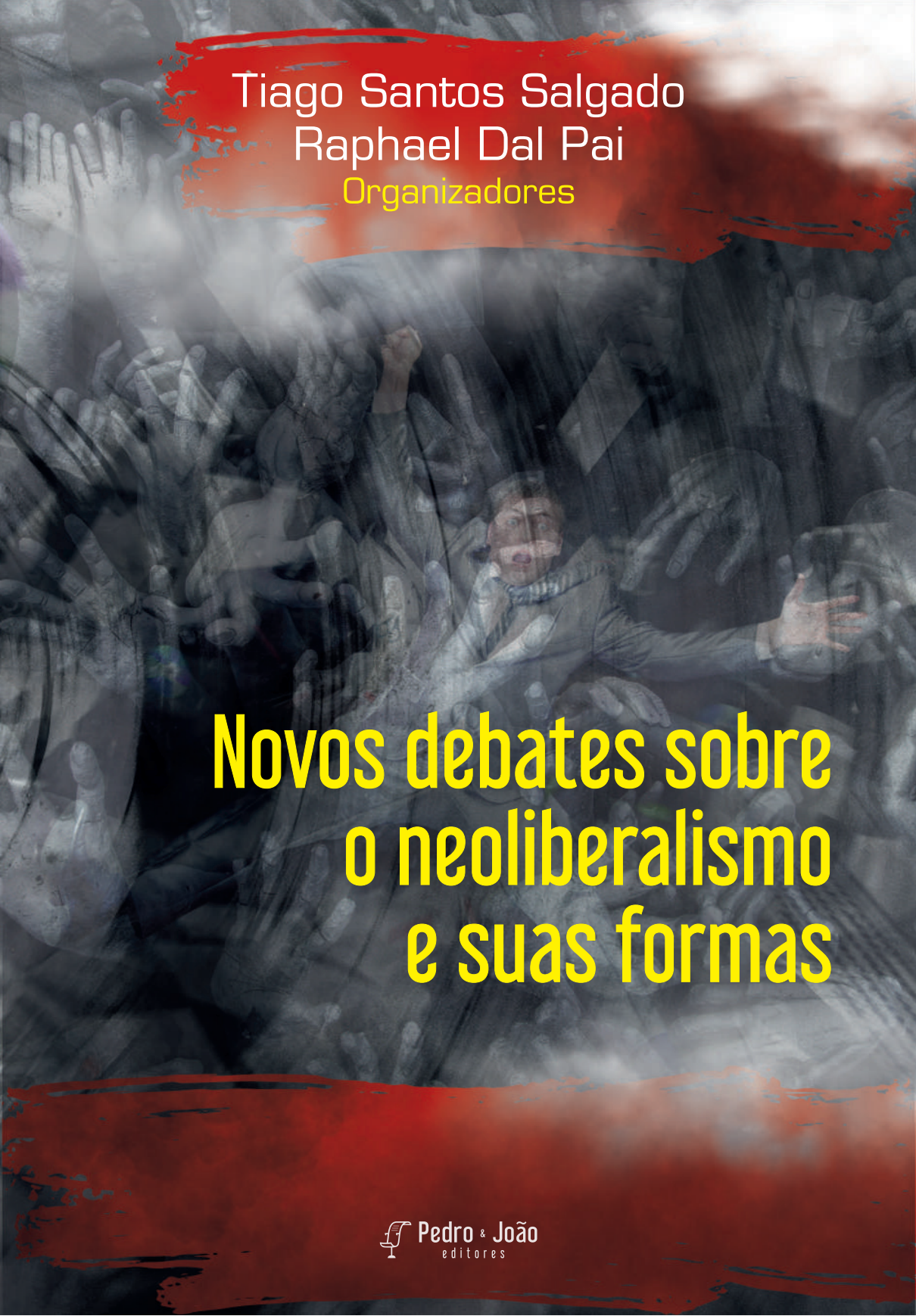
Tiago Santos Salgado
Raphael Dal Pai
Organizadores



Novos debates sobre o neoliberalismo e suas formas

Pedro & João editores

Novos debates sobre o neoliberalismo e suas formas

Pedro & João
editores

Tiago Santos Salgado
Raphael Dal Pai
(Organizadores)

Novos debates sobre o neoliberalismo e suas formas

Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Tiago Santos Salgado; Raphael Dal Pai [Orgs.]

Novos debates sobre o neoliberalismo e suas formas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 180p. 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-265-1781-9 [Digital]

1. Democracia. 2. Neoliberalismo. 3. Capitalismo. 4. Fascismo. I. Título.

CDD – 370

Capa: Marcos Della Porta
Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828
Diagramação: Diany Akiko Lee
Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:
Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).

Pedro & João Editores
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 – São Carlos – SP
2025

Agradecimentos

Agradecimento ao Departamento de História da Unioeste por ter tornado a publicação da obra possível e aos professores convidados que se dispuseram a participar do curso.

Sumário

Introdução **9**
Tiago Santos Salgado
Raphael Almeida Dal Pai

As contradições do neoliberalismo como expressão do capitalismo na contemporaneidade **23**
Tiago Santos Salgado

Elementos para uma definição do neoliberalismo **51**
Mariano Luis Sánchez

Neoliberalismo escolar e as competências socioemocionais: produção do "empreendedor de si" **71**
Giuliana Volfzon Mordente

The modes of individuation in contemporary capitalism **97**
Felipe Ziotti Narita
Jeremiah Morelock

"Não há nada de livre mercado na idéia de que cada um tem o direito de ter um imóvel": a grande recessão sob a ótica libertarianista **115**
Raphael dal Pai

A crise da globalização neoliberal: do crash financeiro de 2008 à nova dinâmica do capitalismo **159**
Iuri Tonelo

Introdução

A obra em questão é o resultado do curso Pensamento Crítico acerca da sociedade neoliberal, ministrado de forma remota durante o primeiro semestre de 2024 e foi promovido pelo grupo de pesquisa História e Poder vinculado ao Departamento de História da Unioeste e foi coordenado pela professora Carla Luciana e organizado pelos professores Tiago Santos Salgado e Raphael Dal Pai.

O objetivo do curso foi promover a discussão acerca do neoliberalismo além de seus aspectos teóricos, buscando relaciona-lo com as contradições materiais que se manifestam tanto no campo político com o avanço da extrema direita no mundo e, em especial no Brasil, mas também na agudização das relações entre Capital e Trabalho que resulta no aumento da precarização das condições de trabalho e na individualização cada vez maior das formas de sociabilização.

Para tanto, diversos especialistas foram convidados para ministrar as aulas que foram resumidas na forma de artigos que compõem a obra. Em virtude do grande alcance do curso e da variedade de temas e perspectivas teóricas que foram trabalhadas, buscamos manter a mesma sequência das aulas na organização dos capítulos.

Importante frisar, também, que alguns dos textos aqui compilados não são necessariamente transcrições *ipsis literis* das aulas ministradas no curso, mas escritos que de certa forma dão continuidade e procuram aprofundar os assuntos levantados pelos seus autores. São estes os casos dos artigos dos professores Mariano Luiz Sanchéz e Raphael Almeida Dal Pai.

Dessa forma, o primeiro capítulo intitulado As contradições do neoliberalismo como expressão do capitalismo na contemporaneidade, de Tiago Santos Salgado, que abriu o curso busca fazer uma retrospectiva crítica acerca do neoliberalismo e suas

contradições, demonstrando o neoliberalismo ganha corpo teórico no início das décadas de 1920 e 1930 com a realização do Congresso Walter Lippmann e da Sociedade Mont Pélerin, em que intelectuais buscavam recuperar as ideias liberais de livre-mercado contra a instauração do Estado de bem-estar social nos EUA e na Europa. Nesse sentido, os neoliberais passaram a identificar qualquer interferência do Estado na gestão de políticas públicas de caráter social como uma expressão do totalitarismo ou do socialismo.

Nomes como Milton Friedman, Hayek e Mises vão buscar, portanto, construir uma nova ordem social baseada na "liberdade do indivíduo" que se relaciona diretamente com as liberdades do mercado. Como laboratório para as experiências neoliberais foi utilizado o Chile durante a ditadura liderada por Augusto Pinochet.

Portanto, o neoliberalismo não pode ser assumido como uma situação histórica em que o Estado é mínimo, mas pelo contrário, no neoliberalismo o Estado assume funções máximas como garantidor dos interesses do Capital e do mercado em contrapartida aos interesses da classe trabalhadora.

Assim, o Estado deve construir as condições para a regulação do mercado através de políticas de austeridade e da repressão contra movimentos sociais como forma de tentar retomar as taxas de lucro abaladas após as crises dos anos de 1970 e 1980. É nessa conjuntura que Dardot e Laval (2017) indicam a construção de uma "nova razão" de mundo neoliberal, em que o Estado deve ser despolitizado para que as políticas públicas sejam assumidas por aspectos de gestão empresarial e privada.

A partir da segunda metade do século XXI vai se desenhando uma associação entre movimentos de extrema-direita e o neoliberalismo, em particular na periferia do capitalismo, como no Brasil e na Argentina, por exemplo. Tal aproximação se concretiza através de uma base social conservadora que mobiliza aspectos morais e a defesa de valores tradicionais, como a família, a pátria e a propriedade. Dessa forma, em momentos de crise intensa do capitalismo o neoliberalismo pode assumir uma forma política de

caráter fascista, como forma de disciplinar a classe trabalhadora e garantir as formas de reprodução do capital.

O segundo capítulo, intitulado" Elementos para uma definição do neoliberalismo", de autoria do professor Mariano Sánchez, busca resgatar a dimensão histórica do neoliberalismo como política pública e estratégia de um Estado capitalista, chamando a atenção para a diferença entre o neoliberalismo enquanto um conjunto de doutrinas e o neoliberalismo enquanto política de Estado.

Nesse sentido, o autor busca responder a seguinte pergunta: Porque nos anos de 1980 Tatcher e Regan chegam ao poder e o neoliberalismo se coloca como uma política de Estado? Pois nos anos de 1970 o capitalismo enfrenta uma crise estrutural e que o neoliberalismo se apresenta como uma estratégia de saída dessa crise.

O esgotamento das políticas keynesianas e o estímulo a demanda já não estava promovendo o crescimento econômico. Empresariado não investia e aumentava a inflação, juntamente com a crise do petróleo. Tudo isso cria uma grave crise que gera estagflação e aumento do desemprego. Ao mesmo tempo, se apresenta uma crise política dos EUA enquanto centro da economia mundial após a derrota da guerra no Vietnã, a Revolução no Irã e a entrada do exército vermelho no Afeganistão.

Frente a tais crises, nos anos 1980 os EUA tentam reestruturar sua hegemonia em âmbito mundial utilizando o neoliberalismo como estratégia de uma recomposição de um projeto hegemônico através de um projeto neoconservador que vigora até os dias de hoje. Neoliberalismo é o braço econômico do projeto de reconfiguração hegemônica chamado neoconservadorismo. Uma contrarrevolução conservadora.

Na América Latina o neoliberalismo chega na América Latina no final dos anos de 1980, com a crise do modelo desenvolvimentista e populista. Reforma do Estado, ou seja, uma "redução do Estado" através da privatização e da abertura do mercado e de ajuste fiscal permanente. Desregulamentação do mercado de trabalho.

Durante os anos de 1990 a globalização é a primeira mutação do neoliberalismo dos anos de 1980 para os anos de 1990 através de um processo crescente de financeirização da acumulação. O descolamento de plantas industriais buscando regiões com melhores condições de flexibilização do mercado de trabalho, caracterizando a acumulação flexível – passagem do capitalismo fordista para o capitalismo toyotista.

Nesse movimento, o neoliberalismo reduziu a América Latina a plataformas de valorização financeiras, transição da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro com consequência do aumento do desemprego.

Após o atentado de 2001 nos EUA se inicia um período de guerra permanente contra o terrorismo. Neoliberalismo não consegue recuperar as taxas de lucro, portanto, as guerras a partir de 2001 é uma nova estratégia do capitalismo que radicaliza o neoliberalismo e investe em ações militares como forma de gestar os interesses do capital. Neoliberalismo não é aquilo que os ideólogos escreveram, mas sim como tais ideias se efetivaram como política pública.

O Esgotamento do processo de financeirização e início de uma crise orgânica do capital a partir de 2008. Como o neoliberalismo não consegue fazer a gestão dos interesses capitalistas e recuperar as taxas de lucro, o neoliberalismo passa a intensificar as medidas ideológicas de controle psicológico dos trabalhadores para intensificar as formas de exploração da força de trabalho.

O fracasso do neoliberalismo em retomar as taxas de lucros levou a um aumento da militarização e do avanço de forças de caráter autoritárias de características fascistas. O modelo social de governança neoliberal produziu uma grande marginalização social que se relaciona com o avanço de forças neofascistas, pois o neoliberalismo é incapaz de gestar tal organização social.

Fascismo é a tentativa capitalista de administrar a massa de excluídos pelas políticas neoliberais através do genocídio e do extermínio, através de desenvolvimentos tecnológicos que visam o controle populacional e o controle social. Imposição de um

capitalismo que se afasta do aspectos civilizatório e se coloca em sua forma mais bárbara.

Já o terceiro capítulo, intitulado "Neoliberalismo escolar e as competências socioemocionais: produção do 'empreendedor de si', da professora Giuliana Volfzon Mordente debate a "educação inovadora ou neoliberalismo escolar" –, chamando a atenção para o fato de o neoliberalismo ser um fenômeno complexo que vai além do campo econômico, se configurando como um modo de subjetivação.

Para a autora, o fenômeno do neoliberalismo escolar, que está presente tanto no ensino público como privado. No neoliberalismo escolar, as escolas são empresas, os estudantes são clientes e os professores são prestadores de serviços. Escolas são controladas pelo interesse privado mas possuem uma fachada de inovação e modernização. Modelo da empresa privada passa a ser a referência da escola e do ensino. Educação é tratada como mercadoria.

Durante os anos de 1990-2000 a expansão dos direitos sociais, as "parcerias público-privadas" e a ideia de "responsabilidade social" marcam a inserção do neoliberalismo no Brasil, sendo que o setor privado passa a assumir papéis que eram controlados pelo Estado, entendido como corrupto e ineficaz. Problema da educação é de gestão, sendo necessário tornar a Educação em um espaço disponível para a exploração da iniciativa privada.

Nos anos 2000-2010 a crise de 2008 e a abertura do mercado educacional brasileiro é marcada pela formação de grupos empresariais voltados para a educação, primeiro na superior e posteriormente no ensino básico, demonstrando um projeto de privatização que se radicaliza com a indução de um *ethos* marcado pela educação voltada para o lucro direto e controle ideológico, moral e subjetivo da educação. O empresariado atua pelo Estado, ou seja, possuem inserção dentro de posições políticas através da "formação" de lideranças vinculadas à instituições patronais.

O controle ideológico da escola marcado pela naturalização dos valores empresariais, defende que uma escola de excelência estaria alinhada com a gestão empresarial, o que configura uma

mercantilização da educação, em que se torna uma mercadoria através de atuação no mercado de venda de apostilas, livros didáticos, métodos de ensino a distância, formação docente, avaliação em larga escala, assessoria na gestão escolar, consultoria.

Tudo isso diminui a autonomia docente, uma vez que o empresariado busca controlar o trabalho e a própria formação docente, uma vez que as apostilas estariam "diminuindo o trabalho" dos professores, já que apresentam atividades prontas. Assim, acontece uma alienação do trabalho docente, uma vez que o professor passa a ser apenas um executor de tarefas.

O formato defendido pelos conglomerados da Educação é de uma metodologia aparentemente "progressista", mas que atende às demandas do Capital e cumprem a mesma função de manutenção da estrutura capitalista. A Escola passa a emular o "escritório google" e não mais a fábrica, no entanto, as formas de exploração são mantidas, ou até mesmo intensificadas com o objetivo de criar o "Empreendedor, empresário de si" – produção do sujeito neoli-beral, ou seja, de um trabalhador uberizado e precarizado, acei-tando as formas de exploração sem questionamento, uma vez que "competências" como resiliência e flexibilidade passam a ser dese-jadas pela própria classe trabalhadora. Transfere para o indivíduo os sucessos e os fracassos, silenciando as estruturas sociais e produtivas que geram as desigualdades e as violências.

O quarto capítulo, de autoria dos professores Felipe Ziotti Narita e Jeremiah Morelock sob o título "The modes of individuation in contemporary capitalism"pesquisa a correlação entre dois processos conjunturais entre os anos de 1980 e 2010. Primeiro uma reestrutu-ração econômica após a Guerra Fria e o digital turn (redes, compu-tadores, celulares), ou seja, uma nova estrutura econômica socio-técnica em que a sociabilidade depende dos meios técnicos (digi-tais).

As Mudanças socioeconômicas pós 1945 e o sistema de Bretton Woods que determina o regime de câmbio fixo e o nascimento do Ban-co Mundial e do FMI, criando assim uma nova ordem

mundial, em que as condições do desenvolvimento eram garantidas pelo mercado regulado por intervenção dos governos, em particular em infraes-trutura e a estabilização das estruturas para o funcionamento do mercado e da regulação dos interesses de classe através da forma-lização da relação entre capital e trabalho.

A partir dos anos de 1970 essa estrutura sofre mudanças profundas, em particular o fim do regime de câmbio fixo e os ataques especulativos. Também é possível apontar a derrubada das restrições da mobilidade financeira entre países e o avanço da informática e a inserção de novos núcleos de acumulação.

Na periferia do capitalismo acontecem graves crises fiscais nos anos de 1980, em particular na América Latina e a introjeção de uma lógica de mercado no público (neoliberalismo). Essas transformações acarretam uma nova infraestrutura tecno-lógica que acarreta um aumento da importância dos sistemas de en-sino, entendidos como ativos de produtos primários para conheci-mento e com a inovação e a ciência como novas fronteiras de acumu-lação.

As cadeias produtivas e a desterritorialização da produção assim como a internet e o novo regime de informacional e novos mo-dos de socialização, que acarreta um giro sociotécnico, ou seja, a tecnologia mediada por relações sociais específicas que são media-das por tecnologias e redes sociais.

Nesse sentido, os autores discutem como se configura um processo de acumulação nucleado na infraestrutura para uma acumulação nucleado em siste-mas de informação, em que se altera a mudança na natureza do capi-tal para o capital humano, entendido como um conceito desenvolvido por economistas, em particular Gary Becker da Universidade de Chi-cago e por Theodore Schultz, em que os "indivíduos se tornam capi-talistas não apenas pela propriedade, mas pela incorporação de co-nhecimentos com fins econômicos", em que a capacidade produtiva é alocada em conhecimento para a reprodução do mercado de trabalho.

O objetivo desse "giro sociotécnico" busca a otimização produtiva através de modelos que buscavam explicar o comportamento

humano entendendo o indivíduo como um ente que necessita ser ren-tável, ou seja, a necessidade de um investimento privado baseado no aprimoramento de si (educação, competência, etc).

A teoria do capital humano busca compreender como o capital é incorporado ao individuo (razão econômica expandida para a subje-tividade, ou seja, o indivíduo engajado em sua autovalorização) através de uma racionalidade de mercado. Tais características apresentam dois desdobramentos: o primeiro a precarização do pú-blico e o segundo a questão da subjetividade em que o indivíduo passa a se entender como um empreendedor de si.

O indivíduo que otimiza a vida, como se não tivesse alternativa fora das ordens de coisas que se estruturava. Não existem alternativas viáveis a expansão das relações de mercado, dessa forma é necessário que cada indivíduo busque investir em suas próprias competências, se tornando um empreendedor de si. As relações soci-ais se inserem em um "mundo administrado" em que o indivíduo se insere em uma lógica de mercado que visa desenvolver mecanismos administrativos em que as contradições são esvaziadas como tópicos de gestão.

A razão fica confinada ao cumprimento de tarefas, esvaziando as capacidades emancipadoras da modernidade, que se relaciona como as características da modernidade desde o século XVIII.

Emergência da "sociedade da selfie", que é um modo particular de individuação no capitalismo globalizado, em que o indivíduo é um polo produtivo de uma rede global como trabalho, relações in-terpessoais e etc. Resgate de Foucault em seus escritos dos anos de 1980 e da hermenêutica do sujeito. Como acontece o processo de subjetivação, ou seja, como o indivíduo se interpreta como sujei-to, em que a produção não é apenas geração de valor em bens mate-riais. Trabalho sobre si se torna produção de impressões e víncu-los sociais, em que likes, compartilhamento, seguidores, visuali-zações são traduzidos como reconhecimento.

Dimensão produtiva da subjetividade em que existem novos cir-cuitos de valor mediados por algoritmos, dados, propagandas em que existe uma dimensão produtiva da subjetividade pois exige

a exibi-ção, a grande noção burguesa da modernidade do século XVIII e XIX que remonta às feiras tecnológicas, a ciência, ganhando uma dimen-são espetacular (Debord), ou seja, a própria vida se torna produ-tiva.

Gestão das impressões individuais e a necessidade de branding pessoal e orientar as relações para o marketing, em que os sujei-tos se veem como objetos a serem promovidos. Ness sentido, as so-ciedades de mercado constroem uma lógica competitiva que é o vetor de individuação.

A orientação de mercado que marca essa nova forma de individuação se traduz no "outro generalizado" (George Mead), ou seja, as relações performáticas em que somos afetados por uma rapsódia de estímulos. Uma nova condição de "massificação" de públicos di-fusos e de fragmentação da esfera pública que se traduz em quebra de expectavas normativas, inclusive na legitimação democrática.

Transformações implicam uma dupla torção ideológica, uma vez que existe o fim da ideologia de que internet seria uma "ágora di-gital", já que se manifesta como um espaço de discurso de ódio e extremismo, ou seja, acontece uma fratura no projeto de emancipa-ção das redes.

Uma outra transformação é o fim da "pós-política" e o retorno às grandes narrativas que se traduz na hiperpolitização da vida (Anton Jagger). As crises e instabilidade e o acirramento dos nacionalismo, das guerras, do aumento da desigualdade e da retradicionalização da política e da vida público que retoma uma gramática do tradicionalismo (Dustin Byrd).

Acontece uma retomada das ideologias ("retorno da história") que indicam os problemas das teorias da superficialidade da vida pós-moderna e do fim da história.

Horizontes da individuação na sociedade administrada não se trata de assumir a socialização face-a-face como normativa, nem de esposar teorias da dominação tecnológica. A teoria crítica da sociedade deve considerar o giro sociotécnico e as condições da sociabilidade, que carrega novas formas de controle, vigilância e

também oportunidades de resistências, ou seja, a existência de uma dialética da sociedade da selfie.

O quinto capítulo, do professor Raphael dal Pai, intitulado "Não há nada de livre mercado na idéia de que cada um tem o direito de ter um imóvel: a grande recessão sob a ótica libertarianista" investiga como ideia tidas como "anarco-capitalistas" se efetivam através de seus ideólogos.

Segundo Mises, um dos grandes nomes do libertarianismo, o capitalismo é melhor para os trabalhadores do que outras formas de exploração, que são consideradas como formas de servidão. Dessa forma, as críticas ao capitalismo não foram elaboradas pelos trabalhadores, mas sim pela aristocracia que defendiam a manutenção das formas de servidão feudal. Mises, dessa forma, indica que os historiadores do capitalismo mentiram sobre a história do próprio sistema capitalista, dessa forma, os neoliberais podem se apresentar como os portadores da "verdade histórica".

O liberatarianismo baseia-se na crença de que todo serviço oferecido pelo Estado pode ser realizado pela iniciativa privada com menos custos e mais eficiência; ine-xistência de "bens públicos"; inexistência de direitos para além do chamado "pacto de não-agressão"; sociedade regida apenas por "contratados voluntários" de trocas entre indivíduos; "fim do Es-tado" estrito e a criação de uma espécie de "Estado Privado", to-talmente blindado contra a "vontade geral". O libertarianismo se-ria uma versão radicalizada do neoliberalismo.

Mises foi o primeiro a realizar uma sistematização do que vai ser conhecido como Neoliberalismo ("liberalismo: segundo a tradição clássica – 1923) e apresenta uma defesa do fascismo enquanto uma forma de barrar o avanço socialista e comunista. Para Mises o liberalismo ainda fazia parte dos princípios fascistas e que esse elemento serviria para moderar a violência fascista. O que distingue a tática política fascista do liberal não é uma diferença de opinião relativa à necessidade de usar a fora armada para resistir a ataques armados, mas uma diferença na consideração do fundamento do papel da violência na luta pelo Estado.

Mises vai se tornando mais popular na atualidade pois condiz com as necessidades atuais da intensificação do neoliberalismo, em particular uma tentativa de afastar o neoliberalismo do autoritarismo e da violência da experiência chilena. Na conjuntura pós II Guerra a aproximação de Mises com o fascismo deixava seu discurso muito radicalizado. No entanto, na atualidade, a "memória" acerca do fascismo já permite que o discurso radicalizado de Mises pode ocupar um lugar de protagonismo na produção do pensamento neolibe-ral.

Murray N Rothbard escreve o "Manifesto libertário" em 1978, período conturbado nos EUA em função da Guerra no Vietnã e do au-mento de movimentos sociais. O libertarianismo nasce a partir deu uma divisão dentro do Partido Republicano. Pensamento sobre o ca-pitalismo em que o anarco-capitalismo conseguisse adaptar seu dis-curso para conseguir mais acesso aos jovens, uma vez que se coloca como contra a ordem.

Por outro lado, atualmente os libertarianistas também se aproximam do pensamento conservador, o que se expressa em uma sé-rie de cismas dentro do movimento libertarianista, sendo que mui-tos passam a participar da lógica política tradicional através de candidaturas e da formação de partidos, como o Partido Novo, por exemplo.

Instituto Mises Brasil passa a atuar na área de formação, inclusive com a promoção de cursos e clubes para liberais e "empreendedores" com a formação de um aparelho de "Ação doutrinária" e "Ação prática" como forma de atualização da hegemonia burguesa no Bra-sil. Durante o governo Bolsonaro o Instituto Mises estendeu suas ações para dentro do Estado.

Por fim, o sexto capítulo, de autoria do professor Iuri Tonello e intitulado "A crise da globalização neoliberal: do crash financeiro de 2008 à nova dinâmica do capitalismo" enfatiza os elementos de crise da globalização neoliberal e do próprio neoliberalismo, em que o neoliberalismo é entendido como um fenômeno histórico através de compreensão sua compreensão enquanto uma forma

teórica que não seja apenas associado ao capitalismo enquanto forma geral, mas sim em suas especificidades.

Nesse sentido, o momento atual de grande transformação histórica, uma vez que a globalização neoliberal e o neoliberalismo vem sendo questionada em particular pela extrema-direita tanto do ponto de vista geopo-lítico, quanto econômico, indica as contradições em que o mundo do trabalho se encontra em um momento de crise, o que também abre possibilidades de produção de formas alternativas de sociabilidade.

O neoliberalismo e a mundialização do capital apresentam como características um processo de hiperfinanceirização e uma ofensiva do capital contra o mundo do trabalho através da reestruturação produtiva, políticas fiscais e monetárias e o imperialismo e da dívida públi-ca. Tudo isso através de uma base ideológica baseada no "fim da história".

A acumulação flexível e a capacidade de descentralizar os parques fabris em busca de maior retorno e do aumento das taxas de lucro. (DAVID HARVEY). Essa característica marcou os anos de 1990 e 2000. No entanto, a ofensiva do capital contra o trabalho gera uma reação, que se manifesta com o aumento das resistências no mundo do trabalho já nos anos de 1990, como a crise asiática em 1997, a crise da Rússia, a bolha da internet, o avanço dos movi-mentos de esquerda na América Latina e a bolha imobiliária nos EUA.

A crise de 2008 marca a crise desse ordenamento neoliberal, que passa a ser questionado internacionalmente. A crise é o pano de fundo para uma série de políticas de austeridade e de intensificação do neoliberalismo, que, no entanto, não consegue resolver as contradições capitalistas e o acirramento das contradições en-tre capital e trabalho.

A grande recessão indica o estancamento secular e a crise dos países emergentes, ao mesmo tempo que a economia chinesa passa a crescer a índices acelerados. Tudo isso marcado pela emergência de Trump nos EUA e a mudança da estratégia norte-americana. O fato de os efeitos da crise serem compensados com o aumento da exploração do trabalho resultou em uma instabilidade política, o

que gera um desequilíbrio histórico geopolítico que era baseado no fato de que boa parte da produção era produzido no mercado chines, ou seja, a China era um país atrasado economicamente e os EUA o grande consu-midor.

Na recessão esse equilíbrio é afetado a partir de 2012, pois a China muda seu curso histórico, invertendo sua própria economia, voltando para seu mercado interno e para produção tecnológica. Es-sa mudança acaba com o equilíbrio que existia entre EUA e China e passa a ser uma fonte de tensão entre os dois países. O foco geo-político dos EUA deixa de ser o Oriente Médio e o terrorismo, as-sim como a disputa pelo petróleo, e passa a ser a disputa comerci-al com a China.

O discurso dos EUA de que é necessário abrir os mercados muda em função da concorrência da China e da Rússia, o que abre espaço para uma tensão que se manifesta em um aumento da corrida armamen-tista. É nesse contexto de crise que surge o fenômeno Trump que defende uma política protecionista e de colocar fim a política de acumulação flexível, uma vez que o discurso passa a propor o re-torno dos parques fabris para os EUA, assim como a busca do retor-no dos empregos para os EUA.

A nova reestruturação produtiva e as promessas da quarta re-volução industrial e o fato de que atualmente o mundo conta com a maior classe trabalhadora de todos os tempos. Dessa forma, as pro-messas de que o a revolução científica vai "acabar com o trabalho" são formas de propaganda.

Tais transformações políticas, geopolíticas e políticas re-sultam em uma reestruturação produtiva através de reformas traba-lhistas, a economia de compartilhamento, a indústria 4.0 e a ges-tão algorítmica, a uberização e plataformização do trabalho e a amazonificação do trabalho como forma de compensar as perdas de-correntes da crise de 2008.

As soluções de todas essas transformações decorrentes da cri-se da globalização neoliberal se apresentam pela direita, ou seja, através de militarismo, autoritarismo, protecionismo, xenofobia e etc. No entanto, como a história se faz dentro da correlação de

forças sociais existem possibilidades para que novas formas de sociabilidade sejam propostas.

O conjunto de artigos busca, através de diferentes perspectivas teóricas e analíticas, oferecer aos interessados e, principalmente, à classe trabalhadora sujeita aos ditames neoliberais, ferramentas para melhor compreender as relações entre o Capital e o Trabalho e a correlação de forças sociais, para que tal compreensão da realidade possa se transformar em organização para que o uma nova forma de socialização possa ser pensada conseguindo assim superar a lógica reformista social-democrata. Isto é, superar não apenas o neoliberalismo, mas também as formas de exploração capitalistas.

Por fim, desejamos uma excelente leitura e reflexão!

Prof. Dr. Tiago Santos Salgado
Prof. Dr. Raphael Almeida Dal Pai
Janeiro de 2025.

As contradições do neoliberalismo como expressão do capitalismo na contemporaneidade

Tiago Santos Salgado[1]

Introdução

O neoliberalismo passou a fazer parte do vocabulário político e econômico com maior intensidade após as diversas crises capitalistas nos anos de 1970. Nesse contexto, a crise de acumulação foi entendida como uma manifestação dos gastos desenfreados do Estado de bem-estar social e/ou das agitações de movimentos sociais, que reivindicavam melhores condições de trabalho e mais direitos de cidadania, como no caso dos movimentos negros e de mulheres, por exemplo.

Nesse sentido, após a Segunda Guerra, os mecanismos de gestão das sociedades capitalistas nos países centrais passaram a sofrer forte oposição de forças de mercado, que buscavam recuperar suas margens de lucro através do discurso neoliberal, o qual passou a ser parte da agenda política pública com o Consenso de Washington no final da década de 1980.

A partir desse momento, ideias de austeridade e o desmanche de mecanismos de distribuição de renda e de proteção social passaram a ser utilizados como mote principal de diversos Estados Nacionais ao mesmo tempo em que a atuação de movimentos sociais e de sindicatos passou a ser vista como inimiga da racionalidade e da gestão empresarial neoliberal, entendidas como formas eficazes de operação. Os neoliberais propunham uma pesada agenda privatista, argumentando que a iniciativa privada possui predicados de excelência e efetividade mais adequados que

[1] Doutor em História pela PUC-SP e pós-doutor pela Unioeste.

o serviço público, pois apresenta incentivos para que a prestação de serviços corresponda a uma lógica de efetividade e qualidade.

Como é de se esperar, o neoliberalismo se manifesta de formas diversas, a depender da concretude histórica em que é aplicado. Seu primeiro laboratório foi a ditadura chilena de Augusto Pinochet, posteriormente, foi aplicado na Inglaterra de Margareth Tatcher e nos EUA de Reagan. Dessa forma, é possível perceber a elasticidade política do neoliberalismo, que se adequa tanto à regimes ditatoriais como a democracias liberais.

Assim, enquanto nos países de capitalismo central, em particular na Europa Ocidental, as práticas neoliberais encontraram resistências no desmanche do Estado de bem-estar (apesar de terem avançado nessa direção em praticamente todos os países), na periferia do capitalismo, o neoliberalismo avançou de forma mais acelerada.

Na América Latina, que, no final dos anos de 1970 e 1980, passava por processos de redemocratização após as ditaduras militares na região, o neoliberalismo começou a nortear as políticas econômicas. Brasil, Argentina e Venezuela avançaram as privatizações e a diminuição da capacidade de investimento público em áreas sociais, o que resultou em empobrecimento e no aumento da exploração do trabalho frente às demandas do capital.

Nesse contexto, houve uma reação das forças sociais contra o neoliberalismo na América Latina a partir do final dos anos de 1990, culminando na chegada ao poder de forças políticas de esquerda. No Brasil, o governo Lula venceu as eleições em 2002, assim como Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, os Kirchners na Argentina e Fernando Lugo no Paraguai indicavam um movimento, ainda que marcado por intensas contradições, de reação ao neoliberalismo.

Tais contradições e limites se expressaram com a retomada de políticas neoliberais ainda mais radicais a partir dos anos de 2010, quando o neoliberalismo passou a ser conjugado com uma retórica e uma prática buscando combinar a defesa do livre mercado com valores autoritários, violentos e conservadores. É sobre esse

fenômeno que o presente texto procura refletir, sobre os caminhos e descaminhos do neoliberalismo e, principalmente, acerca das ameaças não apenas à democracia, mas às próprias condições objetivas de sobrevivência da classe trabalhadora.

Tais perigos são reais, como se pôde observar na gestão neoliberal da pandemia da Covid-19, especialmente quando as formas de imaginação e organização antineoliberais e, sobretudo, anticapitalistas se encontram em muitos sentidos interditadas até mesmo para a discussão. Assim, podemos perguntar: Quais são as consequências dessa conjuntura histórica? O neoliberalismo pode engendrar regimes autoritários? Qual natureza esses regimes autoritários podem assumir? O fascismo é uma possibilidade?

Neoliberalismo: a história de um conceito

A gênese do pensamento neoliberal não pode ser encontrada na década de 1970, quando passou a ser a principal norteadora das políticas públicas em grande parte dos países ocidentais, mas sim na década de 1930, quando uma série de pensadores e ideólogos começaram a pensar e desenvolver teorias críticas às políticas keynesianas no EUA. Dessa forma, o Simpósio Walter Lippmann, em 1938, e a criação da Sociedade Mont-Pélerin, em 1947 – da qual participaram nomes como Frederich Hayek, Jacques Rueff, Raymond Aron e Willhem Ropke – podem ser considerados momentos decisivos para o nascimento do neoliberalismo enquanto ideologia.

A princípio, os neoliberais buscavam resgatar a natureza liberal do livre mercado que estava em grave crise, em função da quebra da bolsa nos EUA e da Primeira Guerra Mundial. Para tais pensadores, as políticas de intervenção estatal através do investimento em obras públicas e da geração de empregos, além de medidas de controle e fiscalização do mercado financeiro, tenderia a aprofundar a crise, sendo necessário que o mercado, mesmo após a crise de 1929, se ajustasse pelas próprias leis do mercado.

O argumento de que a pobreza e a fome vitimariam muitos trabalhadores não convencia os neoliberais, imbuídos da defesa de que os mais adaptados, ou seja, os mais criativos e empreendedores, conseguiriam prosperar mesmo em momentos de crise. Na linguagem atual, seria o velho mote de que "toda crise é também uma oportunidade". Nesse sentido, os mais vulneráveis deveriam sucumbir, uma vez que isso criaria incentivos para que as pessoas estivessem sempre buscando se aperfeiçoar, portanto, o ultra individualismo resultaria em ganhos coletivos, pois apenas os mais adaptados e capazes conseguiriam prosperar.

Essa espécie de releitura do darwinismo social, caraterístico do século XIX até meados do século XX, aparece fortemente na lógica neoliberal, em especial após a Revolução Russa e o avanço de movimentos socialistas e comunistas, visto que os neoliberais passaram a agir de forma cada vez mais sincronizada com forças políticas anticomunistas ao redor do mundo, mesmo que para isso fosse necessário abrir mão da democracia liberal.

A tensa relação entre o neoliberalismo e a democracia ficou expressa na participação dos economistas da Escola de Chicago, conhecidos como *chicago boys*, na ditadura de Salvador Allende. Hayek quando visitou o Chile deixou clara a sua predileção por uma "ditadura liberal" a uma "democracia totalitária".

> Em 1981, quando lhe perguntaram sobre sua posição diante dos regimes totalitários na América do Sul, Hayek retruca que isso não existe. Não confundamos totalitarismo e autoritarismo. E esclarece que o único governo 'totalitário' que existira até recentemente na América Latina havia sido o Chile de Allende. Sem dúvida, um caso extremo de 'democracia totalitária'. Totalitária? Mas em que sentido? É 'totalitário', Hayek responde, um sistema que, diferentemente do liberalismo e do individualismo, 'pretende organizar o conjunto da sociedade e de todos os seus recursos', tendo em mira um 'fim unitário' (CHAMAYOU, 2020, p.331).

Percebe-se a tentativa de Hayek em aproximar qualquer interferência do Estado na economia a uma forma de totalitarismo, buscando associar o comunismo às experiências nazistas. A utilização da categoria de totalitarismo ganhou caráter de teoria explicativa após a Segunda Guerra e tem uma orientação ideológica, pois aproxima experiências díspares, como o stalinismo e o nazismo, como uma maneira de identificar na democracia liberal a única saída civilizatória para os países europeus.

No entanto, como indica Fernando Rosas (2023), o totalitarismo entendido nesses termos acaba por confundir mais do que esclarecer, pois "oculta deste logo, as ligações históricas do capitalismo com o fascismo e o nazismo [...]: o fascismo onde logra chegar ao poder como regime, representa uma reação do capitalismo aos perigos que desafiam as classes dominantes no quadro da crise do sistema" (p.72).

O argumento utilizado por Hayek para defender a ditadura de Pinochet é importante por uma série de fatores, entre eles gostaria de destacar dois: O primeiro é a própria relação entre o neoliberalismo e a democracia liberal, uma vez que os neoliberais entendem que qualquer espaço social que crie oportunidades de manifestações e pressões contra a liberdade de mercado é assumido como uma ameaça ao funcionamento pleno da economia.

Assim, como apontou Wendy Brown (2019), como a democracia liberal se legitima por meio de espaços sociais onde grupos organizados buscam se representar pela lógica eleitoral, esse sistema política faz com que políticos em busca de votos se afastem dos pressupostos neoliberais, pois apresentam resultados desastrosos para a classe trabalhadora. Dessa forma, para evitar tais pressões, o Estado não deve ser gerido por políticos, mas sim por gestores que conseguissem adotar medidas impopulares, uma vez que não pensam na lógica eleitoral.

Um exemplo dessa lógica na atualidade é a defesa neoliberal de autonomia para as autoridades monetárias de diversos países, isto é, que elas não estejam sujeitas a pressões políticas de grupos sociais específicos, o que garantiria a liberdade plena para os

mercados e para circulação de capitais. Portanto, para os neoliberais, a democracia pode ser uma opção política para a gestão do capitalismo, no entanto, deve ser uma democracia com uma participação popular apenas protocolar, que não abra possibilidades de mobilização e pressão a favor de políticas públicas inclusivas.

Um segundo ponto é o contexto no qual o neoliberalismo é formulado, ou seja, nos anos de 1930, que coincide com o avanço de movimentos fascistas em diversas partes do mundo. A proximidade entre os neoliberais e o fascismo é amplamente conhecida e não fica restrita à lógica "darwinista" de que os mais adaptados sobrevivem, mas também se alinham de forma ideológica e política. Ludwig Von Mises, por exemplo, afirmou que que o "fascismo e todos os impulsos similares salvaram a civilização europeia" do comunismo, demostrando que, diferentemente do que muitas vezes é publicizado, o neoliberalismo não defende um "Estado mínimo", mas sim um "Estado máximo", garantidor da ordem legal e dos pressupostos legais que permitam a reprodução do capitalismo em sua fase financeirizada[2].

Essa aproximação corresponde a uma série de afinidades entre os movimentos fascistas e o neoliberalismo que, como vimos, nascem enquanto movimento no mesmo período histórico e se propondo ao mesmo objetivo, garantir a reprodução capitalista em um momento de grave crise de acumulação. No pós-Primeira Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada por um conflito entre potências capitalistas defensoras do liberalismo e no desenvolvimento do progresso através da técnica e da ciência. No entanto, tal perspectiva acarretou a barbárie das trincheiras e em milhões de mortos.

[2] Segundo Thomas Biebrecher (2018), para os neoliberais, a principal responsabilidade do Estado é forçar as "regras do jogo" de forma imparcial e autoritária. Nesse sentido, o Estado deve cumprir uma função dupla. Ao mesmo tempo em que atua ativamente na construção de um arcabouço jurídico, político e militar, deve restringir sua ação no campo econômico (p.34).

Assim, com o liberalismo em crise, os movimentos fascistas passaram a ser a alternativa dos capitalistas para fazer a gestão das sociedades em grave tensão social, com o aumento das atividades socialistas, anarquistas e comunistas. Os fascistas mobilizaram uma série de medidas e tecnologias específicas para mobilizar um grande número de adeptos, em particular de jovens intelectuais, ex-combatentes, da classe média e da pequena burguesia, grupos que sofriam com a proletarização e temiam a ameaça comunista.

No início do século XX, portanto, acontece um duplo movimento que coloca um desafio para as burguesias europeias. De um lado, o avanço do movimento operário, em particular após a Revolução Russa, de outro, o avanço imperialista dos EUA como potência mundial. É nesse contexto que acontecem as revoluções passivas na Europa, expressas, sobretudo, pelo fascismo. Para Antonio Gramsci, o fascismo é visto como "uma resposta das classes dirigentes italianas diante da pressão conjugada da Revolução Russa, do americanismo fordista e das classes subalternas na Itália." Foi um regime que conseguiu cimentar novamente os grupos dirigentes, fazer concessões significativas à pequena burguesia e ainda neutralizar o movimento operário por meio do corporativismo e das leis sociais, além de violenta repressão, é claro. (p.12).

Para Adam David Morton, a categoria de revolução passiva desenvolvida por Gramsci para explicar o fascismo na Itália se configura como sendo "marcada por violenta insurreição popular, envolvendo o engajamento relativamente pequeno da classe estatal com a 'aceitação de certas demandas vindas de baixo', o sentido de restringir a luta de classes, assegurando ao mesmo tempo a criação do poder do Estado e um quadro institucional consonante com relações de propriedade capitalista" (p.177).

Assim, o movimento se articula nesse contexto de grave crise econômica e de descrédito do liberalismo, ou seja:

> Assim sendo, os movimentos fascistas hão de entender-se como expressão política e ideológica do desespero das classes

> intermédias, atingidas pela agudização da crise do sistema liberal no rescaldo da Grande Guerra e das crises econômicas de 1921 e, particularmente, da Grande depressão de 1929. Na realidade, nos países periféricos sacudidos pelos efeitos econômicos e sociais da guerra, os movimentos fascistas irão dar voz à frustação, à revolta, ao medo de largos setores intermédios ou marginais na sociedade não representados pelos partidos existentes, fossem as formações políticas burguesas do sistema ou as do movimento operário (ROSAS, 2023, p.31).

Durante a década de 1930, a conjugação de fatores como a intensa crise econômica, o fracasso do movimento operário comunista em realizar revoluções sociais e a aproximação entre os movimentos de direita tradicionais com os fascistas, possibilitou que estes tenham chegado ao poder com o objetivo de combater e exterminar os movimentos comunistas, socialistas e anarquistas e, assim, garantir a reprodução capitalista.

Aqui cabe um destaque importante: apesar da retórica muitas vezes antiburguesia e anticapitalista utilizada pelos movimentos fascistas, existe uma diferença entre o que Fernando Rosas chamou de "fascismo enquanto movimento" e "fascismo enquanto governo", uma vez que quando chegam ao poder de Estado, os fascistas se articulam com a direita tradicional e liberal. Mesmo enquanto movimento, os fascistas, em suas diferentes expressões, não são contra o capitalismo, a propriedade privada ou a exploração do trabalho, mas sim contra uma forma específica de "capitalismo improdutivo" que criaria uma sociedade degenerada, individualista e afastada dos anseios do povo verdadeiro e patriota.

É nessa conjuntura histórica, de descrença no liberalismo, de avanço de movimentos socialistas e fascistas que o neoliberalismo ganha corpo doutrinário. Como já observamos, a relação dos neoliberais com a democracia é tensa, em particular em momentos de crise e de avanço de pautas sociais. Como veremos, tais

paralelismos entre o autoritarismo fascista e o neoliberalismo se articulam de forma ainda mais intensa a partir da crise de 2008.

Neoliberalismo e neoconservadorismo

Na contemporaneidade, a discussão acerca das relações entre a democracia e o neoliberalismo se manifesta em diversos espaços, sendo um dos mais evidentes o campo eleitoral e econômico. Se o neoliberalismo deve ser entendido como uma resposta às crises de acumulação capitalista, inseridos em um contexto de avanços sociais nos países de capitalismo central nas décadas de 1960 e 1970, é fundamental compreender suas relações com o avanço do movimento neoconservador, em particular nos EUA, uma vez que esse movimento é replicado atualmente no Brasil, como mostra a pesquisa de Mariana Basso Lacerda (2018)

O movimento neoconservador nos EUA nasce como uma resposta ao avanço de direitos de grupos minoritários no contexto de luta pelos direitos civis e pode ser dividido em dois momentos: o primeiro enquanto um movimento ideológico, com início no contexto de Guerra Fria nos anos de 1960 e origem na *City Collage of New York* e cujos principais nomes são Leo Strauss e Irving Kristol. Suas principais características são o punitivismo, o livre mercado, o militarismo anticomunista e a direita cristã. E um segundo momento, nos anos e 1980, quando ganha corpo político através da candidatura de Reagan.

Apesar de se considerem liberais, os neoconservadores abandonaram os valores relativos às liberdades individuais, pois consideravam que o Estado de bem-estar social e a ampliação dos espaços sociais das mulheres, dos negros e de outros grupos aumentava a possibilidade de esgarçamento das relações familiares tradicionais. Dessa forma, ao condenar o Estado de bem-estar, os neoconservadores se aproximaram dos neoliberais através de uma conjunção, uma vez que passou a ser uma das formas de legitimação das mazelas e violências decorrentes das políticas de esvaziamento dos direitos sociais e da capacidade de investimento

estatal. Em outras palavras, os ideais cristãos do neoconservadorismo servem de contrapeso para o caos neoliberal.

Portanto, como o neoliberalismo impõe uma ordem de "insegurança coletiva", o Estado de bem-estar, que se vincula à ideia de segurança social, passou a ser entendido como o responsável pelas crises capitalistas. Assim, como o neoliberalismo enseja uma desregulamentação completa da sociedade, com o esgarçamento das relações sociais protetivas para os trabalhadores, o militarismo punitivista neoconservador acaba contribuindo para a governança neoliberal.

Para Melinda Cooper (2019), apesar de os neoliberais terem uma capacidade de adaptação às diversas conjunturas mais elásticas do que os neoconservadores, ambos defendem a restituição da família como principal fonte de segurança social, entendendo, dessa forma, o Estado como um ente que ameaça as formas tradicionais de organizações familiares. Dessa característica é possível abstrair a oposição que tais grupos fazem de instituições públicas como a escola, a universidade, a saúde pública, uma vez que "interferem" na vida familiar das pessoas.

Portanto, os neoliberais utilizam tal racionalidade para equalizar práticas de políticas públicas, como a vacinação obrigatória, como um elemento de violência contra a liberdade individual e a defensa do livre mercado e do esvaziamento dos direitos sociais, particularmente os trabalhistas. Em ambos os casos, o Estado estaria agindo de forma indevida em espaços sociais tidos como "naturais" (a família ou o mercado) e que devem ser regidos por meio de normas éticas e morais específicas: no caso da família, a organização patriarcal e cristã; e o mercado, as ideias de gestão, eficiência, meritocracia e empreendedorismo.

Se as relações entre o neoliberalismo e os movimentos neoconservadores na atualidade demonstram a potência eleitoral e popular dessa agenda, tal aspecto não basta para explicar por que o neoliberalismo passou a ser visto como alternativa para a resolução das crises capitalistas, visto que as ideias de autores como Friedman e Hayek "permaneceram como letra morta até a crise

capitalista do início dos anos 70, quando o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação: a famosa estagflação." (CHAUI, 2020, p.309).

A era dourada do capitalismo representou nos países da Europa e nos EUA a instauração do Estado de bem-estar social e do intenso investimento público que possibilitou o aumente do renda e do consumo, características associadas à garantia de serviços públicos e de instrumentos de seguridade social. É importante destacar que tais políticas devem ser entendidas no contexto de Guerra Fria e tentativa de frear o avanço de forças comunistas.

> A forma crua e explícita com que Krugman aponta o papel que a Segunda Guerra Mundial teve para o reequilíbrio capitalista e o desenvolvimento dos "anos dourado" é impressionante. Os anos "keynesianos" de pleno emprego e crescimento estiveram diretamente embasados na destruição brutal promovida na guerra e, acrescentaríamos, na superexploração do trabalho desenvolvido pelas potências nos anos de guerra, sobretudo pelas bases reacionárias que haviam sido deixadas pelo fascismo (TONELO, 2021, p.68).

Eleutério Prado (2005) coloca que o liberalismo, que dava sustentação teórica e ideológica para o Estado de bem-estar, pode ser considerado como um liberalismo social, o qual tentou articular e conter as contradições do capitalismo que haviam resultado nas duas grandes guerras e no avanço de movimentos fascistas. No entanto, com a dinamização das forças produtivas e a própria forma de extração do valor, o neoliberalismo aparece como o capitalismo realmente se efetiva, ou seja, através da constante violência e opressão contra a classe trabalhadora em favor da superexploração do trabalho.

Assim, para os neoliberais, a era dourada do capitalismo havia se revelado um engano, que fez prosperar o "populismo econômico", de modo que eram necessárias reformas urgentes para restabelecer o

funcionamento dos verdadeiros mecanismos econômicos "aptos a garantir a liberdade do indivíduo e promover a estabilidade e o crescimento de longo prazo" (BELUZZO, 2013, P.165)

> Os governos logo teriam de aprender: os agentes racionais que povoam os mercados sabem exatamente qual é a estrutura da economia e, usando a informação disponível, são capazes de antecipar sua evolução provável. Não se deixam enganar, nem por um momento, pelo velho truque de estimular a atividade econômica com anabolizantes nominais da política monetária leniente. (BELUZZO, 2013, p.165).

Os neoliberais passaram a defender a necessidade de um "Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia", bem como a estabilidade monetária, uma taxa de desemprego que enfraquecesse os sindicatos, reformas fiscais – com o intuito de diminuir a carga sobre o capital e as fortunas, mas aumentando sobre o consumo e o comércio – e um incentivo ao mercado – com o Estado atuando na desregulamentação e na diminuição do investimento público e na adoção de um vasto programa de privatização. Tal modelo, implementado no Chile de Pinochet e, posteriormente, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan, ficou conhecido como neoliberalismo (CHAUI, 2020, p.310).

Quinn Slobodian (2021), em sua obra "Globalistas: o fim do Império e o nascimento do neoliberalismo", discute como os neoliberais pensaram a necessidade de criar instituições para cercar o mercado e proteger o capitalismo contra ameaças democráticas, ou seja, "criar uma estrutura para conter o comportamento humano frequentemente irracional e para reordenar o mundo após o império como um espaço de Estados concorrentes em que as fronteiras cumprem uma função necessária" (2021, p. 16).

O Estado também tem a função de frear possíveis reações às políticas neoliberais, com o intenso uso do aparato repressor contra

sindicatos, movimentos sociais e os trabalhadores organizados em geral. A lógica é que o Estado deve abrir espaço para o avanço da iniciativa privada e do empreendedorismo, entendidos como forças virtuosas que resultariam na recuperação econômica através de uma gestão privada. É essa racionalidade que justifica a defesa das privatizações realizadas pelos neoliberais.

Um outro elemento importante para se compreender o neoliberalismo é a sua relação com a tentativa de restaurar a hegemonia dos EUA, que entrava em um momento de crise nos anos de 1970. Como aponta Iuri Tonelo, a Guerra do Vietnã, os movimentos de maio de 1968 e a quebra do padrão Bretton Woods, em 1971, marcam um ponto de inflexão na hegemonia dos EUA, que entra em um período de "falência gradual" que o neoliberalismo tenta reverter.

> O que queremos dizer com isso é que a crise dos anos de 1970 marca um questionamento da hegemonia norte-americana, ou o início postergado pelos anos neoliberais, e que é importante remarcar a gênese desse questionamento na medida em que ele se expressa em três fatores de três esferas distintas. Em primeiro lugar, pelo componente geopolítico referente à campanha dos EUA na guerra do Vietnã [...]. Em segundo, do ponto de vista da luta de classes [...] foi o movimento estudantil e operário na França, naquilo que ficou conhecido como Maio de 1968 e acabou por se constituir um outra determinação decisiva do fim da "estabilidade de Yalta". Por fim, [....] a quebra do padrão Bretton Woods de 1971, a entrada do sistema de câmbio flutuante e a crise de superprodução de 1973 (TONELO, 2021, p.77).

Dessa forma, o neoliberalismo pode ser entendido em três momentos: quando ocorre a radicalização de uma hiperfinancierização que buscou desregulamentar as regras financeiras para proporcionar um aumento de crédito, o que gerou um aumento do endividamento das famílias e dos Estados e criou

condições mais arriscadas para a rentabilidade capitalista; quando acontece a ofensiva do capital contra o trabalho, por meio de uma restruturação produtiva, visando criar melhores condições para a exploração do mais-valor; e, por fim, quando se impõe uma forma agressiva de imperialismo, com o objetivo de impor tais medidas em países do capitalismo periférico (TONELO, 2021, p.82).

Neoliberalismo e democracia na contemporaneidade

Uma vez que o neoliberalismo se converte na forma prioritária de gestão das sociedades capitalistas, a partir dos anos de 1980, algumas questões se colocam na ordem do dia, pois as três características neoliberais citadas anteriormente significam que a qualidade de vida da classe trabalhadora e até mesmo as formas de sociabilidade passaram por uma piora, resultando no esgarçamento do tecido social e, em última análise, confronta o capitalismo em uma dimensão "autofágica", já que a necessidade constante de reprodução do valor coloca em risco a própria vida no planeta.

Assim, como conseguir que a classe trabalhadora reproduza uma forma de sociabilidade extremamente violenta e voltada radicalmente para o trabalho? Dardot e Laval argumentam que para sua reprodução, o neoliberalismo necessita construir uma nova "razão de mundo", em que todas as formas de interação social passam a reproduzir a dinâmica concorrencial de uma empresa, esvaziando assim qualquer forma de organização coletiva e inviabilizando alternativas não apenas ao neoliberalismo, mas, principalmente, ao capitalismo.

Mais ainda, se pensarmos em termos neoliberais, até a democracia é tida como uma ameaça ao neoliberalismo, pois (como já foi mencionado) representa a existência de espaços onde as contradições podem aparecer em disputas de pleitos eleitorais. Ou ainda, como as redes sociais e as novas tecnologias, que possuem um potencial emancipatório inquestionável, foram convertidas em

fonte de reprodução e radicalização de discursos neoliberais e neoconservadores?

Eleutério Prado chama a atenção para nova forma de extração do valor na contemporaneidade, visto que estamos na fase da "pós-grande indústria o tempo deixa de ser o marcador de valor", ou seja, o trabalho passa a ser criativo, inteligente, uma mobilização de conhecimentos que corresponde ao "intelecto coletivo de uma sociedade". (PRADO, 2005, p.88)

Desse modo, o valor entendido como a quantidade de tempo e energia necessárias para a produção passa por uma nova transformação, pois ao mesmo tempo que a automatização das forças produtivas tendem a diminuir os postos de trabalho ofertados, aumentando radicalmente a competição entre os trabalhadores, obrigados a venderem sua força de trabalho, o valor deixa de estar vinculado ao tempo social dispendido em determinada mercadoria e passa a se identificar com o desenvolvimento individual de cada um, portanto, o trabalhador se vê obrigado a buscar constantemente a atualização, a formação, o aprendizado tecnológico etc. Em outras palavras, o capital fixo, que na grande indústria era principalmente o maquinário, passa a ser o próprio homem.

> Em consequência, por meio de verdadeiros cercamentos, porções estratégicas do conhecimento científico e tecnológico são impedidas de se reproduzirem livremente, assumindo então a forma de capital fixo da empresa. Os trabalhadores dos empreendimentos capitalistas que se podem classificar como pós-grande industriais, guardadas as diferenças que não podem deixar de existir na hierarquia inerente ao corpo de trabalho sob o modo de produção capitalista, ganham invariavelmente- uns mais, outros menos – a dimensão de trabalhadores intelectuais. (PRADO, 2005, p.110)

Mesmo que as empresas pós-grande indústrias dominem apenas uma parcela da produção, especialmente nos principais

centros do capitalismo, elas modificam a lógica de funcionamento de todo o sistema. A transformação do trabalho, que passa a incorporar a dimensão intelectual, significa que o valor antecedente ao preço de produção se torna insuficiente como regulador da produção capitalistas e que a "subsunção do trabalho ao capital tem necessariamente que se tornar abrangente, ainda que não de modo homogêneo" (PRADO, 2005, p.111).

Dessa maneira, o capital avança sobre a vida social como um todo, ou seja, é imposta uma lógica de privatização na sociedade "que se torna abrangente e devastadora: o genoma, o próprio do corpo humano, os produtos da alma, tudo tem que se tornar objeto de propriedade privada."

> No plano mais geral, vê-se que ocorre uma grande ampliação do domínio do capita, a qual ultrapassa todas as barreiras tradicionais para avançar sobre a vida social como um todo. Como este é o modo pelo qual o capital subordina, emerge a tendência de transformar tudo em mercadoria, assim como a ciência e a tecnologia, a educação, a arte, a cultura etc. toma-se domínio das aplicações de capital, subordinando-se à lógica da valorização. (PRADO, 2005, p.111)

Como observa Anselm Jappe (2021), o capitalismo necessita impor uma motivação cotidiana para sua reprodução. Quer dizer, como convencer os trabalhadores que eles devem se subordinar a jornadas de trabalho que remontam ao início da revolução industrial, perder direitos trabalhistas e se sujeitar a todo tipo de violência para a reprodução ilimitada do capital? As explicações economicistas que visam afastar a população dos mecanismos de funcionamento da economia, principalmente em sua forma financeirizada, que defende a austeridade e a adoção de políticas liberalizantes dizem mais sobre os ideólogos neoliberais do que sobre os trabalhadores em geral, que em grande medida não entram em contato com essas teorizações. Portanto, as pessoas necessitam

de uma adesão ativa ao capitalismo, "precisam de poderosas razões morais para aliar-se ao capitalismo" (JAPPE, 2021, p. 212).

Nesse sentido, o aumento de movimentos autoritários e neoliberais em diversas partes do mundo apresentam uma natureza tautológica, sendo o resultado de medidas que prometem impor, o que causa ainda mais miséria e assim por diante. Por isso a radicalidade de líderes dessa natureza é fundamental para mobilização de seus apoiadores, identificando os inimigos em elementos exteriores às políticas neoliberais, como nos estrangeiros, em grupos minoritários, em comunistas, elites globalistas etc.

É essa conjuntura, marcada por precariedade do trabalho, avanço do individualismo, do empreendedorismo e do autoritarismo, marca do neoliberalismo, que se combina com o que Guy Debord categorizou como sociedade do espetáculo, que é uma categoria do capitalismo moderno cujas relações sociais são mediadas por imagens, e as próprias imagens se tornam mercadoria e o "mundo objetivo e sua representação são subsumidos à lógica fetichista. A alienação atinge seu patamar mais alto, a separação do sujeito e seu mundo sendo consumada", o que significa não apenas a perda do produto do trabalho, mas a perda dos meios elementares de experiência e de representação do vivido, isto é, a perda do próprio tempo (ZACARIAS, 2022, p.19).

A razão de mundo neoliberal elaborada por Dardot e Laval (2016) pode ser considerada a forma atual da sociedade ultrafetichizada do espetáculo, quer dizer, a lógica concorrencial que marca a razão neoliberal intensifica o caráter racional e parcializado do trabalho e não permite a construção de laços comunitários e sociais fundamentais para a própria efetivação da democracia liberal, a qual necessita de espaços políticos para que o contraditório possa se manifestar, mesmo que não de forma a contestar a lógica do capital, para a construção de hegemonia

burguesa na sociedade capitalista. Daí o caráter essencialmente antidemocrático do neoliberalismo[3].

Ao mesmo tempo, a falta de laços comunitários em centros urbanos onde residem milhões de pessoas juntas geograficamente, mas isoladas socialmente, resulta em multidões que só podem se relacionar por processos mediados, no caso da sociedade do espetáculo, através de imagens, que passam a ser entendidas como mercadorias e consumidas a todo momento pelos trabalhadores, que perdem completamente a dimensão do tempo livre enquanto momento de apreciação do vivido real.

Se o vivido real perde concretude pela mediação das imagens, ao mesmo tempo em que o trabalho coloniza o tempo fora do trabalho, resta ao individuo buscar sua liberdade no consumo de mercadorias, o que radicaliza a lógica de valorização do valor e de reprodução do capital, ao mesmo tempo em que o trabalhador se vê preso nessa racionalização, que se acelera com o advento da gestão neoliberal.

> A imagem social do consumo do tempo, por sua vez, é precisamente a publicidade dos lazeres, do consumo do tempo livre, imagem 'dominada pelos momentos de lazer e de férias', 'momentos representados à distância e desejáveis por postulado, como toda mercadoria espetacular'. Mais ainda, 'essa mercadoria é aqui explicitamente dada como momento da vida real'. Essa inversão é fundamental, pois significa que o trabalho não fornece mais a base da constituição identitária, é visto apenas como um meio para o consumo de férias, uma espécie de mal necessário. [...] Contudo, como dissemos, o tempo livre já está reificado como mercadoria espetacular, como bloco de tempo fechado [...]. (ZACARIAS, 2022, p.83)

[3] Ver: CHAMAYOU, Grégoire. A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário. Ubu Editora, 2020; e A Escolha da Guerra Civil:, uma outra história do neoliberalismo. ., Dardot, Pierre; Guéguen, Haud; Laval, Christian; Sauvêtre, Pierre. ., São Paulo: Elefante, 2021. 364p.

Portanto, o neoliberalismo, enquanto forma atual da sociedade do espetáculo, se apresenta como uma totalidade social, que enquadra os indivíduos em sua função de agentes da reprodução do valor, já que não existe mais tempo livre fora da lógica do consumo. Tanto o trabalho como o tempo perdem seu sentido social e passam a ser completamente alienados, o que tem consequências na própria forma sujeito que compõe as sociedades atuais e na maneira como estes indivíduos se relacionam.

O individualismo e a lógica empreendedora da concorrência neoliberal não são fruto apenas da financeirização do capitalismo, todos esses elementos correspondem a uma alteração na própria dinâmica interna do capital, que passa a se articular de maneira distinta no âmbito social e político enquanto norteador das relações sociais. São nessas condições que o caráter antidemocrático do neoliberalismo deve ser compreendido, em especial após o advento das redes sociais, que intensificam o isolamento característicos da sociedade do espetáculo.

Com o avanço das redes sociais e da interconectividade proporcionada pela internet, a mediação social resulta em um processo em que os sujeitos passam a ser espetaculares, pois suas ações e interações são dispostas para visão pública. Tal situação se tornou ainda mais intensa com a pandemia de Covid-19, que acelerou transformações no mundo do trabalho em função do isolamento social necessário para conter a proliferação do vírus, tornando a separação entre vida real e virtual muito tênue.

Desse modo, acontece uma "saturação do mundo social" com as mídias e as imagens, algo que já estava presente desde meados do século XX, com o avanço dos meios de comunicação de massa, mas que ganha novo alento e intensidade com a internet e as redes sociais, já que através destes mecanismos se tornam possíveis novas formas de dominação de classe, em particular a radicalização da normatividade social neoliberal, uma vez que as pessoas podem se vender nas redes sociais como produtos mediados por imagens.

Como é possível perceber, o neoliberalismo e a era digital se combinam, criando um conjunto de processos sociais, culturais e

econômicos que visam transformar o mundo em um mercado, possibilitando o enraizamento da razão neoliberal baseada na lógica concorrencial. Essa articulação entre o processo de individualização e o avanço do complexo tecnológico, baseado nas redes digitais e no novo contexto cultural orientado pela economia de mercado e pela ordem neoliberal, acaba por produzir o que Narita e Morelock chamam de *sociedade do selfie.*

> [...] the 'society of the selfie' should be understood as the coming together of the culture of spectacular consumer capitalism with amplifications and dovetails of information technologies in general and social media platforms in particular. It comprises a constellation of tendencies that are unbounded by geography. (NARITA, MOROLOCK, 2021)

A sociedade do selfie apresenta a radicalização do espetáculo, uma vez que permite ao consumidor de imagens passar também a ser produtor destas, dando vazão à dialética da alienação, que ganha uma espiral crescente: quanto mais o homem produz mercadorias, mais sua essência se aliena das mercadorias, quanto mais ele transforma seu mundo do trabalho alienado, mais seu mundo se torna hostil a ele (ZACARIAS, 2022, p.50).

Portanto, com a possibilidade de consumir e produzir mercadorias em forma de imagens na era das redes sociais, a alienação se torna cristalina nas redes sociais, pois as pessoas podem trabalhar projetando suas imagens, editando, apagando e/ou chamando a atenção para determinado aspecto. É uma sociedade em que a espontaneidade deixa de existir, onde os indivíduos acabam perdendo a capacidade de interagir com o tempo e o vivido real, já que só conseguem se relacionar através da mediação das imagens. É a alienação em nível máximo, fundamental para a reprodução da razão neoliberal.

O tempo passa a ser capturado pelo consumo e a produção de imagens, o que promove uma paralisia da história e da memória, pois indivíduos isolados socialmente perdem contato crítico com as

contingências e tensões, resultando na sociedade que vivemos. A sociedade do selfie é uma sociedade cujo tempo se encontra preso em um presente determinado pelo consumo, que impede a construção de afetos e espaços de solidariedade, pois é a realização da ordem concorrencial, da competição de todos contra todos, uma determinação autofágica típica do neoliberalismo.

A falta de perspectiva característica da sociedade neoliberal se combina com o espetáculo enquanto impede a projeção de qualquer plano futuro, tornando o presente um tempo contínuo, sendo possível identificar aí uma das formas de dominação que ganham novas e intensas roupagens. O uso da história e da memória como instrumentos de poder é conhecido, no entanto, com o avanço do neoliberalismo, a perda da experiência e o apagamento do conhecimento histórico devem ser entendidos por meio da inflação de conhecimento do presente, que se fixa a uma negação do passado.

A rapidez com que notícias e informações fluem através de *smartphones* ao redor do mundo criam um presente alargado, é o "giro incessante da produção espetacular acompanhando o giro incessante de reprodução do capital", que empurra a história para a clandestinidade (ZACARIAS, p. 103, 2022). Como se pode perceber, não é por acaso que uma das marcas políticas do capitalismo contemporâneo é o fenômeno conhecido como *fakenews*, um conjunto de informações que se espalham com tamanha velocidade que dificulta sua confirmação e acaba por negar a historicidade de determinados fatos.

Por esse conjunto de características específicas, o capitalismo contemporâneo, em sua fase neoliberal, acaba por tensionar a relação com a própria democracia liberal, já que inviabiliza a própria construção de espaços sociais e comunitários necessários para a viabilização democrática. Além disso, as redes sociais abriram espaço para que políticos de extrema direita consigam galvanizar os descontentamentos resultantes das próprias políticas neoliberais para aprofundá-las e apontá-las enquanto soluções para as crises capitalistas.

Para Wendy Brown (2019), o social é o que nos "conecta de maneira que excedem os laços pessoais, a troca de mercado ou a cidadania abstrata", sendo possível a prática da justiça, da decência e da civilidade, ou seja, é onde se torna possível exercer a igualdade política, fundamental para a efetivação da democracia liberal. Contudo, para os neoliberais[4], a sociedade e o social não existem, sendo considerados apenas os indivíduos e suas famílias (como dizia Margareth Thatcher). Ora, se não existe sociedade, mas apenas indivíduos, as hierarquias de classe, gênero e raça, que devem ser entendidas dentro da lógica da justiça social, perdem espaço na discussão pública para a valorização das liberdades individuais.

Retomando as reflexões de Eleutério Prado (2005), se o liberalismo clássico se apresentava como uma forma de distinguir o capitalismo em sua essência e sua aparência, devido ao seu caráter, o neoliberalismo representa o fim dessa divisão, já que o capitalismo se apresenta como ele mesmo, como um sistema de dominação de classe, como um sistema de relações sociais assimétricas e polarizadas, que gera inerentemente exclusão, mas com o qual é necessário se conformar, já que ele é o único que permite a liberdade empresarial.

Em outras palavras, a contradição entre capital e trabalho deixa de ser ocultada, mas se apresenta como o fator dinamizador da lógica concorrencial defendida pelo neoliberalismo e necessária para o bom funcionamento da sociedade, pois os neoliberais consideram essa opção como a única alternativa social viável.

Considerações finais

O presente texto busca articular algumas considerações acerca das contradições aparentes da sociedade neoliberal, como a relação

[4] Hayek em particular, que entende que o social é um espaço que atrapalha o ordenamento de mercado e que é a "assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, símbolo da tirania" (BROWN, p.41, 2019).

entre o neoliberalismo e a democracia, com o neoconservadorismo e a constituição de uma sociedade do espetáculo que representa as formas de interação neoliberais. Entretanto, gostaríamos de encerar a reflexão retomando uma questão que ficou em aberto: se o neoliberalismo é essencialmente autoritário, em qual o "tipo" de regime autoritário o neoliberalismo se enquadra?

O argumento final é que o neoliberalismo se apresenta como uma forma de fascistização das relações capitalistas no campo da política, se aproximando do que foi trabalhado por Mariano Sanches (2023). Aqui cabem alguns apontamentos sobre a relação entre fascismo e neoliberalismo.

O primeiro deles é o argumento de que o fascismo é uma forma histórica que ficou restrita aos anos de 1920 e 1930, sendo, portanto, impossível de ser replicado na atualidade. Entendemos que o fascismo deve ser compreendido dentro da lógica gramsciana, uma vez que Gramsci o entendeu como uma "revolução passiva" que tinha como objetivo conter o avanço das forças socialistas e recuperar as formas de exploração capitalista em um contexto de crise.

Deve-se, portanto, buscar os equivalentes históricos que dão concretude ao fascismo, pois elementos de crise são parte constituintes da reprodução capitalista e apontar as diferenças do fascismo enquanto movimento e como governo (ROSAS, 2022), uma vez que, como um movimento, o fascismo apresenta uma série de aspectos radicalizados, inclusive aspectos que fazem oposição a uma forma específica de capitalismo, o considerado não produtivo, e a condenação aos partidos de direita tradicionais.

Em momentos de crise, tal discurso, articulado com a violência e a perseguição contra grupos minoritários em um contexto conflagrado pela Grande Guerra, a crise de 1929 e o nacionalismo, possibilitaram aos partidos fascistas chegar ao poder em diversos países, em especial na Itália e posteriormente na Alemanha. No entanto, uma vez no poder, os fascistas se acomodavam com os partidos de direita tradicional, adotando práticas que buscavam garantir a ordem social capitalista.

Portanto, negar que o fascismo possa se reproduzir em outros momentos históricos significa abrir mão de uma categoria de análise que compreende não apenas aspectos de violência e repressão, mas também que indica a relação entre tais características com o capitalismo. Ficar preso à elementos tipológicos "duros" também podem levar a conclusão de que o próprio fascismo não existe quando chega ao poder, uma vez que suas características enquanto movimento se modificam quando ocupam o Estado, tendendo a perder os aspectos de radicalismo contra a burguesia e setores do capitalistas ligados ao capital internacional (ROSAS, 2022).

Também é corrente a afirmação que os movimentos fascistas eram nacionalistas e o neoliberalismo é uma manifestação da ordem globalizada, da crise dos Estados nacionais, portanto, tal categoria não se enquadraria na ordem neoliberal. No entanto, o próprio entendimento sobre o nacionalismo se modifica conforme as cadeias produtivas se integram e, principalmente, dependem da concretude histórica e da correlação de forças sociais do país em questão. Na América Latina, o nacionalismo tem um significado diferente do que na Europa ou nos EUA, uma vez que ocupam posições diferentes na ordem de produção e reprodução do capital.

Assim, é perfeitamente possível que na periferia do capitalismo se defenda a abertura comercial por meio de um discurso nacionalista, particularmente ancorado na retórica neoconservadora de defesa dos valores tradicionais da família e da civilização ocidental. Gilberto Calil (2022) identificou como os ideais de nacionalismo foram se adequando aos pressupostos privatistas nos discursos do principal líder integralista brasileiro, Plínio Salgado, após o fim do Estado Novo e principalmente com o início da ditadura no Brasil.

A questão que fica aberta é a levantada por Carlos Nelson Coutinho sobre se o neoliberalismo pode ser considerado uma revolução passiva, pois, para o autor, o mais apropriado seria considerá-lo como uma contrarrevolução, já que, nem mesmo as concessões para a classe trabalhadora que a revolução passiva faz

para a construção de consensos e hegemonia, existem no neoliberalismo, que se baseia na superexploração e no esvaziamento de qualquer direito social ou trabalhista.

Ainda assim, como já foi colocado, existe uma forma consensual típica do neoliberalismo que se coaduna com as formas próprias do capitalismo contemporâneo, o qual se caracteriza pela construção de um homem neoliberal, uma forma específica de sociabilidade que a nosso ver pode ser resumida em dois aspectos fundamentais. O primeiro é a ideia de empreendedorismo e empresário de si, em que o trabalhador passa a ser entendido como um ente privado e, dessa forma, sujeito às normativas do mercado baseado na relação desigual entre capital e trabalho.

Esse modo específico de trabalho, que se expressa no aumento de contratos precarizados, e, principalmente, com os empregos nas plataformas, criam uma forma de sociabilização extremamente precária, onde o indivíduo necessita conviver com a incerteza e a imprevisibilidade constantes. Tais características só conseguem se realizar por meio do segundo elemento neoliberal que gostaríamos de chamar a atenção, a interdição das utopias emancipatórias.

O neoliberalismo opera a construção de uma sociabilidade de exploração tão radical que as discussões acerca de formas de organização alternativas ao capitalismo se tornam interditadas em muitos espaços públicos, uma vez que os imperativos de mercado se sobrepõem a qualquer outra necessidade. Em outras palavras, não existem condições para se pensar na superação do neoliberalismo e do capitalismo pois as urgências cotidianas se impõem de forma brutal sobre a vida dos trabalhadores. Tudo isso ao mesmo tempo em que o indivíduo é bombardeado pelo discurso empreendedor e neoliberal como forma de espetáculo praticamente a todo momento através das redes sociais.

Reside aí o desafio, pois a superação do neoliberalismo e do capitalismo não é uma questão ideológica ou política, mas sim de sobrevivência, como bem demonstrou a forma como a gestão neoliberal lidou com a pandemia de Covid-19 e como lida com a

questão climática. Mais do que nunca a escolha é entre civilização e barbárie, no caso, a neoliberal.

Contudo, é importante destacar que a superação do neoliberalismo não deve ser creditada a uma esperança no retorno do Estado de bem-estar ou na esperança de que forças políticas, tidas como democráticas, se imponham contra a radicalidade da extrema direita neoliberal. Não estamos mais nos anos 1950 ou nos anos 2000. O capitalismo se transfigura em sua expressão mais radicalizada como tentativa de superar suas crises sistêmicas. A mesma radicalidade é necessária para aqueles que se propõem a pensar formas de superação da barbárie.

Referências:

BIEBRICHER, Thomas. **The political theory of neoliberalism**. Stanford University, Stanford, 2018.

BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. **Polteia**, São Paulo, 2019.

BUCCI, Eugenio. A superindústria do imaginário. **Autêntica**, São Paulo, 2021.

CALIL, Gilberto. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 13, n. 1, p. 33-47, 2013.

CHAUI, M. (2020). **O totalitarismo neoliberal**. Anacronismo e irrupción, 10 (18), 307-328.

COOPER, Melinda. **Family Values**: Between Neoliberalism and the new social conservative. Zone Books, Nova York, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?. **Revista Novos Rumos**, v. 49, n. 1, 2012.

DARDOT Pierre; LAVAL, Christian. A nova Razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. **Boitempo**, São Paulo, 2016.

JAPPE, Anselm. **A sociedade autofágica**: capitalismo, desmesura e autodestruição. Editora Elefante, São Paulo, 2021

LACERDA, Marina Basso et al. **Neoconservadorismo de periferia**: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados. 2018.

MEZZADRA, Sandro; NEILTON, Brett. **The politics of operations**: Excavating contemporary capitalism. Duke university press, Londres, 2019.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe. **The society of the selfie**: social media and the crisis of liberal democracy. University of Westminster Press, 2021.

MORTON, Adam David. **Gramsci em movimento**: a espacialidade da Revolução Passiva. IN:ROIO, Marcos del.(org) Gramsci: periferia e subalternidade. Edusp, São Paulo, 2017.

PRADO, Eleuterio. **Desmedida do valor**: Crítica da pós-grande indústria. Xamã, São Paulo, 2005.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos: ensaio breve de história comparada**. Tinta da China, 2019.

SANCHEZ, Mariano Luis et al. Crise e fascistização: Brasil, 2014-2018. 2023.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists**: The end of Empire and the birth of neoliberalism. Harvard University, Londres, 2018.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. Edições Iskra e Boitempo Editorial, 2021.

ZACARIAS, Gabriel Ferreira. **Crítica do espetáculo**: o pensamento radical de Guy Debord. Editora Elefante, São Paulo, 2022.

Elementos para uma definição do neoliberalismo

Mariano Luis Sánchez[1]

1

Apesar de mais de quatro décadas pautando o debate econômico, justificando as políticas dos governantes das democracias ocidentais e gestionando os interesses das classes dominantes, não é possível apresentar com facilidade uma definição do neoliberalismo considerando nela todas suas dimensões. Considerando a vasta literatura sobre o tema, neoliberalismo ainda refere a uma noção com determinadas ênfases segundo a perspectiva com a qual é analisado.

Comecemos por algumas precauções que devemos considerar quando tentamos construir uma definição de neoliberalismo. A primeira consistiria em evitar o que podemos chamar de perspectiva idealista, isto é, começar estudando seus ideólogos, o desenvolvimento de determinadas teorias ao longo do século XX, exemplificar o triunfo destas ideias no ambiente acadêmico e finalmente nos discursos jornalísticos da grande mídia, e assim poder explicar seu êxito no campo da luta ideológica. Idealismo da análise porque esta perspectiva não consideraria as relações do neoliberalismo com as crises e transformações do capitalismo contemporâneo, isto é, com as condições históricas e materiais, econômicas mas também políticas, que tornaram possível sua chegada ao poder e necessária sua implementação para os

[1] Professor de sociologia e ciência política na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do Sul, PR. Integra o Grupo de Pesquisa História e Poder. E-mail: mariano.sanchez@uffs.edu.br . Este artigo está baseado nas pesquisas realizadas para elaboração da minha tese de doutorado "Crise e fascistização: Brasil, 2014-2018", defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em 2023.

interesses do grande capital. Portanto, o neoliberalismo não pode ser reduzido a um corpus doutrinário ou a um discurso que convence a população de ser a melhor maneira de redefinir as relações Estado-sociedade, produto do pensamento de determinados autores e suas obras ao longo do século XX.

Para compreender sua natureza e poder conceitualizá-lo, é preciso considerar muito mais do que isso. Ele deve ser estudado a partir das condições históricas e das crises enfrentadas pelo capitalismo contemporâneo, o que explicaria seu papel econômico e sua função política.

Quando o neoliberalismo chega ao poder, isto é, se transforma em programa de governo? O neoliberalismo se transforma em política de Estado com a chegada ao poder, em 1980, do candidato republicano, Ronald Reagan, à presidência dos Estados Unidos, e um ano antes, com a chegada de Margaret Thatcher ao cargo de primeira-ministra do Reino Unido. Não deve se esquecer que existiram experiências históricas prévias de governos com políticas neoliberais, como o Chile sob a ditadura militar do Pinochet, iniciada com o golpe de Estado de 1973, e na Argentina, sob a ditadura militar do Videla, iniciada com o golpe de Estado de 1976. Mas o triunfo de Ronald Reagan em Estados Unidos realmente inaugurou uma nova etapa histórica, uma vez que não se tratava de impulsionar determinadas políticas de reforma econômica mas, antes, de concretizar toda uma contrarrevolução não só no campo da política, da economia, mas também da cultura, dos valores e dos costumes predominantes até aquele momento.

Esta contrarrevolução cultural, buscando dar resposta às lutas sociais e aos movimentos contraculturais que vinham se desenvolvendo em diferentes frentes desde finais dos anos 1960, como por exemplo o pacifismo hippie, os protestos contra a guerra do Vietnam, a intensificação das lutas do movimento pelos direitos civis da população negra, as reivindicações do movimento feminista, e outros, representou uma contraofensiva ideológica com o objetivo de desmobilizar, despolitizar e redisciplinar toda a efervescência social da época.

Entretanto, esta contrarrevolução neoconservadora ganhava status de verdadeira mudança epocal na medida em que também representava um projeto político de recomposição hegemônica do papel dos Estados Unidos no sistema internacional. Redisciplinamento social no campo interno, portanto, mas recomposição do poder imperial no campo externo também; tal o projeto político neoconservador da direita republicana nos anos 1980.

Os anos 1970 tinham representado uma série de derrotas para o poder americano em diversas frentes: no campo econômico, o desafio representado pela reemergência de duas potências econômicas, Japão e Europa ocidental que, uma vez encerrado o ciclo de reconstrução interna sucedido depois da Segunda Guerra Mundial, estavam se consolidando como fortes rivais disputando mercados internacionais com êxito em diversos setores da produção; os choques do petróleo, em 1973 e 1979, que empurraram as economias capitalistas centrais para profundas crises recessivas; o esgotamento das políticas keynesianas de estímulo ao crescimento via demanda, o que resultou no novo fenômeno da estagflação, e a resultante crise fiscal do Estado, diagnóstico liberal que buscava culpar o suposto descontrole do gasto público nos Estados avançados pelo modelo de gestão social-democrata de construção e ampliação do Estado de bem-estar social. No campo internacional, os Estados Unidos sofreram uma humilhante derrota na guerra do Vietnam, em 1975; a invasão soviética do Afeganistão, em 1979, e a perda de um importante país até então subordinado à estratégia imperialista ocidental no sudoeste da Ásia, o Irã, com a revolução islâmica dos Aiatolás acontecida naquele mesmo ano.

Nesta breve descrição do contexto histórico, a chegada ao poder do Ronald Reagan pode ser vista, portanto, como a tentativa por parte dos Estados Unidos de enfrentar este conjunto de graves crises e derrotas por meio de um abrangente projeto político de recomposição hegemônica que, especificamente no campo econômico, representava a chegada ao poder de políticas neoliberais. O neoliberalismo pode ser apresentado então como o

braço econômico de todo um projeto político maior de contrarrevolução neoconservadora que tomou conta dos Estados Unidos a partir dos anos 1980, e seria imposto nessa mesma década a outras potencias capitalistas e aos países da periferia capitalista latino-americana na década seguinte.

Mas por que o neoliberalismo foi a estratégia econômica do projeto político neoconservador? Quais foram as condições econômicas objetivas que determinaram a necessidade de implementar um programa de reformas como estratégia de saída para os problemas e entraves à acumulação capitalista da época?

Desde 1966, a progressiva queda da produtividade e da taxa de lucro das grandes corporações americanas evidenciava o esgotamento do modelo fordista de organização da produção, criando problemas fiscais para o Estado, provocando por sua vez pressões inflacionárias. Deste modo, segundo David Harvey, "daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Breton Woods e de produzir a desvalorização do dólar."[2]

No caso da indústria automobilística, origem e paradigma do modelo fordista de produção, de acordo com Thomas Gounet[3], ela enfrentava uma saturação estrutural do mercado (o máximo de veículos para cada mil habitantes que uma economia pode comportar), enquanto se expandia a utilização de robôs industriais assistidos por computadores. Esta revolução tecnológica criou a possibilidade de profundas mudanças na organização da produção. Baixo crescimento econômico, queda da produtividade e dos lucros, mercados saturados, encontraram resposta no chamado modelo toyotista de produção, assim chamado por ter

[2] HARVEY, David, **A condição pós-moderna**, São Paulo, Edições Loyola, 1992, p. 135.
[3] GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 17.

sido desenvolvido originariamente na *Toyota Motor Company* ainda na década de 1950.

Segundo Gounet, no modelo toyotista

> [...] a produção é puxada pela demanda e o crescimento, pelo fluxo. *No sistema fordista, a meta era produzir o máximo, em grandes séries*. Vender era tarefa do departamento comercial. No Japão, isso não era rentável. É preciso produzir muitos modelos, cada um em pequena quantidade, e *é a demanda que deve fixar o número de veículos de cada modelo* […] Assim, a empresa só produz o que é vendido e o consumo condiciona toda a organização da produção.[4]

O sistema toyotista aparecia como uma resposta ao esgotamento do modelo fordista, dado que este não conseguia superar as rigidezes sistêmicas que impediam sua adaptação ao novo momento econômico. Para Geraldo Augusto Pinto, o fordismo se caracterizava pela "produção em série e em larga escala, fundamentada em unidades produtivas altamente verticalizadas e concentradoras de grandes contingentes de trabalhadores especializados, em sua maioria, semiqualificados".[5] Diferentemente, o toyotismo permitia atender demandas específicas com mercadorias mais personalizadas e sem capacidade ociosa na fábrica. Mas para alcançar estes resultados, se precisava de uma nova empresa:

Isso era obtido pela focalização no produto principal, gerando desverticalização e subcontratação de empresas que passavam a desenvolver e a fornecer produtos e atividades, com utilização de uma força de trabalho polivalente – agregando em cada trabalhador atividades de execução, controle de qualidade,

[4] Idem, p. 26, grifos nossos.

[5] PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 39.

manutenção, limpeza, operação de vários equipamentos simultaneamente, dentre outras responsabilidades.[6]

Desta maneira, de acordo com Gounet, a necessidade de adaptar-se rapidamente às flutuações da demanda exigiu a *flexibilização* das formas do trabalho:

> [...] o trabalho não é mais individualizado e racionalizado conforme o taylorismo; é um trabalho em equipe; a relação homem-máquina torna-se a de uma equipe de operários frente a um sistema automatizado; em segundo lugar, o trabalhador deve tornar-se polivalente para operar várias máquinas diferentes em seu trabalho cotidiano, mas também para poder ajudar o colega quando preciso.[7]

As consequências da implantação do modelo toyotista pelas grandes montadoras dos países ocidentais sobre os trabalhadores foram fortemente negativas: o trabalho agora "em equipes" passa a lidar com um sistema robotizado, o que implicava que um trabalhador podia chegar a operar até cinco máquinas, contra uma relação de uma máquina por trabalhador no sistema fordista; o novo caráter "polivalente" do trabalhador (se adaptar a repentinas mudanças de equipe e função), não se traduziu em aumentos salariais proporcionais às novas qualificações exigidas, e o gerenciamento *por estresse* (nome real) desta intensificação do trabalho, exigida pela necessidade de uma reação imediata a mudanças no fluxo, significou, portanto, um aumento da exploração da mão de obra.

Como consequência, o sindicato, baseado tradicionalmente na solidariedade de classe, terminou transformando-se em um entrave para a velocidade que exigiam os fluxos da produção neste novo modelo flexível. Para os trabalhadores, o toyotismo parece,

---

[6] Idem, p. 40.

[7] GOUNET, Thomas, **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**, op. cit., p. 27.

inicialmente, eliminar o caráter repetitivo e uniforme da linha de montagem fordista, porém, o verdadeiro custo humano desta mudança se revela quando "no toyotismo, o princípio fundamental do taylorismo, ou seja, a luta patronal contra o ócio operário, atinge um patamar superior."[8] Se o novo princípio é que a produção (o quê se fabrica e quanto se fabrica) está determinada pela demanda, a *fluidez* se transforma no principal objetivo para o bom funcionamento da empresa. Este imperativo de rápida adaptabilidade é o que dispara uma mudança estrutural no mercado de trabalho, onde as empresas, de agora em diante, vão manter contratado apenas a um mínimo de operários porque, caso aumente a demanda, a empresa poderá obrigar os trabalhadores a fazer horas extra para aumentar a produção ou, no caso, poderá contratar trabalhadores temporários. Segundo Geraldo Augusto Pinto,

> No sistema toyotista, a autonomação, a polivalência e a organização celular permitiram que a capacidade produtiva dos postos de trabalho passasse a ser flexível, absorvendo variações quantitativas e qualitativas na demanda dos produtos, sem manutenção de estoques e contando com um número idealmente fixo de trabalhadores, dos quais podem ser exigidas jornadas flexíveis, com aumento significativo de horas extras.[9]

Esta nova forma de trabalho exigiria profundas mudanças na legislação laboral, o que já revelava o fim da era dos empregos estáveis, mais típica do fordismo. Neste novo modelo de produção flexível, a empresa, segundo a conjuntura, pode contratar mais operários, porém "a política básica é usar o mínimo de operários e o máximo de horas extras."[10] Por esta causa, partidos, sindicatos e toda legislação trabalhista que resistissem e se opusessem à

[8] Idem, p. 29.
[9] PINTO, Geraldo Augusto, **A organização do trabalho no século XX**, op. cit., p. 63.
[10] Idem, p. 30.

flexibilização das regulamentações do mercado de trabalho se tornariam os principais inimigos políticos da nova ordem econômica que o grande capital começava a organizar para escapar da crise dos anos 1970. David Harvey apresenta o diagnóstico econômico dominante à época, resumido em uma palavra: "rigidez". Assim,

> Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor "monopolista"). E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a forca aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora – o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.[11]

A partir deste diagnóstico, é possível apontar que a passagem do fordismo para o toyotismo se transformava, de um imperativo de mudança técnica no plano da produção, em um *projeto político* de reformulação integral das relações capital – trabalho, certamente com impactos sobre toda a vida social do capitalismo tardio.

É neste sentido, portanto, que a adoção e difusão do sistema de produção flexível pode ser entendido, inicialmente, como a reação do capital frente à falta de respostas da produção fordista e das políticas keynesianas para lidar com as contradições que se multiplicavam no denominado "capitalismo administrado" da época. Contudo, dado que os consequentes processos de reestruturação produtiva exigidos pelos novos métodos flexíveis exigiam o início da progressiva destruição da legislação e dos direitos trabalhistas e a imposição de formas de trabalho cada vez

[11] HARVEY, David, **A condição pós-moderna**, op. cit., p. 135.

mais precárias, quando estas exigências econômicas de flexibilização laboral e de desregulação de mercados se organizaram para chegar ao poder como como programa político de governo, temos o início de era do capitalismo de gestão *neoliberal*.

> De acordo com Edmundo Fernandes Dias, no neoliberalismo [...] a estratégia capitalista passa a ser a do "desengessamento" das condições da acumulação. [...] Sindicatos, partidos e movimentos sociais são agora considerados não apenas desnecessários mas intoleráveis mas, também, irracionais e obstáculos ao puro desenvolvimento das novas formas econômicas.[12]

Desta maneira, o neoliberalismo se insere dentro do projeto político neoconservador iniciado nos anos 1980 como a estratégia de saída da crise econômica dos anos 1970, defendendo o desmonte de todo tipo de regulamentação estatal (dessengessamento) que mantivesse as rigidezes fordistas que "sufocavam" os empresários privados. Mercados cada vez mais *flexíveis*, traduzido no jargão ideológico neoliberal, "mercados livres" de toda aquela interferência estatal que asfixiava o crescimento econômico e desestimulava a iniciativa privada, definiram os parâmetros da propaganda ideológica das contrarreformas neoliberais das sociedades capitalistas ocidentais. Assim, a agenda das reformas orientadas para o livre mercado, tinha entre seus principais objetivos econômicos desregular os mercados para favorecer a implantação de um novo modelo de capitalismo que David Harvey denominou "capitalismo de acumulação flexível".[13]

---

[12] DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, *In*: BRAGA, Ruy, **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea, São Paulo, Editora Xamã, 1996, p. 289-290.

[13] Cf. HARVEY, David, Parte II – A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX, *In*: _____, **A condição pós-moderna**, op. cit., p. 115-184.

Assim, o neoliberalismo pode ser definido, neste primeiro momento histórico, como uma estratégia de saída de crise frente à crise estrutural do capital dos anos 1970 porque efetivava contrarreformas econômicas que representavam contratendências à queda da taxa de lucro do grande capital.

O neoliberalismo passou a fazer parte da agenda política de todos os governos dos países latino-americanos, em maior ou menor medida, desde fins dos anos 1980 até o presente. O denominado Consenso de Washington, conjunto de "recomendações" de política econômica elaborado em 1989 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Banco Mundial e pelo Tesouro dos Estados Unidos e direcionado aos países latino-americanos com o objetivo de dar resposta à crise da dívida externa e aos processos hiperinflacionários que sofriam vários países da região, sistematizava as medidas fundamentais que inauguravam a nova era de gestão neoliberal do capitalismo. Além da citada desregulamentação dos mercados, se "recomendava" a realização de uma profunda reforma do Estado, que incluía uma reforma administrativa e uma política de privatizações de empresas estatais; uma política de ajuste fiscal para reorganizar as finanças públicas; abertura econômica, eliminando medidas protecionistas e entregando a produção nacional à concorrência com produtos importados, e a promoção de investimentos estrangeiros.

2

As exigências das novas formas de produção flexível do modelo toyotista significaram o início de um processo ininterrupto de destruição de direitos laborais para a grande maioria dos trabalhadores. A flexibilização dos mercados laborais buscavam o desmonte das regulações construídas durante o modelo fordista de organização da produção, resultando no fim do compromisso de integração subordinada dos trabalhadores à ordem social do capital por médio do denominado Estado de bem-estar social. De fundamento econômico da hegemonia burguesa durante a era

fordista, os direitos sociais começaram a ser apresentados pelo discurso neoliberal como privilégios que se constituíam em entraves aos processos de acumulação de capital.

Em termos gerais, a classe trabalhadora foi se dividindo durante a era neoliberal em dois grandes grupos. O primeiro, formado pelos trabalhadores mais qualificados, polivalentes, exigidos pela produção toyotista, ainda incluídos por méio de contratos formais e relações salariais mais estáveis, e um segundo grupo, constituído por uma grande massa de trabalhadores que era contratada ou descartada segundo o aumento da demanda (trabalho temporário), de trabalhadores terceirizados (precarizados), e finalmente de todos aqueles menos qualificados que iam sendo jogados na vala comum do desemprego estrutural.

Para Edmundo Fernandes Dias, "Se no início do capitalismo, a cidadania se pretendia expansiva, agora ela é *necessariamente* restritiva. Cortam-se, destroem-se direitos sociais, asfixiam-se possibilidades de organização sindical, produzem-se mutações no processo partidário e, acima de tudo, trata-se de desideologizar, de despolitizar a luta".[14] Isto significou que o neoliberalismo funda uma sociedade baseada em uma fratura social profunda entre aqueles trabalhadores incluídos nas trocas da economia formal e um imenso contingente de trabalhadores descartados e abandonados pelos processos centrais de acumulação de capital. Mas isto não se limita a um aumento da desigualdade; Francisco de Oliveira apontou que "há algo mais tenebroso por trás da renúncia ao combate ao desemprego e à miséria. É que as classes dominantes na América Latina desistiram de integrar a população, seja à produção, seja à cidadania."[15] Neste sentido, o impacto das políticas neoliberais sobre as classes trabalhadoras vão muito além

[14] DIAS, Edmundo Fernandes, Posfácio, *In*: BRAGA, Ruy, **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea, São Paulo, Editora Xamã, 1996, p., p. 297.

[15] OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, *In*: _____, **Os direitos do antivalor:** a economia política da economia imperfeita, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998, p. 215.

da precarização laboral: elas configuram "*verdadeiro apartheid entre classes, entre os dominantes e os dominados*"[16], que este autor caracterizou como uma desuniversalização da dominação[17], porque "os grupos e classes dominantes no Brasil já não pretendem integrar, mesmo que seja por mecanismos reificadores da exclusão"[18] a toda a população.

O neoliberalismo aparece como a demarcação histórica do fim dos processos e lutas que organizaram os debates e os conflitos em torno à construção da nação ao longo do século XX; por isso, a *desuniversalização da dominação* significa que o caráter radicalmente excludente da nova dinâmica estrutural da acumulação no capitalismo de gestão neoliberal é a raiz da crise de legitimidade das democracias liberais ocidentais, seja de países centrais ou periféricos, crise que em grande medida explica a emergência dos movimentos neofascistas hoje.

Por este motivo não é possível considerar que o neoliberalismo uma forma de dominação hegemônica, isto é, uma forma mais consensual de dominação da burguesia, em um sentido gramsciano, no sentido de que o neoliberalismo, por meio de discursos tais como o empreendedorismo, a autoajuda, o coaching ou a teologia da prosperidade, realizaria o convencimento ideológico dos trabalhadores obtendo o seu consentimento para a dominação do capital. Vamos nos deter nos erros desta perspectiva.

Em palavras do próprio Antonio Gramsci,

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos

[16] Idem, p. 215.

[17] Idem, p. 220.

[18] Idem, p. 215. Sobre a integração por exclusão: "negros, no Brasil, mulheres em toda América Latina, os índios de variada extração na América Latina, os mestiços, a infância, os coortes generacionais, eram formas de clivagem no mercado de trabalho que integravam por exclusão, vale dizer, o mercado reificava como atributos dos indivíduos e das classes o que eram as taras históricas da desigualdade e da não-cidadania na América Latina", Idem, p, 213.

> sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme *um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa*; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.[19]

Deste modo, a hegemonia não significa uma mera operação de convencimento ideológico, restrita ao plano dos valores e da visão de mundo, mas deve incluir na sua equação toda a série de processos de articulação de interesses materiais entre dominantes e dominados, tal como analisados exemplarmente pelo próprio Gramsci em *Americanismo e Fordismo*.[20] Fica claro que a hegemonia, nesta obra, não resulta de uma operação estritamente ideológica no plano cultural, mas envolve a combinação entre repressão dos sindicatos de trabalhadores, o convencimento ideológico que não exclui a violência (a imposição do estilo de vida puritano), mas também a negociação de certos "equilíbrios de compromisso", nos quais a burguesia sacrifica interesses econômicos, materiais, concretos (sem "envolver o essencial"), constituindo assim o elemento econômico da hegemonia burguesa na era fordista (a questão dos "altos salários" analisada por Gramsci nesta obra). A tão citada expressão gramsciana de que "A hegemonia nasce da fábrica"[21] significa que os discursos dos aparelhos privados de hegemonia, operando no campo da cultura, dos valores e das visões de mundo, o "americanismo" do título, não podiam ser

---

[19] GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, *In*: _____, **Cadernos do Cárcere**. Volume 3, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, p. 49, grifos próprios.

[20] GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 (1934): Americanismo e Fordismo, *In*: _____, **Cadernos do Cárcere**. Volume 4, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 239-282.

[21] GRAMSCI, Antonio, Americanismo e fordismo, op. cit., p. 247.

autonomizados da dimensão econômica da produção material, isto é, do "fordismo":

Dado que se opera essencialmente sobre as forças económicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção económica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica.[22]

Por isso, segundo Roberto Finelli, para Gramsci "a nova fábrica se faz princípio e síntese da nova totalidade social", na medida em que ela é, ao mesmo tempo,

> 1. *produção material de mercadorias*; 2. *produção do nexo social de salário e lucro*, ou seja, da relação de classe central da sociedade contemporânea; e, por fim, é 3. *produção de um imaginário* [...] de um estilo de vida capaz de uma ética puritana, em oposição a comportamentos dissipadores e improdutivos."[23]

Esta tripla centralidade da fábrica a tornava fundamento da hegemonia fordista, na medida em que o segundo elemento de Finelli acima citado, "a produção do nexo social de salário e lucro", demonstrava que "se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica". Este nexo salário e lucro é essencial:

> [...] para Gramsci o americanismo se baseia numa relação de redistribuição entre lucro, salário e renda profundamente diversa daquela do capitalismo do Ocidente europeu. Os altos salários e a consequente expansão da demanda permitem a ampliação de um mercado interno que não mais vê as rendas e o consumo improdutivo numa posição de grande relevo.

---

[22] GRAMSCI, Antonio, Caderno 13 (1932-1934): Breves notas sobre a política de Maquiavel, op. cit., p. 28.

[23] FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, 1997, em **Gramsci e o Brasil**, Disponível em < https://gramsci.org/?page=visualizar&id=283 > Acesso em 22 de ago. 2024.

> Com relação ao capitalismo oitocentista e tradicional, baseado na repressão do salário e numa relação orgânica entre lucro e renda, o novo capitalismo americano desloca a renda para uma função marginal e coloca salário-lucro no centro do desenvolvimento econômico.[24]

Se o deslocamento da renda para uma função marginal garantia que o nexo salário-lucro tornasse a questão dos altos salários, analisada por Gramsci, como "um fenômeno derivado de uma *necessidade objetiva* da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento"[25], a hegemonia fordista adquiria um caráter *integrador*,[26] na medida em que, segundo Finelli, "Os altos salários e a consequente expansão da demanda permitem a *ampliação de um mercado interno* que não mais vê as rendas e o consumo improdutivo numa posição de grande relevo".[27]

No entanto, o que vimos que acontece no mundo da produção e do trabalho depois do esgotamento do modelo fordista? O desenvolvimento de um novo modelo capitalista de acumulação flexível que, por meio da flexibilização (destruição) dos direitos trabalhistas e o desmonte das regulações dos mercados, altera a relação entre os componentes salário, lucro e renda. O neoliberalismo, via o aumento da exploração da mão de obra contratada e a marginalização do resto dos trabalhadores, relativiza o papel do salário em relação ao lucro, trazendo de volta ao centro da equação a renda (especulativa), agora produto da financeirização da acumulação. Se o neoliberalismo elimina um dos fundamentos essenciais de toda dominação hegemônica, isto é, a

---

[24] FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, op. cit.

[25] GRAMSCI, Antonio, Americanismo e fordismo, op. cit., p. 273, grifos próprios.

[26] Certamente, a inclusão de trabalhadores no sistema fordista e a questão dos altos salários deve ser qualificada, dado que, procurando o aumento da exploração de uma força de trabalho mais qualificada, traduzia o projeto político da burguesia de conseguir a *integração subordinada* destes à nova ordem produtiva.

[27] FINELLI, Roberto, Americanismo, fordismo e subjetividade, op. cit., grifos próprios.

integração dos trabalhadores mediante determinados "equilíbrios de compromisso", não é possível falar de hegemonia neoliberal. Em palavras de Edmundo Fernandes Dias,

> [...] fala-se com uma certa facilidade em hegemonia burguesa no Brasil, quando na realidade trata-se, pura e simplesmente, do domínio político-ideológico dessa classe. No máximo, se poderia falar em neutralização dos adversários e não em construção objetiva de uma plataforma que efetivamente incorpore as classes sociais.[28]

Serão as políticas neoliberais que concretizarão as reformas econômicas que resultarão na marginalização de contingentes cada vez maiores de trabalhadores das relações salariais formais. Deste modo, o problema da dominação será, de agora em diante, não a integração em um sistema que não integra, mas a administração de crescentes multidões descartadas pela gestão neoliberal das contradições do capitalismo de acumulação flexível. Dominação neoliberal então, e não hegemonia neoliberal, necessariamente fundada, por um lado, no progressivo aumento da repressão contra toda resistência social que surgir, e por outro, na intensificação da pressão ideológica sobre os trabalhadores. Aumento da repressão e intensificação da propaganda ideológica buscam compensar o fato de que o neoliberalismo não se baseia em equilíbrios de compromisso entre classes, mas na destruição do salariado e na marginalização de crescentes contingentes de trabalhadores a um não-lugar social que anuncia "Holocausto sem (?) câmaras de gás", como já o assinalara Francisco de Oliveira[29].

---

[28] DIAS, Edmundo Fernandes, Sobre a leitura dos textos gramscianos, *In*: _____, et al, **O outro Gramsci**, São Paulo, Xamã, 1996, p. 114.

[29] OLIVEIRA, Francisco de. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda, op. cit., p. 221.

3

> Consideramos que toda tentativa de conceitualizar o neoliberalismo deve partir da historicidade do objeto, a partir da qual os elementos distintivos se articularão para dar sentido político ao fenômeno, além dos componentes doutrinários que pairam como princípios imutáveis no plano das ideias econômicas. Em função disto, é possível apontar as diversas mutações que o neoliberalismo sofreu ao longo das últimas décadas, para precisamente poder manter sua função frente às crises e transformações do capitalismo contemporâneo.

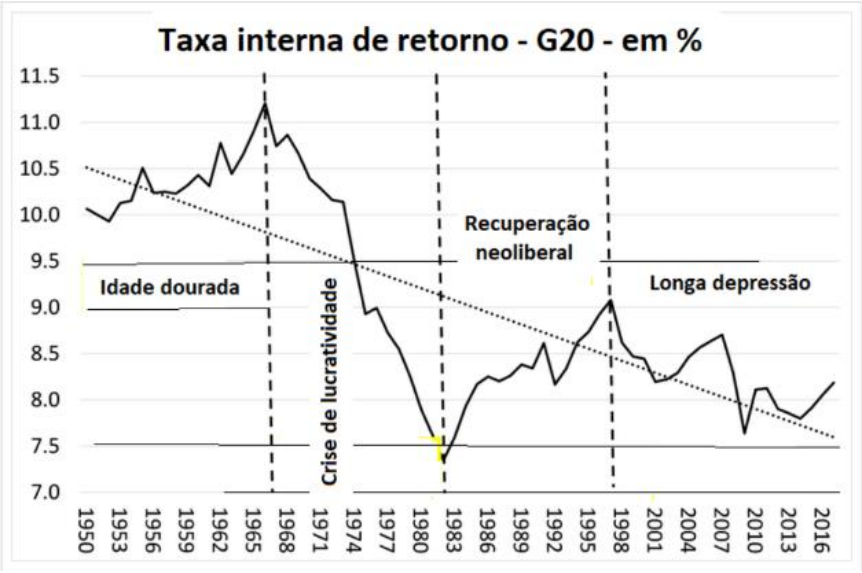
Assim, na primeira década dos anos 1980, o neoliberalismo chega ao poder nas economias centrais como uma estratégia de saída de crise frente à crise estrutural do capital que eclodiu nos anos 1970, sendo o braço econômico (lado a lado do braço cultural) de todo um projeto político neoconservador de recomposição hegemônica dos Estados Unidos no mundo. Aparentemente, o baixo crescimento, a alta inflação e a baixa produtividade dos anos 1970 tinham ficado para atrás, por meio das políticas de flexibilização laboral e desregulamentação dos mercados, e a breve segunda guerra fria contra a União Soviética na primeira metade dos anos 1980 permitiu ao governo americano implementar certo keynesianismo militar que contribuiu para a recuperação da economia americana.

Na sua segunda década, nos anos 1990, o neoliberalismo se consolida como o modo de gestão do capitalismo contemporâneo agora em fase de globalização (abertura de mercados nacionais aos fluxos globais de capital e integração subordinada aos desígnios da superpotência americana). Concomitante ao processo de integração mundial de mercados sob domínio dos Estados Unidos, se aprofunda o processo de financeirização da acumulação, sob o comando dos grandes bancos americanos. É a década dos governos neoliberais em grande partes dos países latino-americanos, que

representaram o desmonte final do Estado desenvolvimentista e dos projetos nacionais de industrialização vigentes, com todas suas variações, desde os anos 1930 e 1940 do século XX.

Na terceira década dos anos 2000, já fica evidente o fracasso da estratégia neoliberal em recuperar a taxa de lucro do grande capital, como é possível ver no seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Taxa de lucro das economias dos países do G20 (1950-2016)



Fonte: Michael Roberts[30]

Este fracasso anuncia o início do esgotamento do neoliberalismo como modo de gestão do capitalismo contemporâneo, dado que os Estados Unidos optam abertamente, a partir da invasão de Afeganistão em 2001, pela militarização da acumulação, dando início à nova era das chamadas "guerras

[30] ROBERTS, Michael, *apud* PRADO, Eleuterio, Do futuro da economia mundial, *In*: Blog **Economia e complexidade**, 26 jul. 2021, Disponível em < https:// eleuterioprado.blog/2021/07/26/do-futuro-da-economia-mundial/ >, Acesso em 5 ago. 2024.

permanentes". A partir do atentado às torres gêmeas do World Trade Center em Nova York, os Estados Unidos revelam um plano de "atacar sete países em cinco anos, começando por Irak, depois a Síria, Líbano, Libia, Somália, Sudão e acabando com o Irã", segundo as próprias palavras do General Wesley Clark, aposentado de 4 estrelas do exército dos EUA e Comandante Supremo Aliado da OTAN durante a guerra do Kosovo.[31] O esgotamento do neoliberalismo como gestor do capitalismo contemporâneo se completa com a eclosão da crise financeira do ano de 2008, nova manifestação da crise estrutural dos anos 1970 nunca superada pelo capital.

Na seguinte década, o apartheid social produzido por quatro décadas de neoliberalismo traduziria a imensa a fratura social para o campo político: a chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos representaria o acontecimento inaugural de uma nova época na qual a gestão das contradições do capitalismo exigia novas alternativas. É nesse momento que a multiplicação de discursos autoritários e de movimentos neofascistas em muitas das democracias ocidentais, réplicas da fratura ao interior da classe política estadunidense, revelava que o fascismo volta a se apresentar como alternativa para o grande capital em função da crise do regime democrático liberal que é incapaz de dar respostas à barbárie social produzida pela irracionalidade da racionalidade capitalista.

A crise do neoliberalismo abre as portas para uma possível tentativa do grande capital de optar por uma gestão fascista das contradições de um capitalismo incapaz de superar a sua crise estrutural, que já se arrasta por quase cinco décadas, devastando com suas políticas o mundo e a vida dos trabalhadores.

---

[31] General Wesley Clark: "Vamos derrubar 7 países em 5 anos", *In*: YOUTUBE, 18 de outubro de 2018, Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=nplyKJeShO8&t=129s >, Acesso em 15 set. 2024.

Neoliberalismo escolar e as competências socioemocionais: produção do "empreendedor de si"

Giuliana Volfzon Mordente[1]

Introdução

Nos últimos anos, a valorização das competências socioemocionais no cenário educacional tem ganhado destaque, sendo frequentemente promovida como uma solução "inovadora" para diversos desafios contemporâneos. Estas competências, que incluem habilidades como resiliência, empatia, autocontrole e liderança, são apresentadas como essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional, prometendo capacitar indivíduos para se adaptarem de forma mais eficiente às demandas de um mundo em constante mudança.

Este estudo[2] pretende explorar a captura neoliberal das competências socioemocionais, investigando como a integração dessas habilidades nos currículos escolares e nas políticas educacionais enfatizam valores como responsabilidade individual, meritocracia, eficiência e competitividade. Sob essa ótica, essas competências não são meramente ferramentas neutras para o autodesenvolvimento, mas sim componentes de um amplo projeto de neoliberalismo escolar (Mordente, 2023).

---

[1] Professora Adjunta de Psicologia Educacional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF). Doutora em Psicologia (PPGP/UFRJ).

[2] Este capítulo constitui um recorte da investigação desenvolvida na pesquisa de doutorado intitulado "Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação: como a educação 'inovadora' opera?" (Mordente, 2023). Doutorado conduzido pela autora no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ, com financiamento das agências CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

Assim, questiona-se a ênfase dada às competências socioemocionais como instrumento de adaptação dos indivíduos às condições precárias e instáveis do mercado de trabalho contemporâneo, desviando o foco das lutas coletivas contra as desigualdades e injustiças sociais.

Dessa forma, o texto se propõe a realizar uma análise dos processos de subjetivação neoliberais na educação (Guattari; Rolnik, 1986), concentrando-se na produção do sujeito neoliberal — "empreendedor de si" — engajado em sua própria exploração, por meio de mecanismos individualizantes e meritocráticos que incentivam o autogoverno semelhante à gestão empresarial (Laval, 2019). Identifica-se a engrenagem neoliberal coercitiva como alicerce dos processos educacionais denominados "inovadores" (Mordente, 2023), especialmente representados pelas pedagogias das competências e das competências socioemocionais.

O neoliberalismo pode ser compreendido como um projeto hegemônico multifacetado, um sistema de acumulação que reconfigura a exploração do trabalho, o papel do Estado e a sociabilidade humana (Saad Filho; Morais, 2018; Laval, 2019). No contexto educacional, o neoliberalismo se manifesta na adaptação da educação às lógicas do mercado e na produção de subjetividades. Ao historicizar esse fenômeno, a Teoria do Capital Humano é convocada para analisar a complexa relação entre educação, economia e trabalho, transformando o conhecimento em mercadoria e a educação em um investimento produtivo individual, convertendo as pessoas em recursos (Frigotto, 2011).

Investigaremos a racionalidade neoliberal que visa a produção de subjetivações docilizadas, ordenadas pela produtividade e pelo desempenho (Laval, 2019), com ênfase na Pedagogia das Competências. Essa proposta se alinha à formação de trabalhadores flexíveis e adequados à empregabilidade, instrumentalizando a educação para atender às demandas do mercado e redefinindo o papel dos professores e do conhecimento complexo (Ramos, 2001). Neste cenário, as competências socioemocionais visibilizam novas formas de submissão,

naturalizando novos processos de exclusão e precarização (Bueno; Almeida, 2015). Estas competências atuam como um controle subjetivo, visando suprimir a produção de afetos críticos e problematizadores.

A análise profunda do controle dos processos de subjetivação revela uma estratégia central das políticas educacionais hegemônicas. Este capítulo propõe, portanto, a produção de processos educativos singulares capazes de desafiar a serialização neoliberal, a partir de novos campos de referência (Guattari, 1990).

Neoliberalismo escolar

O projeto neoliberal manifesta-se por meio de diversas estratégias, entre as quais se destacam a desregulação da economia e das relações trabalhistas, a integração internacional dos mercados, a intensificação do capital financeiro, as privatizações e o sucateamento dos serviços públicos, além da fragmentação das formas coletivas de resistência e gestão dos afetos (Zandoná, 2022). Considerado um sistema de acumulação dominante (Saad Filho; Morais, 2018), o neoliberalismo requer mecanismos de controle que possam operar na dimensão subjetiva dos conflitos sociais, promovendo modos hegemônicos de existir e estar no mundo (Batista *et al*., 2022).

Guattari (1987), em suas análises dos processos capitalísticos, enfatiza a indissociabilidade entre a subjetividade e a política. A ordem capitalística subjetiva os modos de relações humanas, produzindo nossas representações inconscientes, bem como esferas tão diversas quanto nossas relações afetivas, nossa atividade laboral, nossa linguagem, nossa prática pedagógica e nosso processo de aprendizado (Guattari; Rolnik, 1986). Nesse sentido, o cerne desta reflexão é investigar como operam os processos de subjetivação neoliberais no universo educacional hoje.

É na capilaridade deste campo, emaranhada em um universo empresarial pautado por imperativos de eficácia, competitividade e flexibilidade, que a escola é convocada a atuar (Laval, 2019). O

neoliberalismo busca despolitizar a educação, dando-lhe um novo significado como mercadoria, para assegurar o sucesso do consenso em torno de suas estratégias de dominação (Gentili, 2004). O ataque à escola pública torna-se alicerce para as políticas de privatização e de reforma cultural. O Estado neoliberal se mostra "mínimo" no financiamento da escola pública, mas adota uma postura "máxima" ao centralizar os currículos, verticalizar as avaliações e retirar a autonomia dos envolvidos (Gentili, 1996). Assim, minam-se as condições para a construção de uma educação pública, democrática e de qualidade para as camadas populares.

Neste contexto, definiremos como neoliberalismo escolar o processo que reordena o sentido da educação para uma perspectiva utilitarista, considerando-a um serviço prestado às empresas, produzindo uma sujeição direta da escola à razão econômica. Essa visão mercadológica penetra na instituição educacional, adotando o modelo da empresa privada como paradigma e referência. Escolas são empresas, os estudantes são clientes/consumidores, e a aprendizagem é uma mercadoria a ser quantificada e instrumentalizada pelo mercado (Laval, 2019).

A estrutura da escola neoliberal concebe a educação como uma atividade com custo e retorno, caminhando no sentido de desmobilizar a garantia deste direito. A investida estratégica e agressiva contra a educação pública no Brasil baseia-se na integração sistemática da educação à esfera privada por parte de grandes corporações, fundos de investimento e setores financeiros, transformando-a em um grande balcão de negócios (Marrach, 1996). Observamos o interesse das corporações na lucratividade por meio da mercantilização da educação, da competição pelos fundos públicos, da privatização do ensino público, das parcerias público-privadas, da comercialização dos sistemas privados de ensino, da compra e venda de escolas e da precarização da formação e do trabalho dos professores (Adrião *et al*., 2022).

O projeto educacional do empresariado subordina tanto a educação quanto a administração escolar aos seus interesses, visando controlar seus efeitos e restringir o acesso dos estudantes

da escola pública a saberes complexos e sistematizados. Este é um mecanismo estratégico de manutenção da hegemonia na sociedade brasileira e de perpetuação da economia política do capital, aliada à modulação dos trabalhadores para submissão (Martins; Pina, 2015). Nesse cenário, há uma crescente interesse por parte do empresariado na esfera educacional, visto não apenas como uma oportunidade para explorar e obter ganhos financeiros em um mercado anteriormente regulado, predominantemente, pelo Estado (Freitas, 2014), mas também como um instrumento de controle subjetivo.

Frente a tal movimentação, é crucial salientar a dimensão subjetivante neoliberal dos processos educativos, que desempenham um papel central na operação do neoliberalismo escolar. Para além da adaptação da educação às demandas do mercado, da crescente intervenção empresarial sobre o trabalho pedagógico e da formulação de currículos (Barata, 2013; Bueno; Almeida, 2015; Adrião *et al*., 2022), a captura neoliberal subjetivante atua por meio da produção de uma nova sociabilidade e do estabelecimento de um domínio neoliberal sobre valores morais e intelectuais (Guattari, 1992).

Teoria do Capital Humano

Desenvolvida a partir da década de 50, a Teoria do Capital Humano[3] estabelece uma relação linear entre educação, economia, emprego e renda, correlacionando os investimentos realizados no indivíduo – como em sua educação, saúde, treinamento, mobilidade – com o incremento da produtividade. Em especial, há um enlaçamento entre educação e desenvolvimento econômico (Frigotto, 2011), com o trabalhador sendo concebido como um sujeito econômico ativo (Lemos; Macedo, 2019).

No século XXI, o saber emergiu como uma das principais *commodities*, com o "intelecto" assumindo a forma de uma

[3] Teoria formulada por Theodore Schultz e Gary Becker.

mercadoria sujeita a custos, preços e valores de mercado. O conceito de capital humano refere-se ao "estoque de conhecimentos economicamente valorizáveis e incorporados nos indivíduos" (Guellec; Ralle, 1995 *apud* Laval, 2019, p. 51), isto é, aqueles conhecimentos que contribuem para aprimorar a capacidade produtiva do trabalho (Gentili, 1995). Certos tipos de conhecimento são reconhecidos como fator de produção, uma vez que impulsionam o crescimento econômico e, supostamente, facilitam a entrada no mercado de trabalho para aqueles que os dominam. A educação é concebida, assim, como um meio para promover a atuação individual e competitiva no mercado de trabalho, além de estimular o crescimento econômico.

O nível de escolarização apresenta-se como o grande responsável pelo desenvolvimento econômico tanto a nível do indivíduo quanto da sociedade, transformando a educação em um investimento de natureza produtiva (Frigotto, 2011). A busca individual por qualificação profissional é destacada como o fator primordial e distintivo para garantir melhores oportunidades de sucesso no mercado de trabalho (Lemos; Macedo, 2019). No entanto, tal abordagem transfere a responsabilidade das mazelas sociais para o indivíduo (e sua capacidade de acumulação de habilidades) e para a instituição escolar, relegando a um plano secundário a análise da produção da miséria e da pobreza pelo próprio capitalismo (Zandoná, 2022). Isso revela uma teoria fundamentada na culpabilização dos trabalhadores pelo sistema desigual de exploração.

A educação é percebida não como um direito social, mas como uma moeda de troca, uma propriedade educacional que os indivíduos devem adquirir para se capacitarem a competir no mercado de trabalho (Gentili, 1995). Sob essa perspectiva individualizante, a educação é considerada um "bem privado" que oferece um retorno ao indivíduo, um investimento destinado a aumentar a produtividade, renda e vantagens sociais do trabalhador (Carvalho; Silva, 2017). Nesse contexto, a escola passa

a ser encarada como fornecedora de "capital humano" às empresas, atendendo à demanda por recursos humanos.

Segundo Accioly e Lamosa (2021), o investimento público em capital humano deve ser ajustado para alcançar um "nível ótimo", além do qual seria considerado um desperdício. Esse "nível ótimo" é definido com base no barateamento da força de trabalho e na intensificação da exploração. Consequentemente, o objetivo da educação é limitado a fornecer uma formação básica e simplificada aos trabalhadores, enquanto disponibiliza uma maior quantidade de mão de obra para o mercado, o que contribui para a redução da pressão salarial (Accioly; Lamosa, 2021).

Apesar da disseminação da Teoria do Capital Humano baseada na premissa do pleno emprego e na integração efetiva da força de trabalho, na prática, diante das relações desiguais de poder e das tensões entre classes, essa integração se restringe a alguns indivíduos considerados "mais competentes", que possuem as habilidades técnicas e psicossociais demandadas pelo mercado (Frigotto, 2011; 2015). Para os demais, resta a condição de "exército de reserva", com a responsabilidade pelo sucesso profissional recaindo sobre o indivíduo, promovendo uma visão de educação meritocrática, na qual cada um é responsável pelo seu dever de aprender. Nessa conjuntura social, a escola não pode garantir acesso direto ao emprego, apenas a conquista do *status* de empregabilidade (Saviani, 2010).

Nos dias atuais, sob o lema "aprender a aprender", a escola é encarregada de ensinar competências básicas, promovendo a flexibilização e a "desespecialização". Nesse processo, saberes críticos e reflexivos – com potencial de gerar uma análise problemática do mundo – são abandonados, considerados "dispensáveis" (Laval, 2019). Esse processo resulta em um esvaziamento da escola como um espaço de formação humana voltado para o acesso a conhecimentos historicamente acumulados e sistematizados (Accioly; Lamosa, 2021), abrindo caminho para o sucesso da Pedagogia das Competências e para a produção dos futuros "empreendedores de si".

Pedagogia das Competências

A Pedagogia das Competências tem sido amplamente discutida e adotada no contexto educacional brasileiro nas últimas décadas. Em face da crise estrutural do capitalismo e do esgotamento do padrão de acumulação fordista-taylorista, a noção de competência emerge como uma estratégia para alinhar o modelo flexível de organização produtiva com a formação de novos trabalhadores (Ciervo; Silva, 2019). Torna-se um princípio organizador das relações de trabalho e educativas, incorporando os fundamentos da Teoria do Capital Humano (Ramos, 2001).

O Relatório Jacques Delors para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, publicado em 1996, marcou a disseminação dessa perspectiva educacional. No Brasil, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) institucionalizou a organização do currículo por competências no país. Essa abordagem foi adotada em documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC), como as Diretrizes Curriculares Nacionais, que destacam a importância do desenvolvimento de competências gerais nos currículos escolares. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017, enfatiza a formação integral dos estudantes, incluindo competências cognitivas, socioemocionais e éticas, assim como o Novo Ensino Médio (Silva, 2022).

O discurso dominante sugere que essa pedagogia seja capaz de preparar os jovens para enfrentar os desafios do "mundo real", fornecendo-lhes as ferramentas necessárias para "aplicar" seu conhecimento de maneira prática. Os conhecimentos são adquiridos na medida em que se revelam imediatamente úteis, enquanto a escola tradicional é criticada por transmitir conhecimentos considerados "desinteressantes", sem sentido e aplicabilidade (Silva, 2022).

De acordo com a BNCC, uma educação pautada nas competências seria "a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e

socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho" (BNCC, 2017, p.8). Segundo o Instituto Ayrton Senna (2014), competência é definida como a "capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática conhecimentos, valores, atitudes e habilidades, seja no aspecto cognitivo, seja no aspecto socioemocional, ou na interrelação dos dois" (IAS, 2014, p.9). A OCDE (2015) descreve as competências como

> [...] características individuais de promoção de pelo menos uma das dimensões do bem-estar individual e do progresso socioeconômico (produtividade) que, por sua vez, podem ser medidas de forma significativa (mensurabilidade) e modeladas por mudanças ambientais e investimentos (maleabilidade) (p.34).

Laval (2019) define "competência" como o conhecimento indissociável de um saber prático, englobando habilidades relacionadas à capacidade de realizar ações, além das ferramentas materiais e/ou instrumentos intelectuais necessários para a execução de tarefas, tornando o indivíduo "útil" na organização produtiva.

Nesse sentido, a Pedagogia das Competências se apresenta como uma abordagem educacional que enfatiza o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes[4]. De maneira geral, essas habilidades[5] são descritas de diversas maneiras: capacidade de adaptação, comunicação, trabalho em equipe, iniciativa, gestão de recursos, uso de tecnologias diversas, criatividade, aptidão para resolução de problemas, aptidão para aprender e se reciclar, dentre

[4] Vale frisar que as definições das competências e das habilidades cognitivas ou socioemocionais não apresentam um consenso no seu campo teórico. Silva (2018) destaca a falta de definição conceitual mais rigorosa em relação aos seus termos e usos, sem vinculação clara e explícita a qualquer teoria pedagógica.

[5] Para uma análise mais detalhada sobre as diferenças entre "habilidades" e "competências", acessar Primi et al. (2001). Primi é um dos autores do Relatório do IAS de 2014 (Santos; Primi, 2014).

outros (OCDE, 1992 *apud* Laval, 2019). O estudante deve ser polivalente, capaz de planejar, executar, tomar decisões, a partir de um espírito de liderança e proatividade. Por meio de um discurso "inovador", dinâmico e moderno, reeditam-se novas formas de exclusão (Bueno; Almeida, 2015).

A justificativa primordial das competências "gerais" baseia-se na tentativa de adequar o ensino a um mundo em constante transformação, requerendo conhecimentos "genéricos" que permitam aos estudantes desempenhar diversas funções e resolver múltiplos problemas (Neto, 2019). O foco dessa abordagem está no "saber-fazer", com formação baseada em conteúdos - os conhecimentos intelectuais sistematizados - percebida como rígida e caracterizada pela memorização e repetição, em contraste com a adaptabilidade e flexibilidade das competências (Laval, 2019; Zandoná, 2022).

Por trás do discurso que enfatiza novos "sentidos" para a aprendizagem dos estudantes e a construção de um currículo voltado para problemas concretos da realidade, observa-se uma redução da complexidade dos conhecimentos em uma perspectiva utilitarista e instrumental. A ênfase na "prática" ocorre em detrimento dos saberes formais, complexos e reflexivos, coletivamente construídos pela humanidade e necessários para a transformação da ordem vigente (Silva, 2022; Zandoná, 2022). A lógica das competências prioriza os aspectos diretamente úteis para a personalidade empregável, promovendo processos de aprendizagem que tendem à desintelectualização e desformalização (Laval, 2019).

Embora a pedagogia das competências seja prevalente na educação brasileira contemporânea, observa-se que, para as elites, os conhecimentos complexos são assegurados, alocando as competências como complementares aos conteúdos acadêmicos. Para a população marginalizada que frequenta a escola pública, considera-se suficiente um ensino técnico e "prático", voltado para a "empregabilidade", supostamente alcançada através de esforço e dedicação dentro de um paradigma meritocrático (Zandoná, 2022).

Essa abordagem resulta na expropriação do direito ao acesso a conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos, artísticos e culturais historicamente sistematizados (Leher, 2022). Negligencia os critérios de opressão, como classe, raça e território, ao presumir que experiências como "saber trabalhar em equipe" são equivalentes ao estudo sistemático de disciplinas científicas e culturais (Laval, 2019). A sistematização do ensino de conteúdos complexos e críticos é não apenas um direito, mas também um instrumento essencial para uma participação organizada e ativa na sociedade democrática. Negar esse conhecimento às camadas populares equivale a negar-lhes as condições necessárias para lutar contra os processos de alienação e dominação.

A categoria de "competência" constitui um atributo individual, uma propriedade, parte do processo de individualização engendrado pelas novas políticas de gestão dos "recursos humanos". Este processo solitário isola o trabalhador de seus direitos, de seus grupos e histórias coletivas (Laval, 2019). Em face à crise do desemprego, a competência assume um caráter adaptativo frente à ordem excludente capitalista (Ramos, 2001), que requer um esforço para adequar o indivíduo aos interesses empresariais, além de torná-lo flexível às novas relações contratuais. Aprendemos que a sobrevivência no neoliberalismo depende unicamente de nossa adaptação, boa vontade e iniciativa em relação às condições do mercado (Bordignon, 2020).

Segundo a OCDE, é imperativo que haja uma congruência entre as competências dos trabalhadores e as demandas do mercado de trabalho de cada país. No contexto brasileiro, não se pode justificar a oferta de uma qualificação excessiva da força de trabalho quando os empregadores demandam predominantemente trabalho simples. Esse "excesso de competências" implicaria reivindicações por melhores salários, o que poderia intensificar a emersão de mobilizações sociais por uma população crítica, disposta a lutar por transformações profundas e radicais (Accioly; Lamosa, 2021).

Competências Socioemocionais

As competências e habilidades socioemocionais[6] são um conjunto de capacidades consideradas fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social, bem como o sucesso acadêmico e profissional. Estas habilidades incluem uma variedade de atributos, como: inteligência emocional, empatia, gestão de emoções, relacionamentos interpessoais, comunicação, resolução de problemas e tomada de decisões, pensamento crítico, resiliência, colaboração, ética e responsabilidade, perseverança, amabilidade, engajamento, trabalho em equipe, adaptabilidade, autoconhecimento, força de vontade, coragem para correr riscos, comprometimento com o trabalho, tolerância ao estresse e curiosidade[7] (Laval, 2019; Accioly; Lamosa, 2021).

O trabalho com as "emoções" no processo pedagógico é percebido como um catalisador para a aprendizagem dos demais conhecimentos. Nessa perspectiva, a promoção de competências socioemocionais na esfera escolar é vista como um diferencial para assegurar o "sucesso" individual de crianças e adolescentes. Aqueles que se opõem a uma abordagem educacional conteudista, com ênfase no desenvolvimento intelectual e cognitivo, enalteceriam o desenvolvimento afetivo-emocional como elemento chave para a excelência acadêmica (Silva, 2022).

No contexto brasileiro atual, a disseminação dessa abordagem é liderada por grupos empresariais como o Instituto Ayrton Senna (IAS), Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Natura, Instituto Itaú, Unibanco, entre outros. Esses grupos seguem diretrizes estabelecidas por Organismos Multilaterais (OM), incluindo a OCDE, UNESCO, o Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Eles colaboram

[6] também chamadas de *soft skills*, habilidades não cognitivas, competências para o século XXI, paradigma holístico e abordagem transversal.

[7] A exemplo das habilidades e competências levantadas pelo relatório *The Changing Nature of Work* do Banco Mundial em 2019, pesquisas do Instituto Ayrton Senna (IAS) e documentos da OCDE.

com órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), para promover e implementar essa proposta (Zandoná, 2022).

A despeito de inúmeros educadores e educadoras, como Freire (1967), hooks (2021) e Alves (2010), há tempos terem assinalado a significância dos afetos, do diálogo, da escuta, dos vínculos, do amor e das relações de troca nos processos educativos, a Pedagogia das Competências, rotulada como "inovadora", apresenta o domínio do "socioemocional" como a mais recente tendência do mercado. Esta abordagem é promovida como uma novidade, supostamente descoberta e elaborada por pesquisadores e empresários de renome, sendo introduzida no cenário dos serviços educacionais como a grande mercadoria do momento.

Numerosas escolas e secretarias de educação adquirem programas, materiais didáticos e recursos associados às competências e habilidades socioemocionais, concebidos por grandes conglomerados empresariais. À medida que o setor empresarial ocupa um papel de protagonista na formulação da legislação educacional brasileira, assume-se o monopólio no que concerne o rumo de tais competências no contexto educativo, configurando um ponto central das disputas nos processos de subjetivação.

Para além dos lucros provenientes de mensalidades e sistemas de ensino, destaca-se a inestimável modulação subjetiva de toda uma geração. A partir do século XX, as competências socioemocionais emergiram como alvo de investimento, tornando as subjetividades a mercadoria mais valiosa dos empresários. Desse modo, é possível considerar o controle dos processos de subjetivação como uma das grandes estratégias das políticas de educação hegemônica.

Identifica-se o aprisionamento de noções fechadas, essencialistas e biologizantes de categorias fixadas e pré-formatadas de subjetividade, a serviço da sociabilidade neoliberal. Embasada em diversas teorias acerca das inteligências e dimensões da

personalidade[8] da década de 1980, com respectivos instrumentos de avaliação, tais como exames psicométricos e testes de inteligência[9], a concepção das competências socioemocionais encontra suas raízes nesse contexto. Tais teorias categorizam os indivíduos em tipos e traços específicos, sem questionar os pressupostos e referências de ser humano que sustenta essas avaliações, e tampouco quais projetos de sociedade estão sendo engendrados.

Outra pesquisa amplamente disseminada que fornece suporte teórico aos programas de desenvolvimento de competências socioemocionais é conhecida como Teoria dos *Big Five* ou Modelo dos Cinco Grandes fatores. Este é um arcabouço conceitual no campo da psicologia que identifica cinco dimensões básicas da personalidade - cinco eixos que abarcam "traços" de personalidade, os denominados Big Five: (1) abertura a novas experiências; (2) consciência; (3) extroversão; (4) amabilidade; e (5) estabilidade emocional. Trata-se de modelos pretensamente universais, de dimensões mensuráveis da personalidade, cuja estrutura seria reproduzível em diferentes contextos culturais. Cada uma dessas dimensões é postulada como tendo uma associação com uma competência socioemocional específica (Smolka *et al.,* 2015), buscando se alinhar ao padrão normativo de determinados modos de ser e estar na sociedade (Accioly; Lamosa, 2021).

Em muitos programas de educação socioemocional, argumenta-se que a capacidade de gerenciar pensamentos, sentimentos e comportamentos permite que as crianças enfrentem de forma mais eficaz situações estressantes, como pobreza e violência, possivelmente contribuindo para a diminuição das disparidades socioeconômicas. "Quanto mais desenvolvidas tais competências, mais favorável seria a luta do indivíduo por um lugar ao sol numa sociedade altamente competitiva e

[8] Teorias, como a proposta por Gardner em 1983, defendem a noção de "múltiplas inteligências", sugerindo que as habilidades humanas são constituídas por diferentes tipos de inteligências que se manifestam de forma única em cada pessoa.

[9] https://super.abril.com.br/especiais/a-polemica-das-multiplas-inteligencias

meritocrática" (Pereira; Evangelista, 2019, p. 81). O desenvolvimento e aprimoramento das emoções, utilizadas com vistas ao mercado de trabalho, são exaltados como um investimento capaz de trazer retornos em termos profissionais, sociais e pessoais (Ciervo; Silva, 2019).

Contudo, essa abordagem tende a isolar as "competências" enquanto entidades biologizantes, negligenciando uma análise profunda e complexa dos diversos elementos envolvidos nos processos educativos. Isso resulta em argumentos que incentivam investimentos individualizados – circunscritos ao sujeito - em detrimento da superação das condições sociais de miséria (Ciervo; Silva, 2019) e da violência resultante das relações sociais de produção capitalista e da exploração do trabalho. Problemáticas sociais são frequentemente justificadas com base em alegadas insuficiências dos sujeitos ou dos "déficits socioemocionais" nos processos de escolarização (Silva, 2022).

> Separar, para fins de mensuração, os aspectos socioemocionais dos aspectos cognitivos, isolando habilidades e traços de personalidade pré-definidos a partir de um construto tão questionado, tende a congelar e tipificar comportamentos, estabelecendo correlações que, mais uma vez, simplificam a complexidade e a dinâmica do desenvolvimento humano e ocultam as condições e contradições vivenciadas e enfrentadas por professores, alunos e seus familiares no cotidiano da instituição escolar (Smolka *et al.*, 2015, p. 236).

O cenário educacional contemporâneo é caracterizado por uma crescente ênfase nas competências socioemocionais, promovendo a concepção de uma nova 'era' escolar direcionada ao desenvolvimento de crianças resilientes, criativas, corajosas e independentes. Embora tais discursos se apresentem por meio de uma retórica supostamente crítica e humanista, nota-se uma tentativa de dissimular os efeitos nocivos das relações de dominação vigentes (Batista *et al*., 2022).

A escola é convocada a ensinar "criatividade" para atender às demandas do mercado consumidor contemporâneo; "resiliência" para lidar com as exigências do trabalho exploratório sem sucumbir ao *burnout*, de maneira positiva; "coragem" para enfrentar a crescente precarização dos direitos trabalhistas; "independência" fomentada pela crença no sucesso via meritocracia; e "flexibilidade" para se adaptar ao capitalismo de plataforma e à uberização (Bordignon, 2020; Motta; Andrade, 2020), dentre tantas outras "competências" destacadas.

O perfil do estudante contemporâneo transborda o conceito de corpos dóceis, passivos e obedientes, efeitos da sociedade disciplinar descrita por Foucault (2012). Atualmente, esses corpos dóceis são também aqueles que se adaptam aos novos valores contemporâneos: corpos dóceis criativos, autênticos, empáticos, proativos, comunicativos, resilientes. No contexto do capitalismo emocional, há uma atualização das formas de apassivamento, conferindo valor monetário a determinadas emoções (Ciervo; Silva, 2019).

No contexto brasileiro, em meio ao avanço das expropriações, ao aumento da desigualdade e à destruição de direitos trabalhistas, as competências socioemocionais destacam-se como uma estratégia de controle das dimensões afetivas dos estudantes, alinhada aos interesses empresariais. Tal aspecto coercitivo produz a fragmentação da classe trabalhadora, bem como o apaziguamento de conflitos sociais e de movimentos de contestação (Accioly; Lamosa, 2021).

Empreendedor de si

O neoliberalismo pode ser entendido primordialmente como uma racionalidade capaz de estruturar e organizar, não apenas as ações dos governantes, mas também a conduta dos próprios governados. Uma governabilidade estendida para diversas esferas sociais, intimamente ligada aos processos de produção e gestão de modos de vida. Assim, a racionalidade neoliberal eleva a concorrência à condição de lei universal, assumindo uma dimensão

totalizadora que engloba não apenas o Estado, mas todas as demais esferas da existência humana (Dardot; Laval, 2017).

A captura neoliberal contemporânea não se limita apenas ao controle externo, mas também se expressam no desejo, dimensão subjetiva do trabalhador. A atuação inconsciente transforma o capitalismo monopolista em um inimigo que se infiltra por toda parte, no registro do desejo e do investimento libidinal inconsciente, ordenados conforme modos dominantes (Guattari; Rolnik, 1986). A produção de assujeitamento, que encerra os indivíduos em identidades preestabelecidas e previsíveis, produz o perfil homogêneo dos futuros trabalhadores, operários e soldados, subservientes à engrenagem do capital. A subjetividade capitalística desempenha a função de bloquear os processos que escapam aos modelos hegemônicos (Guattari, 1992).

As lógicas de mercantilização da existência penetram na escola não como técnicas neutras, mas como estratégias culturais e políticas, fazendo com que a escola assuma o papel de formar futuros trabalhadores moldáveis e flexíveis às demandas de um mercado de trabalho precarizado (Laval, 2019). Neste contexto, o trabalhador não é mais simplesmente conduzido à obediência passiva e rígidas regras, mas sim encorajado a explorar a si mesmo em busca de sucesso e suposta "autonomia". O sujeito é impelido a explorar-se continuamente, não mais por coerção, mas por persuasão e sedução. Assim, o "desempenho" transforma-se em uma nova relação de poder, sustentada pela incessante reinvenção do capitalismo (Han, 2015).

A meritocracia desempenha um papel crucial nesse processo, induzindo os indivíduos a se perceberem como "livres" para se autoexplorarem, 24 horas, 7 dias por semana. O sujeito de desempenho não estaria submisso a ninguém: ele é senhor e soberano; explorador e explorado, vítima e agressor (Han, 2015). No entanto, essa aparente liberdade encobre uma nova forma de coerção, onde a liberdade não proporciona emancipação e libertação, mas perpetua novas formas de controle (Deleuze, 1992), operando uma obediência disfarçada de livre-arbítrio (Han, 2015). É o

paradoxo: “ajo segundo minha própria vontade produzida por outros”[10].

A noção de empregabilidade transfere a responsabilidade do emprego do âmbito dos direitos sociais para a culpabilização individual pelo desemprego. Os trabalhadores são incentivados a aprimorar constantemente suas “competências” em um ambiente de concorrência acirrada (Frigotto, 2011). Essa lógica individualizante mina a solidariedade e a coesão social, isolando o trabalhador de seus direitos, da noção de classe e de suas histórias coletivas. A categoria "classe trabalhadora"[11] pressupõe direitos como férias e décimo terceiro, enquanto o "empresário de si" (um colaborador) não, desresponsabilizando o Estado e as empresas. Um indivíduo sem proteção social torna-se responsável por seu próprio destino, enfraquecendo nossa força coletiva e capacidade de lutar (Chauí, 2017; Freitas, 2018). Assim, surge um neossujeito capaz de naturalizar as regras do jogo neoliberal. Diante desse cenário, reafirma-se a necessidade de repensar as formas de resistência coletiva e de construir novos modos de cooperação e enfrentamento político.

Considerações finais

A análise dos afetos no contexto educacional não deve ser separada das condições que os produzem, visto que tais afetos são sempre mediados por projetos mais amplos de sociedade. As competências socioemocionais invisibilizam uma reflexão crítica sobre a heterogeneidade dos processos de subjetivação, uma vez que pensar criticamente sobre o mundo pode produzir

[10] https://razaoinadequada.com/2017/06/25/byung-chul-han-sociedade-do-cansaco/

[11] Embora as classes sociais sejam tratadas como sinônimo de estratificação social rígida, trata-se de um processo complexo, que ultrapassa aspectos econômicos e políticos. Essa noção abarca as tensões históricas que constituem as relações de produção da vida, pela perspectiva de dominação e exploração (Martins; Pina, 2015).

“sentimentos” e “emoções” disruptivos, tão temidos pelas classes dominantes (Neto; Borges, 2022).

A problematização acerca da educação socioemocional não implica desconsiderar a importância do trabalho afetivo na educação, mas problematizar a sua transformação em mercadoria e seu uso como instrumento de controle moral e subjetivo. Tal perspectiva superficial e padronizada acerca do desenvolvimento socioemocional, em favor de uma solução comercializável que não desagrade os seus clientes, ocorre em detrimento de um trabalho pedagógico onde a complexidade e a diversidade de cada indivíduo são priorizadas. Esses manuais buscam universalizar a gestão dos sentimentos, ignorando as diferentes realidades, como se fosse possível comparar a “tristeza” de uma criança faminta à “tristeza” de outra que não pôde viajar para Disney nessas férias.

Para que os professores abordem as emoções na sala de aula de maneira transformadora, crítica e sensível, é necessário que haja uma profunda sintonia com as demandas e realidades da comunidade escolar. Torna-se imperativo que os docentes disponham de condições adequadas de trabalho e recebam formação inicial e continuada, capacitando-os a lidar com questões socioemocionais de maneira responsável. Além disso, devem contar com apoio institucional, espaços para troca de experiências e colaboração, bem como suporte de gestores escolares e da comunidade escolar. A integração a uma rede de apoio composta por profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, é igualmente crucial. Esses elementos são fundamentais para garantir a contínua valorização, incluindo em termos de remuneração salarial, do trabalho docente.

Uma educação fundamentada em relações de amor, respeito e diálogo, desvinculada das narrativas empresariais e inseparável de uma crítica profunda e radical aos sistemas de opressão, é possível. Inspirados por figuras como Paulo Freire (1967), que vê o amor como vital na luta contra injustiças e a afetividade como catalisadora de uma educação libertadora (2005), e bell hooks (2021), que enxerga o amor como um ato de resistência e ética de

vida transformadora, defendemos práticas pedagógicas que integrem a capacidade de reconhecer situações de exploração. Alves (2010), por sua vez, destaca a importância do afeto e da paixão dos educadores em sala de aula para potencializar significativamente o processo de ensino-aprendizagem, para "ensinar a ver", provocar espantos e curiosidades (Alves, 2002).

Por fim, propomos um universo escolar onde estudantes e docentes possam expressar e compartilhar suas vivências e afetações, não de forma isolada de seus contextos políticos e sociais, mas resultantes de sua multiplicidade e heterogeneidade de forças. Um ambiente escolar acolhedor e afetivamente engajado é essencial para formar jovens comprometidos "emocionalmente" com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Referências

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Revista Vértices**, *[S. l.]*, v. 23, n. 3, p. 706–733, set-dez. 2021. DOI: 10.19180/1809-2667.v23n3 2021p706-733. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976. Acesso em: 07 ago. 2023.

ADRIÃO, T. M. F. *et al.* **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira:** consequências da mercantilização para o direito à educação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

ALVES, R. **Ao professor, com o meu carinho**. São Paulo: Verus Editora, 2010.

ALVES, R. **Por uma educação romântica**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2002

BARATA, J. P. B. Educação em disputa: tensão entre o suposto universalismo das políticas públicas em educação e a prática. *In*: **VI**

Jornada Internacional de Políticas Publicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. UFMA, São Luis: 2013.

BATISTA, R. L. *et al*. A ideologia neoliberal na educação brasileira: considerações a partir Christian Laval. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 21, p. 453–469, nov. 2022. DOI: doi.org/10.55028/pdres.v9i21.15357. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/15357. Acesso em: 18 jun. 2023.

BORDIGNON, T. **Competências Sócio-Emocionais**: Uma Reflexão Sobre a Intencionalidade do Capital na Educação. Conferência de Abertura do Congresso Internacional de Educação: Educação em Perspectiva - Desafios na Sociedade Contemporânea". UFG: 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vzCOzBNPAqU Acesso em: 10 jan 2023

BRASIL - BNCC. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BUENO, E. R. A.; ALMEIDA, K. V. S. Um Olhar Para Além do Capital: a possibilidade de superação do modelo neoliberal em educação. **Porto das Letras**, v. 1, n. 2, p. 128–142, 2015. ISSN - 2448-0819. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/1782. Acesso em: 14 jun. 2023.

CARVALHO, R. S.; SILVA, R. R. D. Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento econômico na educação: as novas políticas curriculares em exame. **Educar em Revista**, p. 173–190, jan-mar. 2017.DOI: 10.1590/0104-4060.44451. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/Zmk59Kk7hhDBbfQdYm4X7Gv/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 13 jun. 2023.

CHAUÍ, M. **O retrato de uma catástrofe**. Entrevista cedida a Jornalistas Livres, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UCyVT2HLQQI Acesso em: 1 ago. 2023.

CIERVO, T. J. R; SILVA, R. R. D. A centralidade das competências socioemocionais nas políticas curriculares contemporâneas no Brasil. **Revista e-Curriculum**, v. 17, n. 2, p. 382–401, abr. 2019. DOI: 10.23925/1809-3876.2019v17i2p382-401. Disponível em: https://evistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/38834. Acesso em: 12 jun. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum:** Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI. Tradução: Mariana Echalar. Boitempo Editorial, 2017.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219–226.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREITAS, L. C. D. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line,** v. 18, n. 4, p. 906–926, 21 dez. 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i4.8654333. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/865. Acesso em: 11 jun. 2023.

FREITAS, L. C. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 6, n. 1, p. 48–59, 24 ago. 2014. DOI: doi.org/10.9771/gmed.v6i1.12594. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594. Acesso em: 21 maio. 2023.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, 30 jun. 2015. DOI: 10.22409/tn.13i20.p8619.

Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8619. Acesso em: 20 maio. 2023

FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. *In:* **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 18–35.

GENTILI, P. Adeus À Escola Pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. *In:* **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 306.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In:* SILVA, T. T.; GENTILI, P. (Eds.). **Escola S.A**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996.

GENTILI, P. O que há de novo nas novas formas de exclusão da educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 1, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71754. Acesso em 5 jun 2023

GUATTARI, F. **Caosmose:** um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular.** Pulsações Políticas do Desejo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica:** Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1986

HAN, B.C. **Sociedade do cansaço**. Trad: Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOOKS, b. **Tudo sobre o amor:** Novas Perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

IAS-UNESCO, I. A. S. **Competências socioemocionais**: material de discussão. Disponível em: http://educacaosec21.org.br. Acesso em: 10 jul 2023 (2014)

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. Especial, p. 78–102, 30 dez. 2022. DOI: 10.18764/2178-2865.v26nEp78-102. Disponível em: https://perió dicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262. Acesso em: 05 maio. 2023.

LEMOS, G. A. R.; MACEDO, E. A incalibrável competência socioemocional. **Linhas Críticas**, v. 25, e24582, 2019. DOI: 10.26512/ lc.v25.2019.24582. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index. php/linhascriticas/article/view/24582. Acesso em: 9 jul. 2023.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. *In*: JR, C. S. *et al*. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 42–56.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da Pedagogia Histórico-Crítica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 7, n. 1, p. 100–109, 2015. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.12410. Disponível em: https:// periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12410. Acesso em: 03 maio. 2023.

MORDENTE, G. V. **Neoliberalismo escolar e processos de subjetivação:** como a educação "inovadora" opera? Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. P. O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e224423, 14 set. 2020. DOI: 10.1590/ES.224423. Disponível

em: https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/. Acesso em: 13 abril. 2023.

NETO, A. C. M. **Crítica da educação centrada nas competências socioemocionais**. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade). Programa de Estudos PósGraduados em Educação: História, Política, Sociedade—São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019.

NETO, V.; BORGES, A. **Inteligência emocional e controle das emoções:** contribuições a partir da Teoria Crítica da Sociedade. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

OCDE. **Estudos da OCDE sobre competências**: competências para o progresso social: o poder das competências socioemocionais. São Paulo: Fundação Santillana, 2015. Disponível em: https:// bit.ly/3GncquJ . Acesso em: 17 jun. 2023.

PEREIRA, J. N.; EVANGELISTA, O. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola eLemann. **Movimento-revista de educação**, n. 10, p. 65–90, 30 jun. 2019.DOI: 10.22409/mov.v0i10.538. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistamovimento /article/view/32664. Acesso em 15 jun 2023

PRIMI, R. *et al*. Competências e habilidades cognitivas: diferentes definições dos mesmos construtos. **Psic.: Teor. e Pesq**., Brasília, v. 17, n. 2, p. 151-159, 2001. DOI: 10.1590/S0102-37722001000200007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/b5tz5SshXNLmnLj RRRKZknN/abstract/?lang=pt. Acesso em 17 jun. 2023.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SAAD FILHO, A; MORAIS, L. **Brasil:** Neoliberalismo versus Democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS, D.; PRIMI, R. (2014). **Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar:** uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas**.** Relatório sobre resultados preliminares do projeto de medição de competências socioemocionais no Rio de Janeiro. São Paulo: OCDE, SEEDUC, Instituto Ayrton Senna.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA, M. M. D. **A formação de competências socioemocionais como estratégia para captura da subjetividade da classe trabalhadora**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). São Paulo: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2018

SILVA, M. M. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 22, p. e022013–e022013, 4 maio 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8659871. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659871. Acesso em: 21 out. 2023.

SMOLKA, A. L. B. *et al.* O problema da avaliação das habilidades socioemocionais como política pública: explicitando controvérsias e argumentos. **Educação & Sociedade,** v. 36, p. 219–242, mar. 2015. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/es/a/WTmS8JRvXxwRQZKjB7GdLJH/abstract/?lang=pt# Acesso em: 21 out. 2023.

ZANDONÁ, A. A. **A conformação de uma nova sociabilidade:** competências socioemocionais nas orientações do Banco Interamericano do Desenvolvimento. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2022.

The modes of individuation in contemporary capitalism[1]

Felipe Ziotti Narita[2]
Jeremiah Morelock[3]

The emphasis on the processes of construction of individuality (individuation) from the social sciences may suggest a kind of *contradictio in adjecto*, insofar the very idea of social sciences implies the prerogative of the collective dimension of phenomena and individuation points to the domain of the individual. Conversely, this relation is much more nuanced than it may appear in an initial approach. Individuation means not only the condition of the individual according to its singularity, but also a process that constitutes the perception and the agency of individuality, comprising sociocultural pressures, socioeconomic structures, ideological twists and, above all, the need for work out on the subjectivity. This concern underlies our entire argument in this chapter.

Individuation is an important feature of contemporary capitalism, because the individual took on the role of a productive unit *par excellence* of society. We will present this *first thesis* with more theoretical details in this chapter. Here, it is important to

[1] This paper was presented and discussed in a public lecture at the Western Paraná State University (UNIOESTE) on May 2024. We thank Tiago Santos Salgado for the invitation and the general audience for the comments on the first draft of the chapter.

[2] Felipe Ziotti Narita is a lecturer in public policy at São Paulo State University (Unesp), pro-rector for research at Baron of Mauá University and associate researcher at the São Paulo Research Foundation (Fapesp). He received a postdoctoral training from the University of São Paulo (USP) and Federal University of São Carlos (UFSCar) and all four of his degrees from Unesp.

[3] Jeremiah Morelock is an instructor of Sociology at Woods College of Advancing Studies, Boston College, United States. He received his Ph.D. from Boston College.

point out that, historically, in other forms of society, the individual assumed other positions in the social structure. A short Latin treatise written by Boetius of Dacia in the 13th century, entitled *On the supreme good or on life*, expresses clearly the position of the individual subsumed by Christian tradition. *Individuus* is not the modern atomized person, but rather something that cannot be separated nor divided (*divisus*). The seek for the good life (*vita beata*), which involved the recognition of the *summum bonum* and the worldly *felicitas*, is part of the ethical duties of the political community (*civitas*) towards god and the moral constitution of human sociality (I. 10), not an individual pursuit grounded in a social contract nor instrumental activities based on accumulation or private happiness.

This picture changed with the modern era. The accentuated processes of individuation implied not necessarily the moral duties of the individual with the community, but entailed the primacy of the individual in the production of society (private merchant exchanges, the bourgeois family, intimacy, etc.) with resonances in moral values and even in the pictorial representations, for example, of the 15th-century Flemish painters (Todorov, 2004). Instead of a deep rupture, our argument is that modernity has constructed a new tension: the problem is not that the individual is much and society is less, but that new modes of individuation dialectically pressure collective needs at the same time as they are contradicted by social processes. *This is our second thesis*.

The paper, thus, is not a plea for "traditional" societies nor another lamentation of how social relations have lost their (idealized) collectivist appeal of former generations. In the same way, we are not echoing any kind of conservative *Kulturpessimismus* about an alleged decadence of civilization with modernity. We offer a theoretical contribution to the reflection on the structural transformations of contemporary society over the last 40 years. Beyond macrossociological changes or the economic shifts produced by neoliberal society, we argue that a reflection on

individuation can be useful to grasp how capitalism has been reengineering social ties.

Individuation and social sciences: a theoretical excursus

As a first step, it is important to consider the methodological caveat of Marx (1990) against the "robinsonades" of political economy in the manuscripts of 1861 of the *Contribution to the critique of political economy*. In our approach, we do not take the ideality of the individual as if it could be abstracted from social circuits. Instead, we shed light on the social relations that constitute individuality. Even as a relatively "secondary" topic in relation to the great themes that marked sociology, anthropology, history and philosophy, the research on the processes of individuation is part of the institutionalization of the social sciences. We do not want to provide an exhaustive discussion of the problem of individual, which would imply much broader considerations of the works of Georg Simmel, Talcott Parsons, Marcel Mauss, James Fraser, etc. A rapid theoretical map, however, can be useful for us to both identify the main matrixes for our topic and clarify our approach in relation to some classical schemes and the current discussions in social sciences.

The first matrix, which we call "integrationist", is based on Durkheim (1991), who builds from a structural-functionalist approach that points to the *conditions of integration* of the individual into social structures. In modern societies, under the pressure of the division of labor and the need for specializes tasks, individuals not only tend to detach themselves from the standardization of traditions, but also are more dependent on contractual ties based on the commercial exchange and instrumental tasks of management and efficiency in their actions (Durkheim, 1991, p. 184). Individuals seek autonomy instead of being socialized by the similarity of consciousness, which implied a lack of the sense of individuation and the individual was subsumed under a same *type collectif* (Durkheim, 1991, p. 205). As an inquiry into the quality of

social bonds, he states that individuality grows (*s'accroît*) at the same time as individuals are more dependent of the whole (Durkheim, 1991, p. 101). This structural contradiction feeds the problems of the modern form of social integration, because individuation processes can atomize individuals at the same time as the functional stability of society needs for a solidary system, with institutional frameworks and cooperation among social classes, to promote wellbeing (Durkheim, 1991, p. 207). Norbert Elias (2021) refined this integrationist approach as he states that, beyond the dichotomy between individual and society, every individuality (*Einzeln*) is functionally dependent on the general structure of society through the constitution of a network that.

The second matrix tends to see individuation as a progressive movement completed with the birth of modernity. In this way, sociality, as condition that makes humans collective beings, is conceived according to progressive forms that liberate individuals from their generic embodiment to families, clans and social structures. This perception can be found in the strict dichotomies of modernization theories of the 1950s and 1960s, opposing ideal-types of traditional societies to modern societies. This argument is particular relevant, for example, in the sophisticated theoretical scheme of Tönnies: he stated that the modernizing moves from communities to broader societies imply not only a quantitative change in economic exchanges, population, etc. but also a structural transformation in the content of social integration. For him, modern social ties are based on the rational will (*Kürwille*), a contractual bond that encompasses calculation, rational choice and abstract relations among the multitude (Tönnies, 2019, p. 224-226). Modern societies are, above all, societies of *individuals* (*Einzeln*), which is to say, at the same time as individuation highlights the singularity of each human (Tönnies, 2019, p. 330) it also breaks with traditional contents of sociality and turn social ties more instrumental and egoistic.

The third matrix can be found in Louis Dumont. Modern individuation arises *pari passu* the emergence of the economical

order as a specific sector of social activities (Dumont, 1982, p. 45), that is, it is historically rooted in the market transformations from the 18th century onwards. On the one hand, the clash of mercantile monopolies and the development of commercial activities beneath the determination of state paved the way to the birth of civil society as a form association among private individuals. On the other hand, with political economy, labor became the subject of social process (Dumont, 1982, p. 109), that is, accumulation and the massification (*fait massif*) of society promoted a levelling pressure to consider each individual an atom (Dumont 1985, p. 32). If we assume this scheme, there is an important theoretical consequence. Individuation takes place at the expenses of integrative forms of social life in a peculiar historical context. In this case, the aspiration for both moral and political equality, which marks the ideology of the left and even the aspiration of the Enlightenment, must be politically induced against the anthropological importance of the individual submission to a social hierarchy (Dumont 2008, p. 28), which contradicts the modern concern with equality and turns individual autonomy – the very basis of the modern processes of individuation – into a bias rooted in the modern culture much more prone to the fragmentation to the holistic concept of sociality (Dumont 2008, p. 50). In other words, individuation is not only historically circumscriptive to a specific.

The fourth matrix is based on the later courses and writings of Michel Foucault. Here, individuation is part of a broader historical process called "subjectivation", that is, how we relate to ourselves (*rapporter à nous-mêmes*) and interpret our actions – an *art de vivre*, from the *souci de soi* to individual *dandysme*, labor, etc. – grounded in our own understanding as subjects (Foucault 2001, p. 317). Beyond the determination of structures and their rules for functioning, which dominated the structuralist agenda until the early 1970s, Foucault states that individuation must be considered not only as a mode of individual agency, but also as a practice by which each individual takes care of its own values and works out on its subjectivity. Individuation implies the construction of ethical

parameters to govern subjectivity according to performative principles that resonates regimes of truth incorporated by the subject (Foucault 2008, p. 59). In other words, the modes of subjectivation expresses how individual conduct needs internal and external practices for the improvement of individuality, which turns life itself into an object of truth and knowledge. Although this view detaches individuation from the material assemblages that constitute it, two important theoretical premises can be found here: the sense of individuality presupposes a need for working out on subjectivity and different modes of the subject can be rooted according to the regimes of truth and the social pressures of each historical horizon.

The fifth matrix comprises the contemporary developments of social theory, above all, with the sociological works of François de Singly and Danilo Martuccelli. Basically, the main approach emphasizes how societies historically produce their individuals, changing the content of social ties within families (Singly, 2005), generational gaps (Singly, 2000), labor, etc. These reaches are particularly relevant to grasp individuation in light of the modernizing moves of global capitalism. In this sense, in liberal democratic societies since the 1980s, individual aspirations and citizenship turned collective demands into more heterogeneous forms of social struggles and public debates (Martuccelli 2007). The high pressures for individuation in global capitalism, thus, affect identity, consumption and, especially in the age of social media, the empowerment of individual demands and their visibility in society.

Individuation and socioeconomic shifts

Individuation is far from being the emancipation of individuals from the system of needs and even much more far from delivering the promises of Enlightenment autonomy. Since individuation is rooted in particular modes of the production of life, in capitalism the Marxian class cleavages between capital and labor reduce the flourishment of individual autonomy to an

individual who is only owner of its labor force detached from the objective conditions of affirmation of individual's productive power (Fischbach, 2014, p. 163). This core of the Marxian problem of alienation as a sense of loss of the generic nature of man that, instead of being realized by labor, becomes subjected to the owners of means of production and class asymmetries.

This scheme has a powerful theoretical argument and is useful to understand every class society nowadays. However, the material transformations of capitalism, especially since the late 1970s, accentuated the primacy of the individual over collective structures. This structural transformation paved the way to new forms of individuation. In other words, beyond the critique against the rising inequality (especially in Western countries) and the asymmetries of capital accumulation, we argue that it is also important to grasp the new ways of interpellating the individual. The critique of the negative effects of contemporary market economies, thus, goes hand in hand with the creative dynamics that produces the contemporary modes of individuation.

The liberalization of national economies, in the wake of the collapse of the structure of Breton Woods and the transformations of the nature of money and financial flows in the late 1970s, marks a cornerstone. Market was supposed to unleash capitalism from bureaucratic state controls (Gerstle, 2022). If liberalism has emphasized the role of the association of private individuals (see the civil society of Adam Ferguson) in increasing production (Adam Smith) or defining the economic and political limitation of power (John Locke), the new liberal turn ("neoliberalism") restated the individual at the core of political order, but with a new emphasis on its *productive role*.

On the one hand, the theoretical synthesis of Milton Friedman and Rose Friedman argued for an individual entitled to pursue its own values, which is to say, individual initiative and voluntary cooperation constitute the dynamical pole for innovation and progress (Friedman; Friedman, 1980, p. 7). A "society that keeps government in its place" (Friedman; Friedman, 1980, p. 37) consists

not only in the limitation of the government power over market relations, but rather on strict understanding of the liberal notion of individual freedom. Individuation in the new liberal economy is grounded in the self-realization of the individual *within* market, according to its own rationality:

> Another essential part of economic freedom is freedom to use the resources we possess in accordance with our own values – freedom to enter any occupation, engage in any business enterprise, buy from and sell to anyone else, so long as we do so on a strictly voluntary basis and do not resort to force in order to coerce others. Today you are not free to offer your services as a lawyer, a physician, a dentist, a plumber, a barber, a mortician, or engage in a host of other occupations, without first getting a permit or license from a government official. You are not free to work overtime at terms mutually agreeable to you and your employer, unless the terms conform to rules and regulations laid down by a government official (Friedman; Friedman, 1980, p. 66).

On the other hand, with the pioneer works of Gary Becker (1993) and the notion of human capital, the new nature of individuation within market becomes clearer. With human capital, Becker not only theorized on how education and technical skill can prepare individuals to engage with market, but also pointed out that the main factor for productivity lies in the private realm, that is, how subjectivity embeds the private responsibility for accumulation *qua* personal fulfillment. Production is not only based on labor-value or material goods, *but also a matter for private investment of the individual in itself*. This is the core of Becker's originality in relation to neoclassical theories: the individual becomes an entrepreneur of itself and a factor of accumulation to the extent that it embeds and conducts its ethics of life according to the principles of market economies. We discussed in depth Becker's theory in other publication (Narita and Morelock, 2023b), so that

here it is worth mentioning that individuals only maximize their utility if their behaviors – from labor processes to personal affairs, that is, *life itself is the basis for the (neo)liberal individuation* – are coordinated by the instrumental needs of market (accumulation, productivity, etc.). The productive mode of individuation, therefore, is the need for working out on subjectivity according to the presentation of skills and life itself in a market-oriented way of exhibition in which subjects are seen as commodities to be promoted in competitive environments (Morelock; Narita, 2021). In other words, economic competition is a key pressure for individuation.

This mode of individuation grounded in economic rationality has become public policy since the 1980s. If national governments adopted methods to measure and track efficiency and individual performance according to the allocation of resources in profitable areas (Berman, 2022), this strategy was carried out at the expenses of the weakness of the ideal of equality in favor of providing the minimum for society (Moyn, 2019). The corrosion of welfare policies makes social cohesion precarious and the current debates on inequality seem to surround this context where the minimum replaced the basic when up against policies for assistance and poverty (Silva, 2021). Socioeconomic distresses, aggravated with the crisis of welfare policy, imply constraints and systems of needs that undermine individual agency and flourishing (Rego; Pinzani, 2013), contradicting the modern promises of autonomy and the notion of freedom embedded in democratic polity.

Liberalism was not confined to politics nor economics. It unleashed multiple modes of individuation that have shaped social behavior, moral values and private life. As an individuation trend, thus, liberalism is also a way of life (Lefebvre, 2024) and an ethos regarding multicultural societies. Especially in the 20th century, liberal ideologies helped institutionalize legitimate expectations of citizens to be treated reasonably and fairly, connecting citizenship and representative democracy through channels to improve polity. The liberal notion of freedom that lies in the foundation of its

individuation promises, however, carries a trap that tends to take for granted class asymmetries and the importance of collective wellbeing beyond the marginal utility of individual choices.

One of the main transformations of individuation over the last 40 decades lies in the very notion of freedom. The market reforms in Latin America and Eastern Europe in the late 1980s and early 1990s gave birth to new kind of social ties forged under institutional frameworks – be it with the fall of socialism or the military dictatorships – grounded in liberal democracies and competitive market structures (Ypi; Hägglund, 2021; Araujo; Martuccelli, 2020). The discourse of citizenship masked a damaged notion of freedom, which was necessarily mediated by market: the crisis of welfare policies in the 1990s turned livelihood more precarious and dependent on how private individuals can afford for services (from health to educational systems) (Narita; Morelock, 2023b). The connection between citizenship and consumption, at the same time as it seems to deliver a promise of *individual* emancipation through market, it also leads to the intensification of social asymmetries. With the inner distortions of market functioning – crises, strong moves in labor market, structural unemployment, etc. –, this new notion of freedom was effective only for some classes, that is, large part of population remains unfree with the distress and restriction to the access of socioeconomic and cultural resources.

Marx (1956, p. 364-365) inaugurated a critique of the liberal notion of individual, denouncing how individual rights disguise a reality based on domination and violence. The critique of the liberal commitment with the emancipation and the construction of citizens from the ruins of the *ancien régime* (Marx builds his approach from the French constitution of 1793 and the *Declaration of the rights of man and of the citizen*) unveils a defense of individuation that serves as the justification of the asymmetries of class societies. The identity between individual freedom and the private ownership of property, justifying the individual right to use and dispose at his discretion of his goods, not only tend to splinter

sociality, but also reinforce society as a *class* society (which avoids equality, since the formal equality of the law juxtaposes economic inequalities). The political resonances of his definition of liberal individuation, thus, consists in the reproduction of a narrow notion of "negative liberty", which highlights the individual freedom of owners from the interference by others (be it the economic agency of government, mercantile monopolies of companies, interference of other people, etc.). This affirmation of the atomized individual, which is particularly relevant for example in Friedman's theory, has produced wider cultural effects on individuation with the rise of social media.

Fractures and prospects of the society of the selfie

Capitalism has been reengineering its productive spaces parallel to the consolidation of neoliberalism in the late 1980s and the 1990s. The individual capitalist as an entrepreneur is not merely a creative activity committed to increase production and wealth, but became the model of any productive activity whatsoever – the fetish of the productive power personified (Read, 2016, p. 264). The infrastructure of digital networks has grown and spread globally, changing the nexus among state, society, labor and accumulation, but also producing new social ties and individuation pressures. This move, marked by the entanglements between new technical apparatuses and cultural trends, is a structural *sociotechnical* turn that gave birth to the society of the selfie (Morelock; Narita, 2021). It is not only about how people are more and more connected and committed to digital networks, nor more prone to the use of social media, but rather how this sociotechnical assemblage allows new modes of individuation consistent with the liberal assumptions exemplified here in reference to Friedman and Becker.

The market-oriented exhibition of the individual in social media turns individuation into an enterprise. The individual is the sole responsible for its self-valorization, catching the dispersed attention of a diffuse public via systems of control and discipline

that both measure individual success and map the reach of influence via likes, shares, etc. With this new position of the individual due to the sociotechnical turn, social relations became *performative acts*, which is to say, the individual exhibits and works out on its subjectivity based on the need for spectacle and sensory stimuli that. The tracking of the individual performance, thus, goes hand in hand with the apparatuses of surveillance and for-profit mechanism that mine and store personal data (Loukissas, 2019; Narita and Morelock, 2023a). This kind of individual emphasis is consistent with the liberal assumptions regarding both freedom and human capital, because the individual is a productive unit that contributes to the circulation and accumulation of capital through its personal engagement and the production of data. Here, the economic pressures intersect sociocultural trends: individuation is a matter of entrepreneurship of the self. Social media is not properly dependent on narcissism, as if psychology or psychoanalytic categories per se could explain social behavior; instead, "self-promotion" is grounded, above all, in socioeconomic imperatives.

These dynamics are also responsible for a remarkable transformation of the public sphere. The spectacular form of social interaction grounded in the entrepreneurship of the self is not necessarily addressed to specific publics. With digital networks and social media, the public is much more diffuse and indeterminate. In our theory of the society of the selfie, we borrow a notion constructed by George Mead: the "generalized other". Our behavior depends on a complex system of actions and expectations, so that we interact (the individual manages its impressions, subjectivity and marketing-oriented strategies) depending on the reactions of the others. In digital milieu, this other is generalized and has no face. It can be everyone. Actually, *it is the anyone*, since the individual, although belonging to a social structure, is not properly presented according to physical nor moral characteristics that can be attributable to any particular person.

In this sense, this diffuse public implies a new condition of massification. The very notion of mass society, which is particularly relevant to grasp the dynamics of modernity in the late 19th and during the 20th century, seems not to comprehend comprehensively the modes of individuation of contemporary capitalism. There is a sociological difference between the one-directional relation established by the *Kulturindustrie* of Adorno and Horkheimer, which was based on centers that organized the massified production and commodified objects (be it material or immaterial goods), and the structure of the society of the selfie. Public sphere of contemporary capitalism has been reshaped, because the centers have been dislocated in the production of contents: of course, they have not disappeared, because traditional media and oligopolies of digital media still play a key role in communication market, but the communicative structures of the society of the selfie are not determined nor formatted by centers. *There are, above all, individuals that engage in a rhapsody of interactions*.

The reconfiguration of the public sphere has been also due to the connection between individuation and cultural fragmentation. Social media gained momentum in the early 2000s with a promise: connect people around the world. Maybe we are living a moment when social media is not properly connecting, but reinforcing a kind of individual solipsism. And here there is a problem for democratic legitimation: in a recent theoretical and empirical study (Morelock; Narita, 2022), we argued that social conflict and the distrust of democracy have been widely spread with the narrow political splits due to the growing circulation of fake news and conspiracy theories since the pandemics. The political and ideological tensions over the use of masks in public spaces, for example, revealed the latent frictions between a narrow notion of individual freedom and the measures, consistent with a collectivist concern, to avoid the spread of virus based on the common good in polity.

Furthermore, the society of the selfie fed the return of the big political issues into everyday life – from the nature of democracy to the public concerns on inequality, authoritarianism, etc. On the

one hand, this is the end of the naïve utopia of the "digital *agora*", which was very popular in the late 1990s and highlighted how digital networks were leading society towards easier connections among peoples and countries, democratic participation, etc. On the other hand, the politicization of life, which impacts every affect and way of life, refers to the reinforcement of ideological twists and divides that were latent underneath the triumphant liberal discourse of globalization of the 1990s. The juxtaposition of multiple crises (financial problems like 2007-2008, reproduction crises with the pandemics, etc.), wars and mobility (immigration) fed insecurity regarding income, national cultures, etc. Radical forms of nationalism and new pressures for the retraditionalization of society (with the force of conservative and far-right movements) have been emerging and offering institutional challenges for democratic polity.

In this context, normative expectations of a democratic public sphere seem broken with the diffusion of extremism, hate speech and the narrowing of the reasonable common ground for public debates. With the forms of individuation in the society of the selfie, the problems of modernity are still alive. Postmodern theorists of the 1990s, like Michel Maffesoli, pointed out that social life in globalized capitalism was marked by superficiality and frivolity. Our argument here is the opposite. The society of the selfie unveils the nature of individuation processes amidst the structural changes that affected ideologies, economy and politics over the last 40 years.

References

ARAUJO, Kathya; MARTUCCELLI, Danilo. Problematizaciones del individualismo en América Latina. *Perfiles Latinoamericanos*, México, v. 55, 2020.

BECKER, Gary. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. University of Chicago Press, 1993.

BERMAN, Elizabeth Popp. *Thinking like an economist: how efficiency replaces equality in U.S. public policy*. New Haven: Princeton University Press, 2022.

BOETIUS OF DACIA. De summo bono sive de vita. In: GESUALDI, Carlos; TURSI, Antonio. *Tres tratados averroístas*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2000.

DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne*. Paris: Seuil, 1985.

DUMONT, Louis. *Homo aequalis: genesis y apogeo de la ideologia económica*. Madri: Taurus, 1982.

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 2008.

DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. Paris: PUF, 1991.

ELIAS, Norbert. *Die Gesellschaft der Individuen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2021.

FISCHBACH, Franck. *La production des hommes: Marx avec Spinoza*. Paris: Vrin, 2014.

FOUCAULT, Michel. *L'Hermenéutique du sujet*. Paris: Seuil, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Le gouvenement de soi et des autres*. Paris: Seuil, 2008.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Free to choose*. New York: Harcourt, 1980.

GERSTLE, Gary. *The rise and fall of the neoliberal order*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

LEFEBVRE, Alexandre. *Liberalism as a way of life*. New York: Princeton University Press, 2024.

LOUKISSAS, Yanni Alexander. *All data are local: thinking critically in data-driven society*. Cambridge, MA: MIT Press, 2019.

MARTUCCELLI, Danilo. *Cambio de rumbo: la sociedad a escala del individuo*. Santiago: LOM, 2007.

MARX, Kal. *Ökonomisches Manuskript (1861-1863)*. Berlin: Dietz, 1990. (MEW 43)

MARX, Karl. *Zur Judenfrage (1844)*. Berlin: Dietz, 1956. (MEW 1)

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. Performance e vigilância na sociedade da *selfie*. In: BORZUK, Cristina. *Aportes para uma teoria crítica da sociedade I*. São Paulo: Paco, 2023a.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. The nexus of QAnon and covid-19: legitimation crisis and epistemic crisis. *Critical Sociology*, v. 48, n. 6, 2022.

MORELOCK, Jeremiah; NARITA, Felipe Ziotti. *The society of the selfie*. Londres: University of Westminster Press, 2021.

MOYN, Samuel. *Not enough: human rights in an unequal world*. New York: Harvard University Press, 2019.

NARITA, Felipe Ziotti; MORELOCK, Jeremiah. State and public policy in education: from the weakness of the public to an agenda for social development and redistribution. In: HALL, Richard; SZADKOWSKI, Krystian; ACCIOLY, Inny. *The Palgrave International Handbook of Marxism and Education*. London: Palgrave Macmillan, 2023b.

READ, Jason. *The politics of transindividuality*. Leiden: Brill, 2016.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SILVA, Helio Alexandre. Praktyka Teoretyczna, Poznan, n. 4, 2021.

SINGLY, François. *L'individualisme est un humanisme*. La Tour-d'Aigues: Aube, 2005.

SINGLY, François. *Libres ensemble*. Paris: Nathan, 2000.

TODOROV, Tzvetan. *Éloge de l'individu*. Paris: Seuil, 2004.

TÖNNIES, Ferdinand. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Berlim: De Gruyter, 2019. (Gesamtausgabe 2, 1880-1935 - ed. Bettina Clausen and Dieter Haselbach)

YPI, Lea; HÄGGLUND, Martin. "Socialism and freedom". *The Philosopher*, New York, nov. 2021.

"Não há nada de livre mercado na idéia de que cada um tem o direito de ter um imóvel": a grande recessão sob a ótica libertarianista

Raphael dal Pai[4]

> O desejo governamental de que cada cidadão seja dono de um imóvel, independente dos meios utilizados para se atingir esse objetivo, só pode ser financiado através de um socialismo financeiro ou do roubo em massa. Não há nada de livre mercado na ideia de que cada um tem o direito de ter um imóvel. Livre mercado significa apenas que o seu direito como proprietário não pode ser infringido por criminosos públicos ou privados.
> (Lew Rockwell, ao comentar sobre o salvamento de Fannie Mae e Freddie Mac, em 2008)

Introdução

Ainda que se tenha ciência de que compreender as determinações da chamada "Grande Recessão" seja de grande importância, foca-se aqui na produção de sentidos e significados construídos sobre ela, pelos libertarianistas. É a partir de seus efeitos no Brasil e no mundo que o processo de rearticulação burguesa no Brasil se torna urgente.

Se, antes, o liberalismo representava um ideário que representava a possibilidade de enriquecimento e liberdade a todos; em tempos de crise, estas noções tornam-se muito menos abrangentes. A possibilidade de todos terem acesso à propriedade,

[4] Doutor em História pela Unioeste

como diz a citação de epígrafe, altera-se para significar a garantia de que os proprietários não terão seus bens dilapidados.

Os escritos dos intelectuais orgânicos do "anarco"capitalismo são uníssonos: o direito à propriedade não é para todos. Sua verdadeira preocupação é de que a sua propriedade não seja alvo de nada que possa alterar sua capacidade de fazer uso dela como bem entender. Isto é, apenas garante que a situação de proprietários, da qual a burguesia necessita desesperadamente para permanecer enquanto tal, continue inalterada. Afinal, sem a propriedade, ou seja, deter o controle sobre o capital e seu processo de reprodução, o que restaria de propriamente "burguês" à burguesia? Crises como 2007/08 ameaçam diretamente isso.

Aliás, mesmo a epígrafe remetendo a uma suposta confusão de que livre mercado não representaria o direito de todos os cidadãos estadunidenses possuírem uma casa, é importante frisar que, como será possível observar pela própria dinâmica da crise, ou melhor, do processo de acumulação de capital pelo hiperendividamento, os financiamentos, na realidade, eram sustentados apenas pela ilusão da possibilidade futura da propriedade, em troca de uma dívida que se arrastaria por quase toda a vida (alguns contratos previam pagamentos em mais de trinta anos) de seus tomadores. De fato, livre mercado nunca foi sobre direitos, mas sobre a ilusão de direitos e espoliação daqueles que vivem do desgaste de seus cérebros, músculos e nervos.

A urbanista Raquel Rolnik faz observações muito importantes sobre a questão ao analisar os impactos globais da crise de 2007/08 sobre a moradia, bem como o processo de transformação da habitação em ativo financeiro:

> Através do financiamento imobiliário para a compra da casa própria, a expansão do mercado global de capitais apoiou-se no endividamento privado, estabelecendo um vínculo íntimo entre a vida biológica dos indivíduos e o processo global de extração de renda e especulação. A canalização dos fluxos de capital excedente sobre os imóveis residenciais tem também,

> portanto, uma dimensão vivida: **as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados, uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida**. Isso ficou evidente quando a bolha estourou e os riscos e ônus recaíram sobre os endividados. Foram estes que, tendo sua existência exposta às oscilações do jogo especulativo das mercadorias fictícias, sofreram as consequências reais da crise: transformaram-se de endividados em sem-teto (ROLNIK; 2016; p.52).

O trágico cenário da crise, brevemente apresentado no fragmento acima, permite vislumbrar a dimensão devastadora da sociabilidade neoliberal sobre as vidas humanas. Logo na introdução de sua obra, Rolnik traz breves relatos das dramáticas situações de milhões de pessoas ao redor do globo que, com a crise, perdem suas moradias e, ainda mais, acumulam dívidas que não impactam apenas sobre suas vidas, mas são famílias inteiras que mergulham na insegurança habitacional.

> A propriedade imobiliária (*real estate*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. a crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e 'criativos' vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. Esse processo resultou na despossessão massiva de territórios, na

> criação de pobres urbanos 'sem lugar', em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação nas cidades (ROLNIK; 2016; p.18).

A epígrafe que abre este texto, portanto, sintetiza de forma extrema e cruel a realidade sobre a financeirização da habitação e moradia, isto é, sobre o capitalismo em sua forma neoliberal: nunca foi sobre a democratização da propriedade imobiliária, ou o direito à habitação e moradia para os "do andar de baixo", mas sobre a ampliação da espoliação via produção e acumulação de capital fictício que, ao atingir seus limites de funcionamento, o "andar de cima" precisa "lembrar" aos envolvidos neste processo de que não há nada de livre mercado sobre um direito universal de propriedade, mas um alerta de que os ganhos acumulados não serão socializados; apenas as perdas, aos "de baixo".

Uma vez gerado o incrível montante de capital por meio da financeirização, a crise não será socializada. As perdas, uma vez mais, sofridas pelos trabalhadores, serão socializadas apenas entre si, enquanto a burguesia irá realizar os ajustes necessários entre si – via recomposição das fatias de mais-valor que cada fração pode se apropriar; reconfiguração das posições políticas e econômicas que as frações ocupam; rearticulação das relações entre as burguesias mundiais e seus papéis no processo de reprodução ampliada do capital, entre outros – para não apenas permanecer hegemônica, mas podendo ampliar seus ganhos sem riscos.

A crise na interpretação "libertarianista"

O ponto principal na interpretação da crise é representá-la como um problema da intervenção do Estado no funcionamento "harmônico" do mercado. Mais especificamente, a política de juros adotada pelo *Federal Reserve* estadunidense que, ao impor uma taxa mais baixa do que ela "naturalmente" seria caso fosse resultante apenas das "trocas voluntárias" entre "indivíduos" em um mercado

livre, leva os empreendedores a não conseguirem "prever" o comportamento do mercado, levando a más escolhas de investimentos, ao invés de estimular a poupança entre os agentes econômicos.

Cabe ressaltar que, embora a abordagem libertarianista da Grande Recessão de 2008 tenha uma aparência "simplista", no breve resumo de seus principais tópicos; há também de se observar tal facilidade de síntese como uma poderosa vantagem para a sua capilarização. Afinal, levando em consideração que as fontes aqui analisadas possuem a intenção de serem divulgadas e compartilhadas pela internet e redes sociais, tanto a repetição quanto a capacidade de sintetizar de forma assertiva e rápida o conteúdo que se pretende veicular são ferramentas importantes na construção de uma narrativa predominante sobre um dado assunto.

Isto é, uma mensagem simples e direta acaba circulando com muito mais facilidade do que explicações complexas. Aliás, no campo das redes sociais e do discurso de forma geral, é muito mais trabalhoso descontruir interpretações equivocadas, ou até mesmo apontar suas limitações e problemas, do que disseminá-las entre a população em geral.

Outro elemento importante é a concepção das crises econômicas no pensamento da Escola Austríaca de Economia. A interpretação austríaca perpassa a construção de uma nova compreensão sobre as crises como um "fechamento" de ciclos produtivos. Daí o enfoque na noção de "ciclos econômicos". O que muda na abordagem? Um dos principais ganhos teóricos reside em tomar as crises econômicas como parte de um processo de constante transformação do capitalismo e suas formas de produção de riqueza. De "problema", as crises econômicas no capitalismo, agora, são assimiladas às características que possuem, bem como parte de sua natureza.

Um dos efeitos mais "visíveis" da abordagem é a capacidade dos economistas (neo)liberais de "esquivarem-se" de uma das críticas mais candentes em momentos de crises do capitalismo: o fato de que ele, como modo de produção, é inerentemente

disfuncional na medida em que suas próprias contradições internas atingem situações limites, estabelecendo, assim, uma situação de "queima" de capital – isto é, destruição da própria riqueza criada – para poder retomar a acumulação, enquanto aqueles que produzem valor, os trabalhadores, se veem, no tempos de crise, em situação ainda pior, uma vez que os efeitos desta "queima" os afetam com muito mais vigor do que a burguesia em geral.

Assim, o olhar sobre processos problemáticos como a securitização de hipotecas, o cenário de hiperendividamento das famílias, ou mesmo os novos produtos financeiros que uniam dívidas seguras de serem quitadas pelos tomadores de empréstimos, com os chamados empréstimos *subprime*, são elementos de menor importância ao se analisar crises.

Inclusive, na interpretação libertarianista, nota-se que os desastres sociais causados pelas crises nem mesmo são mencionados. A crise é vista apenas da perspectiva do capital e seu processo de (re)valorização; como ela afeta os trabalhadores, as relações entre seres humanos e as perdas em termos de desemprego, piora nas condições de vida e trabalho, entre outras, nem ao menos são mencionadas.

É importante frisar que, mesmo levando em consideração que as crises são parte indissociável do capitalismo, as recessões passam – a partir da noção de "ciclos econômicos" – a ser uma condição "aceita", da qual, embora trágica, não há como escapar.

É a partir desta interpretação sobre a "destruição criativa" do capital que se encontram os elementos para compreender a postura do "deixa quebrar" por parte dos libertarianistas em seus escritos sobre a crise de 2008. Em um dos poucos textos produzidos por membros do IMB agrupado na sessão sobre a crise financeira, Leandro Roque (INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL; s/d; s/p) defende que recessões econômicas não deveriam ser interpretadas como algo negativo:

> Os governos, em todos os lugares, sempre partem do princípio de que recessões são coisas infaustas que devem ser evitadas a

> todo custo – quando, na verdade, recessões nada mais são do que desejáveis correções em uma economia que foi artificialmente inflada por injeções monetárias do banco central (ROQUE; 2008; s/p).

No trecho em questão, Roque vê as crises como um "desejável" momento de ajuste da economia, que teria sido "corrompida" pela ação do Estado, para quem uma situação de recessão é "infausta" e deve ser "evitada a todo custo". A intervenção, supostamente, externa do Estado nas questões econômicas representam um distúrbio da ordem "natural" da economia. Dito de outro modo, é concebida como possuindo um tipo ideal de existência, dada pela relação de "trocas voluntárias" e livres entre um conjunto de indivíduos e, assim, dando origem ao "mercado".

O texto de Roque é bem evidente sobre como as noções e conceitos mobilizados se relacionam. Falar de "crise" perpassa também compreender outro sujeito neste processo: o mercado.

> [...] o que os EUA estão vivenciando agora é uma autocorreção do mercado a toda violência e distorção que lhe foi imposta pelo estado. O mercado pode ser enganado por algum tempo, mas, no final, sua realidade sempre prevalecerá. E o mercado está dizendo que os preços atuais dos imóveis e de todos os ativos baseados em imóveis estão artificialmente sobrevalorizados (artificialmente porque foi essa injeção monetária do Fed que causou esse fenômeno). Por isso, o mercado está demandando a correção desses preços (ROQUE; 2008; s/p).

Observa-se no texto uma profunda personificação dos sujeitos envolvidos. "Estado" é um agressor autoritário que impõe e "violenta" o "Mercado" ao ponto de provocar a reação tal que demande "correção" dos preços. Na relação, o "Mercado" não "age", mas "reage" ao seu inimigo em forma de crise econômica. Dardot e Laval relatam que tal noção sobre o intervencionismo já

está presente no pensamento de Mises, ainda no congresso colóquio Walter Lippmann:

> Durante o Colóquio Walter Lippmann, Von Mises foi um dos que mais vilipendiaram qualquer nova legitimação da intervenção do Estado, a ponto de ser vistos por outros participantes como um *old liberal* bastante deslocado no encontro. [...] A interferência do Estado pode destruir a economia de mercado e arruinar a prosperidade, alterando a informação transmitida pelo mercado. Os preços orientam temporalmente os projetos individuais e permitem coordenar suas ações. A manipulação dos preços ou da moeda perturba o conhecimento dos desejos dos consumidores e impede que as empresas deem uma resposta conveniente e a tempo. esses efeitos negativos, resultado dos entraves à adaptação, desencadeiam um processo cada vez mais nefasto. Quanto mais o Estado intervém, mais provoca perturbações e mais intervém para eliminá-las, e assim sucessivamente até se instaurar um socialismo totalitário (DARDOT & LAVAL; 2016; p.136-137).

Desde Mises – alguns intelectuais libertarianistas diriam que ainda antes dele – o Estado e sua ação na economia são compreendidos como um grande perigo para o ideal funcionamento do mercado e, portanto, dos negócios; como em última instância, sua constante intervenção levará fatalmente a imposição de um regime socialista. É possível notar, não por acaso, com o resgate dos escritos de Mises e seus discípulos, que se assiste a um crescimento no uso da "ameaça comunista/socialista" como o grande "inimigo" que ronda o Brasil no início do século XXI. Isso opera um efeito que congrega várias tendências políticas de direita e extrema-direita: defender o livre mercado e a não-intervenção do Estado é combater ao comunismo/socialismo.

Seis meses após seu texto inicial, Leandro Roque retorna mais uma vez, em março de 2009, reafirmando a interpretação da crise como uma fase de "correções necessárias" do mercado para o

restabelecimento do crescimento econômico. Porém, no novo texto, Roque acrescenta mais um "culpado" para a ocorrência da crise: Keynes e sua política econômica:

> Keynes dizia que recessões são causadas por uma queda na demanda agregada. [...] Para evitar isso, o governo deveria entrar gastando para suprir a ausência do consumo privado. Keynes chegou a dizer que não importava em que o governo gastasse; o importante era gastar. Caso não tivesse dinheiro em caixa, ele deveria se endividar ou imprimir dinheiro, sem se preocupar com o aumento da dívida e/ou inflação. O governo tinha de gastar igual a um marinheiro bêbado (ROQUE; 2008; s/p).

A inserção do pensamento de Keynes nas considerações de Roque sobre a crise, inicialmente, se mostra descolada (e, no mínimo, rasa); uma vez que, como exposto ao sintetizar as principais determinações da crise de 2008, percebe-se que ela é resultante de um processo de hiperendividamento e financeirização que já estava em curso com a implementação do neoliberalismo no mundo. Neste contexto, as privatizações dos serviços públicos e o esfacelamento de direitos dos trabalhadores, ações comuns na história da implementação do receituário neoliberal por uma série de países do globo, vão na contramão das políticas econômicas keynesianas. Ou seja, o pensamento de Keynes é eleito "O Grande Culpado"; porém, a Grande Recessão significou uma crise do capitalismo sob a batuta do pensamento neoliberal, e não da teoria keynesiana. Assim sendo, como é possível, então, imputar culpabilidade em algo que não faz parte do contexto em pauta?

Para uma compreensão deste movimento discursivo, a pesquisa de Lucas Patschiki (2015) sobre como membros do Instituto Millenium irão se mobilizar para debater e pensar políticas econômicas para o Brasil, que começava a sofrer os efeitos iniciais da Grande Recessão, oferece alguns elementos importantes.

Para além de mostrar um processo de construção de um posicionamento sobre a crise, a pesquisa de Patschiki relembra que os pacotes de salvamento de empresas consideradas "grandes demais para quebrar", bem como as injeções de dinheiro pelo governo americano, já nos primeiros meses da administração de Barack Obama, trazem ao debate público a questão da intervenção do governo para a resolução de crises, assim como sua validade – ou não – no estabelecimento de uma situação de recessão econômica (PATSCHIKI; 2015; p. 06).

A economista Patricia Arienti observa as medidas anticíclicas que o governo Obama vai tomando causaram tensão até entre o Partido Democrata e Republicano nos EUA. Após uma breve apresentação das medidas tomadas pelo governo, a autora conclui que:

> [...] o conjunto de políticas macroeconômicas (fiscais e monetárias) implementadas pelo governo Obama demonstra a opção de resolver problemas de curto e longo prazo da economia dos Estados Unidos por médio **de uma estratégia ao estilo keynesiano**, adotando políticas anticíclicas. Essa opção marca um ponto de inflexão em relação à falta de esforço significativo da administração Bush em lidar com a crise econômica. Embora durante a administração Bush tenha ocorrido uma forte intervenção governamental em 2008, essa foi destinada, fundamentalmente, a impedir o colapso do sistema financeiro (ARIENTI; 2017; p.107).

Embora a autora caracterize as medidas tomadas por Obama e sua equipe econômica de "ao estilo keynesiana", e não "propriamente keynesiana", ou mesmo de "inspiração keynesiana", houve tensão envolvendo o pensamento do economista inglês nos rumos da política econômica estadunidense. Segundo Arienti, este seria um motivo para o acirramento das disputas entre Democratas e Republicanos naquele momento:

> A inflexão na condução das políticas econômicas pelo governo Obama gerou uma intensa luta política em relação à implementação de várias dessas medidas, o que trouxe à tona o acirramento de posições históricas divergentes da sociedade norte-americana, refletidas no aumento das tensões entre os partidos Democrata e Republicano (ARIENTI; 2017; p. 107-108).

Eduardo Costa Pinto, em artigo publicado em 2011 para um boletim produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), também observa tal acirramento das tensões no parlamento estadunidense, bem como algumas de suas possíveis motivações (PINTO; 2010). Para o autor, a construção do *American Way Of Life* [Modo de Vida Americano] – brevemente resumido como uma cultura do consumo de massa – teria mantido uma certa coesão social entre as classes sociais estadunidenses, uma vez que teria "amortecido" as tensões entre "os de cima e os de baixo", ao permitir acesso ao consumo (PINTO; 2010; p. 17). Porém,

> [...] a depressão econômica gerou mudanças significativas nos fluxos e estoque de riqueza em diferentes grupos na sociedade, provocando aumento das tensões – associadas ao debate sobre o tamanho do Estado, os conflitos entre os governos local e federal, ao papel dos programas sociais etc. – que foram levadas para a arena política por meio do acirramento de posições entre os partidos Democrata e Republicano (Ibid).

O texto de Costa Pinto permite notar pontos importantes que aparecem de forma um tanto sutil nas fontes analisadas. Uma delas é a radicalização do discurso burguês em momentos de crise, ao considerar os programas sociais do governo – neste caso, os programas de habitação, que supostamente fornecem "crédito fácil" – como um desperdício e, até mesmo, uma interpretação errada do que pode ser considerado como ideal de liberdade capitalista, como trazido nas palavras de epígrafe deste capítulo. As tensões por conta das mudanças nos "fluxos e estoques de

riqueza", que o autor comenta, são causadas pela incapacidade da burguesia e suas frações em manter a divisão do mais-valor nos patamares que eram, de um lado; e de outro, uma massa de trabalhadores que percebem uma piora radical de seu poder de compra, bem como a ameaça do desemprego com as falências.

Para tentar manter os patamares de acumulação em níveis "aceitáveis", a burguesia busca diminuir o já minguado padrão de vida dos trabalhadores, por meio de cortes salariais, redução de direitos e serviços garantidos pelo Estado. Afinal, esses cortes permitem ampliar os fluxos de capital destinados ao pagamento de dívida contraída com pacotes de salvamento, incentivos fiscais para a iniciativa privada, estabelecimento de contratos entre público e privado, entre outros.

Como já mencionado, a concepção de "ciclos econômicos" é intimamente relacionada à interpretação que a Escola Austríaca faz do mercado. Este é tomado como um agente econômico praticamente independente, possuindo suas próprias "leis naturais" de ordenamento, quase como um fenômeno exógeno às relações sociais. Mesmo admitindo que sua origem reside na "ação humana", isto é, as trocas (não) "voluntárias" entre indivíduos livres, sua ação prática, de acordo com os intelectuais austríacos, se estrutura sobre um ordenamento natural que, ao ser alvo de intervenções "externas" – curiosamente, mesmo assumindo que bancos também interferem na economia, é apenas a ação do Estado que causa "danos" severos – sua forma ideal de funcionamento é corrompida, resultando em disfunções e crises.

No fundamento desta interpretação sobre o mercado está noção elaborada por Mises de "ação humana". Segundo ele, os seres humanos agem visando a satisfação de seus desejos/necessidades:

> O incentivo que impele o homem à ação é sempre algum desconforto. Um homem perfeitamente satisfeito com sua situação não teria incentivo para mudar as coisas. Não teria nem aspirações nem desejos; seria perfeitamente feliz. Não

> agiria; viveria simplesmente livre de preocupações (MISES; 2010; p.38).

Mises realiza toda uma reflexão sobre os condicionantes do agir procurando chegar a elementos irredutíveis da ação. Neste contexto, ele remete ao juízo de valor considerar a ação racional ou irracional, bem como a felicidade:

> O objetivo final da ação humana é, sempre, a satisfação do desejo do agente homem. Não há outra medida de maior ou menor satisfação, a não ser o julgamento individual de valor, diferente de uma pessoa para outra, e para a mesma pessoa em diferentes momentos. O que faz alguém sentir-se desconfortável, ou menos desconfortável, é estabelecido a partir de critérios decorrentes de sua própria vontade e julgamento, de sua avaliação pessoal e subjetiva. Ninguém tem condições de determinar o que faria alguém mais feliz (Ibid).

Sendo apenas a satisfação o condicionante da ação humana, Mises insere o tempo como um fator importante. Segundo ele, a satisfação presente é sempre preferível à satisfação futura:

> Mantidas inalteradas as demais circunstâncias, satisfazer uma necessidade no futuro mais próximo é preferível a satisfazê-la no futuro mais remoto. Os bens presentes têm mais valor que os bens futuros. [...]. É impossível imaginar uma ação na qual a satisfação mais próxima não seja preferida – desde que sejam iguais as demais circunstâncias – à satisfação mais distante (Ibid; p. 560).

Nota-se no fragmento supracitado o fundamento também da noção de valor e preço na teoria econômica austríaca: uma vez que, supostamente, é sempre preferível a satisfação no presente que no futuro, o consumo presente tende a ser mais caro. A privação do consumo, isto é, a poupança, segundo a teoria austríaca, levaria ao

estabelecimento dos juros; compreendidos como um valor pelo qual os sujeitos estariam dispostos a não consumir no presente. Leandro Roque sintetiza a questão da seguinte maneira:

> É esse **fenômeno natural** que explica por que os bens presentes possuem um valor maior, um prêmio, em relação aos bens futuros – e é esse fenômeno que fornece a origem e a justificativa para o pagamento de juros. O fenômeno da preferência temporal, que é observável em inúmeros aspectos da vida humana, é na verdade uma simples questão de bom senso: o homem prefere uma dada quantia de um bem no presente à mesma quantia desse bem no futuro. Mais ainda: somente uma maior quantia desse bem no futuro pode persuadir o homem a abrir mão desse bem no presente (ROQUE; 2009; s/p).

Ainda sobre a chamada "preferência temporal", percebe-se uma grande semelhança com determinadas peças publicitárias sobre a "importância do momento", como forma de impulsionar o consumo de mercadorias. Há uma certa noção de "presentismo" em como Mises concebe a noção de "ação humana", bem como sua utilização por seus seguidores. Esta noção parece estar no cerne do que Lipovetsky considera como "sociedade do hiperconsumo":

> A verdade é que, a partir dos anos 1950-60, ter acesso a um modo de vida mais fácil e mais confortável, mais livre e mais hedonista constituía uma motivação muito importante dos consumidores. Exaltando os ideais da felicidade privada, os lazeres, as publicidades e as mídias favoreceram condutas de consumo menos sujeitas ao primado do julgamento do outro. Viver melhor, gozar os prazeres da vida, não se privar, dispor do 'supérfluo' apareceram cada vez mais como comportamentos legítimos, finalidades em si (LIPOVETSKY; 2007; p.39).

Observa-se como a noção de "hiperconsumo" se mostra profundamente enraizada nos desejos e satisfações individuais, tal qual a "ação humana" de Mises. "*Os prazeres elitistas não se evaporaram, foram reestruturados pela lógica subjetiva do neo-individualismo, criando satisfações para si que com vista à admiração e à estima de outrem*" (Ibid; p.47-48). Com isso, procura-se ressaltar que produção e consumo possuem íntima relação com construção ideológica e de sentido.

Ademais, a situação também ocorre com a interpretação libertarianista da crise. Ao mobilizar noções e conceitos, procura-se construir consenso sobre a origem da recessão. Portanto, a forma como o IMB, por meio de seus textos e intelectuais mobilizados, apontam os sujeitos envolvidos e seus papéis no processo, fazem parte de um esforço lento e sistemático de convencimento.

O economista Art Carden[5], procurando explicar o papel da expansão artificial do crédito na economia, inicia seu texto publicado em junho de 2008 no site do IMB da seguinte maneira:

> Os mercados são cruelmente eficientes, o que em grande parte significa que as pessoas não irão se aventurar em projetos de investimentos arriscados que não estejam alinhados às preferências dos poupadores. Todas as oportunidades de lucro serão exploradas em equilíbrio, e nenhum projeto potencialmente lucrativo será deixado de lado (CARDEN; 2008; s/p).

[5] Segundo breve biografia junto ao site da *Samford University*, Carden é professor de economia na *Brock School of Business* da *Samford University*. Ele também é membro sênior do *American Institute for Economic Research* e do *Fraser Institute*; pesquisador do *Independent Institute*; membro sênior do *Beacon Center do Tennessee*; pesquisador sênior do *Institute for Faith, Work, and Economics;* e co-editor do *Southern Economic Journal*. Contribui também com a Revista Forbes. Seus comentário e outros artigos também haviam aparecido na *USA Today*, *Productive!*, *Black Belt* e vários outros periódicos. Extraído de: SAMFORD UNIVERSITY. Art Carden. **Samford University**, s. d. Disponível em: https://www.samford.edu/business/directory/Carden-Art. Acesso em: 29 jul. 2023.

Logo de início, Carden atribui características de sentimento (crueldade) a como os mercados agem. Ao mesmo tempo, procura positivar este comportamento insinuando que a característica negativa do mercado, significando que ele age para tudo e todos de forma igual. Há nisso um fundo de transformar o mercado em algo muito semelhante à uma "força da natureza", que deve ser explorada de forma equilibrada; e a intervenção humana em seus desígnios – tal como ocorre com o meio ambiente e ecossistemas – quando feita de forma "incorreta", corrompe sua forma de agir.

É importante frisar que a "ação humana", é sempre pensada apenas no âmbito das "trocas voluntárias". Como brevemente exposto, Mises procurar limar da noção de "ação humana" qualquer consideração sobre as condições materiais objetivas que limitam e condicionam de tal ação.

Apesar do "mercado" ser considerado fruto dessa ação – e, uma vez operando, age como sendo descolado da ação que o criou, uma vez que possui "vontades", "humores" e "sentimentos" – o mesmo não ocorre com o Estado. Quando aparece nas fontes, sua ação é sempre retratada negativamente:

> A intervenção governamental é como um frasco de veneno mutante derramado na rede fornecedora de água. Podemos beber essa água por um bom tempo sem que ninguém realmente pareça pior. Até que um dia acordamos e todos estão desesperadoramente doentes – e culpando não o veneno, mas a água. O mesmo ocorre com a atual crise imobiliária (ROCKWELL; 2008; s/p).

Neste fragmento, Lew Rockwell se utiliza uma analogia em que "água" seria representada pelo mercado ou capitalismo, enquanto "veneno" seria a intervenção do Estado no funcionamento do mercado. Porém, ainda mais importante é notar que nesta metáfora, o Estado é o agente que despeja veneno. Ou seja, como uma espécie de "vilão diabólico" saído diretamente das páginas dos quadrinhos. Aliás, a metáfora não parece ser usada ao acaso.

No filme *Batman Begins* de 2005, dirigido por Christopher Nolan, "O Espantalho", personagem dos quadrinhos de "Batman" procura envenenar a população de Gotham City usando o sistema de fornecimento de água da cidade. Isso ocorre também em um episódio da série animada de "Batman" que foi ao ar de 1992 a 1995, produzida pelos estúdios *Warner Bros*. No episódio 28 da primeira temporada, intitulado no Brasil como "Sonhos na Escuridão" (REDE CANAIS; s.d; s/p), Batman procura impedir "O Espantalho" de espalhar veneno no sistema de fornecimento de água da cidade.

Não pode ser compreendido como coincidência o uso da metáfora escolhida por Rockwell. Claramente retirada de elementos da cultura de super-heróis, sua intenção é dar ao suposto combate "contra as investidas do Estado" como uma batalha épica entre bem e mal, caricaturizando o Estado como um vilão maléfico que está sempre causando toda a sorte de "maldades" aos inocentes apenas por ser "criminalmente insano"[6]. Para além disso, é possível ver na metáfora uma estratégia de engajar leitores, principalmente jovens, ao utilizar deste recurso.

Retornando a questão de como a noção de preferência temporal é compreendida na regulamentação do mercado, Leandro Roque procura dar um exemplo hipotético de cenários onde a preferência temporal, em uma dada cidade, seria baixa, havendo, então, mais poupança – uma vez que seus habitantes prefeririam consumir futuramente e não no presente – e outra, onde a preferência temporal seria alta, isto é, seus habitantes teriam um alto nível de consumo de mercadorias no presente. A partir dos exemplos, Roque faz uma breve conclusão:

> Assim, em um livre mercado, a taxa de juros – que é formada pela preferência temporal das pessoas – coordena automaticamente a alocação de recursos na economia. Não haveria como haver investimentos errôneos simplesmente

[6] O asilo para onde encarceram os vilões dos quadrinhos de "Batman", o Asilo Arkham, tem como lema "para os criminalmente insanos".

> porque estes seriam caros demais para ser iniciados. Um investimento de longo prazo só seria empreendido se os juros vigentes indicassem haver uma possibilidade de lucros futuros (ROQUE; 2009; s/p).

Segundo tal interpretação, o uso de recursos estaria atrelado à preferência dos consumidores. Logo, o desperdício, ou mesmo a produção de mercadorias "supérfluas", estaria unicamente determinado pela demanda gerada para estas mercadorias. Portanto, tomando por exemplo a indústria de cosméticos, se determinado produto consome recursos que poderiam ser mais bem distribuídos no combate à insegurança alimentar – como o leite, por exemplo – não considerada prioritária; uma vez que é a preferência temporal que determina o que pode ser considerado mau uso de recursos, ou mesmo "desperdício".

Outro ponto importante é a própria noção de mercado como um meio para a satisfação dos desejos dos indivíduos. Tomando como norte as considerações de Lipovetsky (2007) sobre a chamada "sociedade do hiperconsumo", isto é, uma lógica de cada vez consumir mais, o momento de satisfação das vontades, desde as mais elementais relacionadas à própria manutenção da vida de um indivíduo, como de seus desejos mais íntimos e subjetivos, nunca se realiza, uma vez que a real intenção é a criação de supostos desejos a serem satisfeitos para o estímulo do consumo incessante e contínuo.

Por fim, é importante notar uma contradição na lógica da chamada "preferência temporal". Primeiro, os intelectuais da Escola Austríaca – desde a formulação de Mises, como foi exposto em linhas anteriores – consideram que os indivíduos **sempre** preferirão o consumo presente ao futuro, desde que os sujeitos estejam em **condições ideais**. Isto é, sem pressões externas que alterem sua concepção de satisfação e os meios necessários para alcançar tal satisfação subjetiva. Ou seja, existe, nesta lógica, o estabelecimento de imperativo categórico que baliza toda a noção

de preferência temporal. Porém, o imperativo nunca se efetiva na materialidade da vida.

Afinal, se a humanidade é constituída de seres sociais e históricos, os sujeitos humanos estão constantemente em contato com condições objetivas e concretas de sociabilidade, que alteram suas necessidades e os meios para alcançar a satisfação delas. Portanto, a noção de "ação humana" e "preferência temporal" não possuem parâmetros adequados para estabelecer suas próprias definições. O "agir" da Escola Austríaca apenas existe como idealização, tanto no sentido estabelecimento de um "tipo ideal", como existente apenas em pensamento. Em outras palavras, é uma forma de agir que nunca se efetiva no real e concreto das ações dos sujeitos.

Tomemos como exemplo a situação hipotética em que Roque constrói suas reflexões sobre a operacionalidade da noção de "preferência temporal", em uma cidade em que o consumo presente é preponderante:

> Agora imagine que essa cidade, contrariamente ao exemplo anterior, seja povoada por pessoas com alta preferência temporal - ou seja, voltadas para o presente. São pessoas consumistas, avessas à poupança. Querem o máximo possível para hoje. Nesse caso, o capital disponível foi quase todo exaurido (quase todos os tijolos e cimentos já foram usados, os tratores e as escavadeiras estão gastos, os caminhões estão dilapidados, há poucos laptops disponíveis para rodar os programas de cálculo estrutural etc.). É óbvio que, nesse cenário, não há capital disponível para sustentar um investimento vultoso como a construção de um shopping. A empresa que fosse fazer tal empreendimento rapidamente seria demovida da ideia ao ver a escassez de capital disponível. Essa escassez de capital – consequência natural da alta preferência temporal das pessoas – se traduziria em um alto preço (juros) cobrado pelo uso do pouco capital que ainda resta, pois a empresa estaria disputando o uso desse escasso

> capital com os moradores consumistas, que cobram um preço muito alto para deixar de usá-los (ROQUE; 2009; s/p).

Nota-se que Roque estabelece relações de causa e efeito em seu exemplo que são impossíveis de existirem como casos reais, mesmo que pensado em situações-limite em que a noção é compreendida até atingir seus desdobramentos últimos. Ora, na cidade hipotética em questão, Roque estabelece que o alto consumo generalizado levaria ao esgotamento de todas as mercadorias disponíveis na cidade. Desde tijolos a tratores, escavadeiras e laptops.

Levando em consideração que, neste cenário irreal de consumo máximo real, em outras palavras, de consumo em que não haveriam fatores externos estimulando os sujeitos a consumir, como por exemplo, oferta "artificial" de crédito por meio de emissão de moeda – para utilizar o grande "gatilho" que desencadeia "bolhas", segundo as fontes aqui analisadas –, aumentar a oferta de mercadorias, quaisquer que fossem, uma vez que o cenário de Roque considera que tudo o que for produzido ou posto à disposição de consumo dos habitantes da cidade hipotética será adquirido, seria extremamente desejável. Reiterando, se trata de consumo máximo real, isto é, que se mantêm constante no presente e futuro, caso as condições não se alterem por "distorções externas", para citar os termos utilizados pelos intelectuais da Escola Austríaca.

Seria impossível, portanto, que as taxas de juros continuassem altas para empréstimos. Mesmo que não exista moeda suficiente em estoque para fazer um empréstimo – é importante lembrar que moeda-dinheiro também é uma espécie de mercadoria estabelecida como base-padrão de trocas entre mercadorias –, não significa que ela seria a única forma de financiar a construção de um shopping, para utilizar o exemplo de Roque. Ou seja, de acordo com os próprios padrões destes intelectuais, em um cenário de oportunidade de lucro, alguém daria um jeito de se aproveitar dessa oportunidade.

Para além disso, existe uma falha fundamental na argumentação de Roque, bem como na maioria das teorizações construídas e analisadas até o momento. O recurso a situações hipotéticas, ao invés da análise de situações reais ou estudos de casos, é um forte indicativo de que as conclusões extraídas e elaboradas só existem como idealizações determinadas por parâmetros estabelecidos apenas pelos sujeitos que as criaram, com base apenas em dedução. Isto é, não passam de um grande exercício de imaginação de seus criadores. E, portanto, suas conclusões são altamente duvidosas cientificamente. Afinal, se "O grande objeto" são os fenômenos econômicos e suas dinâmicas **reais** de funcionamento para a compreensão de como eles ocorrem na materialidade, não há como tirar conclusões sólidas apenas deduzindo como determinado objeto se comportaria, caso não tome minimante situações concretas. Por isso, a importância da análise concreta de situação concreta.

Para encerrar as considerações sobre como os libertarianistas interpretam a crise financeira de 2007/08, ainda resta um sujeito a ser analisado. De acordo com as fontes aqui disponíveis, "o mercado", na concepção libertarianista, é fruto das trocas voluntárias realizadas pelos indivíduos, de acordo com suas preferências temporais. Assim, daria origem também à taxa de juros, que regularia os níveis de empréstimo e poupança na sociedade capitalista. Portanto, as oscilações do mercado seriam apenas reflexo de alterações nas preferências temporais dos indivíduos em sociedade. São nestes termos que Mises e seus discípulos compreendem a ação do empreendedor na sociedade e seu (não)papel no surgimento das crises econômicas.

Segundo a interpretação libertarianista, as "distorções" causadas pela intervenção no Estado nas relações econômicas, desencadeiam uma série de maus investimentos, pois uma maior oferta de moeda no mercado, por meio da expansão do crédito, passaria uma falsa impressão de que as preferências temporais dos sujeitos estariam apontando para uma perspectiva de poupança, ao

invés de consumo presente. Situação que "perverteria" a ação do empreendedor na sociedade:

> Na economia de mercado, uma das funções vitais do empresário é ser um 'empreendedor', um homem que investe em métodos produtivos, que compra equipamentos e emprega mão-de-obra para produzir algo que ele não sabe ao certo se irá lhe trazer qualquer retorno (ROTHBARD; 2009; s/p).

Mais adiante no texto, Rothbard aponta a habilidade de "prever o futuro", como essencial para atividade do empreendedor:

> Em resumo, a função empreendedorial é a função de prever o futuro incerto. Antes de embarcar em qualquer investimento, o empreendedor deve estimar os custos presentes e futuros, bem como a renda futura; e dessa forma estimar se haverá, e quanto haverá, de lucro com este investimento. Se ele previr bem e significativamente melhor que seus concorrentes, ele terá lucros com seu investimento. Quanto melhor a sua previsão, maiores os lucros que ele irá obter. Se, por outro lado, ele for um prognosticador ruim e superestimar a demanda pelo seu produto, ele irá sofrer perdas e será rapidamente forçado a sair de seu ramo (Ibid).

É imprescindível observar que a "ação" inicial do empreendedor em relação ao mercado é apenas de "prever" seus comportamentos. Para Rothbard, esta habilidade de fazer previsões sobre os desígnios futuros do mercado é o que determina o sucesso ou o fracasso de um empreendimento. Nota-se o desdobramento da "coisificação" do mercado no pensamento libertarianista. Apenas os indivíduos que realizam "trocas voluntárias" exercem ações deliberadas. O Estado atua sem levar em consideração a forma natural do mercado e, por isso, causa distorções que pervertem seu funcionamento, ocasionando, assim,

crises, desemprego e toda a sorte de malefícios. Já o empreendedor, primeiro analisa e faz previsões sobre o futuro do mercado. Isto é, uma vez que observa o ordenamento "natural" do mercado, age nos seus limites; caso contrário, fracassará em seu empreendimento e será "forçado a sair de seu ramo".

Portanto, segundo Rothbard, o mercado teria um mecanismo que impede a permanência de maus investimentos e má alocação de recursos, em uma economia de "livre mercado".

> A economia de mercado, portanto, é um **sistema de perdas e ganhos**, no qual a perspicácia e a habilidade dos empreendedores são medidas pelos lucros e prejuízos que acumulam. A economia de mercado, além do mais, contém um mecanismo intrínseco, **um tipo de seleção natural que assegura a sobrevivência e a prosperidade dos melhores prognosticadores e, consequentemente, a extinção dos piores.** Pois quanto maiores os lucros coletados pelos bons prognosticadores, maiores serão suas responsabilidades gerenciais, e mais recursos eles terão disponíveis para investir no sistema produtivo. Por outro lado, alguns anos de prejuízos irão empurrar os maus prognosticadores para fora do mercado, colocando-os na categoria de empregados assalariados (ROTHBARD; 2009; s/p).

Em tal perccepção, os empreendedores – e, quiçá, economistas e demais agentes, também – atuam apenas com base em previsões e "prognósticos" sobre o futuro que "o mercado" lhes reserva. Portanto, não teria como considerar operadores financeiros, bancos de investimentos e demais agentes envolvidos no mercado financeiro, como responsáveis pelo colapso econômico de 2007/08. Afinal, "o mercado" seleciona e premia os melhores. Aqueles que enriquecem, merecem, por se mostrarem os mais sagazes em compreender os anseios do mercado. Difícil não perceber uma estrutura discursiva muito próxima das ideias meritocráticos, bem como uma interpretação que entifica "o mercado" como um ser

dado pela natureza e impossível de ser controlado. As interferências em seus "desígnios" resultam em desfechos trágicos como recessão, desemprego, falências e outros.

Ademais, é difícil não perceber que tal interpretação do mercado, bem como da burguesia como uma "elite natural"[7], ou seja, de transformar sua posição de classe dominante em "direito natural", é fruto de um processo violento de dominação e espoliação sobre os trabalhadores, tal qual os monarcas absolutistas consideravam sua posição relegada ao "direito divino" de governar. Porém, ao invés de terem sido "escolhidos por Deus", foram testados pelo "processo de seleção natural do mercado". Seu constante enriquecimento é apenas prova de que "o mercado" continua a considerá-los "aptos" a merecerem a posição de classe dominante.

Ora, se a burguesia, por meio da ação empreendedora, é resultado de um cruel processo de seleção natural – ou, nas palavras de Art Carden, "cruelmente eficiente" (CARDEN; 2008; s/p) –, no qual apenas os capazes permanecem, como se compreendem, então, os momentos de profundas crises e recessões econômicas?

Rothbard explica que a partir da emissão de moeda pelos bancos, para além de suas reservas:

> Quando os bancos expandem o crédito, isso significa que eles estão expandindo a oferta monetária na forma de depósitos que teoricamente são redimíveis em espécie, mas que na prática não são. [...]. Mas enquanto não houver uma "corrida" aos bancos em que todos convertem em dinheiro seus recibos

[7] É possível encontrar uma análise pormenorizada da noção de "elite natural" construída pelos libertarianistas: DAL PAI, Raphael Almeida. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**: os arautos do anarcocapitalismo. 2017. 228 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/3160. Acesso em: 11 ago. 2023.

de depósito, estes continuarão funcionando no mercado como o equivalente ao ouro (ROTHBARD; 2009; s/p).

Porém, em um sistema no qual a concorrência entre os bancos não é mediada por um banco central,

> Consequentemente, chegará um momento em que os bancos irão perder a tranquilidade, encerrar sua expansão creditícia e, para evitar que quebrem, quitar seus empréstimos pendentes. Geralmente, este recuo é precipitado por corridas bancárias desencadeadas pelo público temeroso da falência dos bancos, uma vez que estes estão em condições extremamente instáveis (Ibid.).

Ainda segundo ele, neste momento se estabeleceria uma crise, haja vista que, na medida em que os bancos forem expandindo sua oferta de moeda sem reservas de ouro – para citar o exemplo utilizado por Rothbard –, haverá uma "queima" dos títulos emitidos – dinheiro –, que não podem ser validados. No entanto, quando o fluxo de ouro começa a regularizar, o cenário de recessão vai passando e dando início a um novo ciclo de acumulação (Ibid.). Nota-se que seria o cenário de funcionamento "natural" do mercado, de acordo com Rothbard; que só é perturbado com o surgimento de um banco central:

> [...] torna-se claro que os bancos só podem expandir o crédito confortavelmente em uníssono quando existe um Banco Central, que é essencialmente um banco do governo, que goza um monopólio dado pelo governo e que possui uma posição privilegiada imposta pelo governo sobre todo o sistema bancário. Somente quando um banco central é instituído é que os demais bancos se tornam aptos a expandir o crédito indefinidamente. E foi somente após a existência de bancos centrais que as economias se tornaram familiarizadas com fenômeno dos ciclos econômicos (Ibid.).

Ao obrigar o uso de uma moeda de curso forçado a todo sistema bancário, o monopólio da emissão de moeda, bem como obrigando o depósito no banco central de parte do dinheiro depositado nos bancos (compulsórios), o governo estaria criando condições para a expansão do crédito "artificialmente" e de forma ilimitada (Ibid.). Apensar de Rothbard elencar alguns dos elementos utilizados pelo banco central para "controlar" o sistema bancário, sua explicação não é coerente. Foge à análise o sentido de uma moeda unificada em todo território como forma de facilitar e simplificar a circulação e comércio de mercadorias, sendo, aliás, uma importante mudança para o desenvolvimento da incipiente burguesia e da formação dos Estados Nacionais. Quanto ao recolhimento de compulsórios, serve como reserva em caso de uma eventual insolvência, por conta de uma crise financeira, digamos.

Obviamente, este é um recurso que pode ser utilizado para alterar a taxa de juros, na medida em que o banco central poderia repassar os compulsórios recolhidos aos bancos, aumentando, assim, a oferta monetária. Porém, isso incorreria em duas considerações: 1) os bancos privados, tendo posse desses compulsórios, são necessariamente obrigados a colocar à disposição de seus correntistas este valor? Afinal, se os bancos naturalmente já operam expandindo o consumo de moeda por meio do crédito, isso apenas adiaria temporariamente o "ajuste" por meio de uma recessão. Se os bancos forem desobrigados de repassar esse valor aos seus correntistas, poderiam utilizar para outros tipos de produtos e ativos financeiros (aquisição de títulos da dívida pública, criação de fundos de investimentos, especulação financeira, entre outros); 2) o recolhimento de compulsório é sobre o valor depositado, isto é, gerado na economia; logo, não seria "artificial", pois estaria vinculado a um volume de dinheiro que os bancos receberam de seus correntistas. Portanto, não há emissão de mais dinheiro, uma vez que representa apenas uma parcela do montante disponível que foi reservado pelo banco central. O único "distúrbio" que o Estado estaria gerando ao intervir por meio do recolhimento dos compulsórios seria suavizar flutuações

inflacionárias, mas não as evitar. Ou seja, em algum momento, o "ajuste" ocorreria independente de sua existência.

É importante notar que, quando os intelectuais libertarianistas precisam demonstrar o funcionamento do mercado, o funcionamento "natural" da economia e demais pontos que permitam a construção de um discurso positivo a manutenção do capitalismo, recorrem a várias explanações complexas, construções de situações hipotéticas elaboradas e se debruçam vigorosamente na construção de uma teoria da ação humana que sirva como base para sustentação de uma série de noções e conceitos.

Porém, no momento de explicar como a intervenção do Estado é nefasta, que "perverte" a ação dos empreendedores e dos bancos, o fazem de forma muito superficial e caricata. Um dos motivos para a fácil aderência do discurso "anti-Estado"/"antigoverno" pode estar relacionada à construção de uma visão negativa da política institucional, do funcionalismo público e da ação do Estado na sociedade, desde, pelo menos, a transição democrática no Brasil. Sem mencionar nas referências aos altos impostos, e suspeições da ação dos governo e Estado presentes em filmes, desenhos animados e outras expressões da chamada "cultura pop" internacional. Em outras palavras, dado o estabelecimento de um discurso negativo sobre a atuação do Estado nas sociedades – resultado de décadas de construção de consenso e convencimento –, é possível "ativar" o senso comum estabelecido e construir uma narrativa pretensamente "séria", que poucos leitores perceberão problemas.

Dando seguimento à interpretação de Rothbard sobre as origens das recessões econômicas, a intervenção do Estado no mercado vai armar as condições para o estabelecimento de uma dinâmica de recessão. Quando o Estado passa a agir,

> O que acontece é uma enorme encrenca. **Os empresários, percebendo a queda na taxa de juros, reagem exatamente como deveriam agir diante de tais sinais do mercado**: investem mais em bens de capital. Investimentos, particularmente em projetos longos e demorados, que antes

> pareciam financeiramente inviáveis, agora parecem lucrativos por causa da queda dos juros cobrados. Ou seja, os empresários reagem como reagiriam se a poupança tivesse aumentado genuinamente: eles expandem seus investimentos em equipamentos duráveis, em bens de capital, em matérias primas industriais e em construção civil, em detrimento da produção direta de bens de consumo (ROTHBARD; 2009; s/p).

É válido perceber que, tanto nos textos de autores libertarianistas mais "canônicos", como Mises e Rothbard, o sujeito empreendedor possui uma postura "passiva" em sua relação com o mercado: ele não "age", mas "reage" aos "sinais" que "o mercado" demonstra. Apenas tendo isso como base é que ele atua para auferir lucros. Se faz mister lembrar que a produção de Mises e Rothbard não ocorre na época da Grande Recessão de 2007/08.

Mises constrói as bases do pensamento neoliberal que, posteriormente, Rothbard radicaliza e erige o "anarco"capitalismo. Ou seja, suas interpretações sobre a atuação dos empresários e do mercado possuíam outro significado na época; muito mais relacionado com a necessidade de se construir uma imagem positiva sobre a ação burguesa e o desenvolvimento do capitalismo na sociedade. Para Mises, em um contexto de pós-Primeira Guerra Mundial (cenário da produção de sua obra *Liberalismo*) e pós-Segunda Guerra (a obra *Ação humana* é publicada pela primeira vez em 1949). Já Rothbard lança as bases do "anarco"capitalismo na década de 1970 (época de publicação e escrita do *Manifesto Libertário*[8]), momento de grande pressão interna e externa sobre a

[8] Segundo Lew Rockwell, que escreve a introdução para a primeira edição da obra publicada no Brasil, "o libertarianismo moderno não nasceu em reação ao socialismo ou ao esquerdismo – embora ele seguramente seja antiesquerdista (da maneira com que o termo é comumente definido) e antissocialista. [...] o libertarianismo, no contexto histórico americano, surgiu como uma resposta ao estatismo do conservadorismo e sua celebração seletiva de um planejador central de estilo conservador. [...] E foi para defender uma liberdade pura contra as concessões e corrupções do conservadorismo – iniciando-se com o período de

política estadunidense, com movimentos de contestação efervescendo por todo país, guerras (Vietnã e das Coréias) e a chamada crise econômica dos anos 1970. Em outras palavras, são contextos de grande contestação da ordem vigente, cada qual em sua época, em que a necessidade de reforçar as paliçadas do capitalismo e dos interesses burgueses se fazia de suma importância.

Para além de ser uma necessidade também presente no estopim da crise de 2007/08, a forma de interpretar a atuação a ação burguesa como "empreendedorismo", claramente tem, no mínimo, três efeitos: 1) construir uma noção de que a atuação do empreendedor na sociedade é vital para o desenvolvimento desta; 2) transformar o enriquecimento como "prova de sucesso" e "merecimento" pelo supostamente vital serviço prestado à prosperidade de todos; 3) desonerar a burguesia – por meio da figura do "empreendedor"; "homem de negócios" – de qualquer responsabilidade o que suas ações futuras gerem. Afinal, eles apenas **reagem**, ao tentar prever os anseios do mercado, partindo dos próprios indícios que este lhes permite perceber; quem de fato **age**, interrompendo o curso supostamente natural das relações econômicas, é o Estado.

Retomando a descrição de Rothbard, os empresários passam a receber "sinais errados" do mercado e, a partir deles, irão interpretar que o momento de baixa nas taxas de juros é ideal para realizares grandes e demorados investimentos. Com isso, passariam a pagar mais caro por meios de produção e força de trabalho – em alta por conta da recente demanda – pois o lucro futuro, em tese, compensaria o risco.

Para além das observações já feitas sobre como os libertarianistas concebem a crise e a atuação dos sujeitos envolvidos, a atuação do empreendedor no mercado é

Nixon, porém continuando ao longo das presidências de Reagan e Bush – que inspiraram o nascimento da economia política rothbardiana". (ROTHBARD; 2013; p. 12).

emblemática. Esses supostos empresários, constantemente postos à prova e selecionados pelo mercado, que possuem justamente como função vital a "previsão do futuro", não conseguem distinguir "crescimento genuíno" de "crescimento artificial", quando tal habilidade é de suma importância?

Partindo da compreensão de que um ambiente de mercado com forte intervenção estatal é ruim, os empresários que, mesmo assim, teriam conseguido prosperar, foram aqueles que melhor conseguiram compreender os anseios do mercado, apesar das condições desfavoráveis, o que significaria dizer que estariam mais do que capacitados para preverem a armação de uma crise econômica e tomarem as medidas necessárias para, ainda assim, lucrar com isso.

Outrossim, seria possível declarar que, justamente por isso, existem os "maus empresários" que gozam de privilégios com o Estado – assim como Fannie Mae e Freddie Mac foram retratados pelos libertarianistas durante a crise, como "empresas apadrinhadas pelo governo" (ROCKWELL; 2008; s/p) – impedindo que os "bons" se destaquem. No entanto, seria um juízo de valor sobre a ação do empreendedor, onde não cabe "bom" ou "mau", uma vez que o que determina a ação é a satisfação da necessidade dos indivíduos no mercado. Nas palavras de Mises:

> A crítica ao lucro feita pelos moralistas e pregadores erra o alvo. Não é culpa dos empresários se o consumidor – o povo, o homem comum – prefere bebidas alcoólicas à bíblia e romances policiais a livros sérios, e se o governo prefere canhões à manteiga. O empresário não lucros maiores por vender coisas 'más' em vez de vender coisas 'boas'. Seus lucros são tanto maiores quanto mais consiga prover os consumidores com aquilo que eles mais desejam. As pessoas não bebem bebidas fortes para satisfazer os 'capitalistas do álcool', nem vão à guerra para aumentar os lucros dos 'mercadores da morte'. A existência de uma indústria de

> armamentos é consequência do espírito beligerante, não sua causa (MISES; 2010; p.360).

O mesmo princípio vale, portanto, aos "maus empreendedores". Ao passo que sua única preocupação é com sua capacidade de "prover os consumidores com aqueles que eles mais desejam", os meios pouco importam. Aliás, se a própria existência do Estado e sua ação intervencionista no mercado for um "desejo" dos indivíduos, não há motivo algum, então, para considerar os sujeitos que sabem se utilizar do Estado ao seu favor como "mal-intencionados".

Por fim, a partir das próprias noções sobre como os libertarianistas compreendem a dinâmica do capitalismo e suas crises, como também a atuação dos sujeitos nelas – em especial na Grande Recessão de 2007/08 – a conclusão possível de se tomar é de que tanto investidores como empresários, bancos e demais sujeitos envolvidos – raramente os textos tratam das famílias que tomaram os empréstimos *subprime*, e quando mencionam, é de forma breve e como passivos ao longo do processo – agiram sem levar em consideração elementos acerca da moral e ética de seus atos; apenas atuaram visando a maximização de seus lucros aos limites que fossem possíveis, independentemente de estarem vendendo armas, bebidas, ou negociando apólices sem lastro algum, cedendo empréstimos para famílias que não possuem as mínimas condições de pagar.

Mesmo sendo possível relegar ao Estado sua parcela de culpa – o que de fato existe, por desregulamentar o mercado financeiro, permitindo as relações de securitização e demais dispositivos criados – é inegável, até mesmo seguindo a própria lógica da "ação humana" libertarianista, de que a crise é consequência da uma lógica posta em movimento há décadas pela implementação do neoliberalismo – e não das teorias keynesianas –, baseada na financeirização e hiperendividamento do Estado e população – duplamente endividada: primeiro, pois são os trabalhadores os principais alvos dos financiamentos e hipotecas; segundo, pois o

Estado ao se endividar para salvar as empresas "grandes demais para quebrar", o faz a partir da arrecadação de impostos, cortes dos serviços públicos de saneamento, saúde, segurança e, não menos importante, habitação; abrindo o caminho, assim, para novas expropriações da classe trabalhadora, privatizações e a entrega destes serviços ao setor privado.

Neste sentido, é importante notar que não se trata apenas de uma interpretação sobre a mais recente crise econômica mundial e de como lidar com ela. Isto é, o que está posto não se trata apenas de definir estratégias e ações conjunturais, mas também da continuidade, ou melhor, de levar o programa neoliberal aos seus limites. Primeiramente, alinhando as frações burguesas e as tarefas que lhe são colocadas, mas também as atualizando sobre o surgimento de uma nova dinâmica sobre a qual é preciso construir consenso. Em um segundo momento, capilarizar seus interesses, bem como convencer – agora de forma mais ampla – o conjunto da sociedade.

Um importante passo neste processo é justamente "apontar culpados" ("O Estado" e "keynesianos", por exemplo), o que parece agir em dois sentidos: alinhar as frações burguesas de que o momento pode ser utilizado para intensificar o avanço sobre áreas de gestão do Estado, considerados "bens públicos", sinalizar que não existirão "recuos", isto é, que não cederão às pressões por mais direitos aos trabalhadores; e, na outra ponta do convencimento – entre os dominados –, "ativar" pressuposições e noções de senso comum, que permitem aderência ao projeto posto em movimento, por meio de convencimento da população sobre os "verdadeiros culpados" da crise atual, como também aceitação das medidas duras, porém supostamente "necessárias". Não apenas, mas a construção de consenso ativo e "espontâneo" entre o conjunto da sociedade; tanto no que diz respeito aos interesses que pretendem levar a cabo quanto na identificação de determinados intelectuais e ideologias como "as melhores".

Em seus escritos no cárcere, Gramsci faz algumas distinções entre três tipos de consenso: passivo, que ocorre pela participação

dos governados apenas nos ritos institucionais do Estado (eleições, por exemplo); ativo: quando há maior engajamento/participação dos governados (comícios, passeatas, por exemplo); e o "espontâneo", fruto da ação dos intelectuais orgânicos e aparelhos privados na sociedade civil, que "*nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção*" (GRAMSCI 2v.; 2010; p. 21). É importante observar que Gramsci sempre usa "espontâneo" entre aspas, justamente por ser apenas no nível da aparência, que é a ação constante dos intelectuais – por isso também "historicamente", entre aspas – que este consenso se constrói.

Ao tecer comentários sobre o conceito de legislador, Gramsci elabora um pouco mais detidamente a noção de consenso "espontâneo":

> [...] a capacidade máxima do legislador pode se deduzir do fato de que, à perfeita elaboração das diretrizes, corresponde uma perfeita predisposição dos organismos de execução e de controle e uma perfeita preparação do consenso 'espontâneo' das massas, que devem 'viver' aquelas diretrizes, modificando seus hábitos, sua vontade e suas convicções de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem a atingir (Id. 3v.; 2016; p. 306).

É a partir desse consenso "espontâneo" que a capilarização dos interesses burgueses se efetiva de maneira mais eficiente. Na medida em que parcelas da sociedade civil passam a modificar hábitos e vontades, também irão operar para transformar o conjunto do tecido social:

> Se cada um é legislador no sentido mais amplo do termo, continua a ser legislador ainda que aceite diretrizes de outros; executando-as, controla sua execução também por parte dos outros, compreendendo-as em seu espírito, divulga-as, quase

transformando-as em regulamentos de aplicação particular a zonas da vida restrita e individualizada Ibid; grifos nossos).

A partir destas considerações, torna-se evidente que a construção do consenso "espontâneo" é de vital importância para penetração, quase molecular, dos interesses de classe particulares na sociedade civil, que "nasce 'historicamente'", justamente porque é necessário um trabalho constante, sistemático e de longo prazo para surtir efeitos.

À exemplo das interpretações sobre a crise de 2007/08 disseminadas pelo Mises Brasil e seus intelectuais orgânicos, compreende-se a necessidade da grande repetição de argumentos e premissas ao longo de uma volumosa disseminação de textos em um intervalo de dois anos (2008-2010, que se verifica o maior número de publicações sobre a crise no site). A estratégia de disfarçar o discurso ideológico – portanto, político – como imbuído de cientificidade – como uma autoridade sempre neutra, isolada e sem relação com os interesses e projetos políticos, que atravessam a sociedade da qual emerge, também lhe atribuindo sentido e significado – é de suma importância: há construção de "prestígio" e "autoridade" para si e seus intelectuais no processo de construção do consenso "espontâneo".

A própria projeção sobre si, como classe, que os textos publicados pelo IMB possuem, bem como as noções e conceitos mobilizados neles procuram retratar a figura do "empreendedor" como vítima da crise e a chamada "população comum"; porém mantendo um especificidade: seu *status* social, bem como a riqueza acumulada e propriedades não podem ser alvo de distribuições em momentos de crise, uma vez que se tratam de um "direito natural" adquirido por sua capacidade de "prever o futuro" das vontades do mercado.

Partindo do pressuposto de que "a pobreza sempre foi a condição natural e permanente do homem ao longo da história do mundo" (SOTO; 2016; s/d), o texto de Jesús Huerta de Soto,

publicado no *site* do IMB, em 2016, aponta o empreendedorismo como agente transformador da pobreza:

> As causas da pobreza são bem simples e diretas. Em qualquer lugar em que não haja empreendedorismo, respeito à propriedade privada, segurança jurídica, acumulação de capital e investimento, a pobreza será a condição predominante. Isole um grupo de pessoas em uma ilha, peça para que elas não tenham nenhuma livre iniciativa, proíba a propriedade de bens escassos, e você verá que a pobreza será a condição geral e permanente dessas pessoas (Ibid.).

Entre os textos selecionados para publicação no *site* do IMB, o assunto é um tanto recorrente. O assunto é trazido novamente à tona em dois textos publicados em 2021, sendo um deles de autoria de Ludwig von Mises. No subtítulo sugestivamente intitulado de "No livre mercado, a propriedade privada dos fatores de produção já é uma função social", o "direito natural burguês" aparece como condição resultante do mercado:

> **O processo de mercado torna-se um plebiscito que é repetido diariamente**, e que inevitavelmente expulsa da categoria dos eficazes e rentáveis aquelas pessoas que não empregam sua propriedade de acordo com as ordens dadas pelo público. Consequentemente, em um mercado livre de protecionismos e privilégios concedidos pelo governo, as grandes empresas – sempre o alvo do ódio fanático de todos os governantes e de pretensos intelectuais – adquirem e mantêm seu tamanho unicamente pelo fato de elas atenderem aos desejos das massas (MISES; 2021; s/d; grifos nossos).

Nota-se, também, como o uso de certas palavras e termos procuram introjetar outras ideias relacionadas. O processo idealizado no texto sobre o funcionamento da concorrência de mercado é tido como um "plebiscito"; ou seja, como um processo

de escolha da sociedade, daqueles que consideram como os mais "justos" de ocuparem as posições sociais que possuem. Logo, aqueles que consideram injusto a existência de grandes empresas e – consequentemente – da alta burguesia, são taxados de fanáticos odiosos e falsos intelectuais. Isto é, enquanto o mercado é "democrático", quem diverge da interpretação de Mises é autoritariamente desconsiderado.

A partir dos textos publicados no IMB, é possível indicar algumas questões importantes. Percebe-se que a defesa do "direito natural burguês" é constantemente apresentada sob várias perspectivas. Desde a justificativa para a existência de lucros que tendam ao crescimento infinito, até soluções que tomam a desregulamentação do mercado como sua própria forma de correção. Assim sendo, ele se apresenta como um elemento constante no pensamento burguês dos teóricos do neoliberalismo.

Para além disso, as publicações sobre a temática e sua frequência são indícios de um esforço permanente ao convencimento de que a saída para as crises do capitalismo, causadas por suas próprias contradições, é justamente mais desregulamentação e menos intervenção. Fechando, assim, o "ciclo autoimune" neoliberal em que, para resolver as disfunções do capitalismo, basta intensificar seus dispositivos.

Conclusão

À luz de toda a discussão realizada, também partindo das fontes-matérias consultadas e analisadas, conclui-se que o real interesse do IMB, em apresentar uma interpretação da Grande Recessão é muito mais orientado por uma necessidade de capilarizar o pensamento e postulados libertarianistas, tendo como motivação realinhar os interesses intraburgueses e as tarefas necessárias para a manutenção do capitalismo – via intensificação do programa neoliberal – ante uma conjuntura de crise; do que, de fato, apresentar uma interpretação dela que leve em conta elementos concretos de sua dinâmica.

Nos textos republicados junto ao site do IMB, nota-se pouca atenção a processos e dispositivos do mercado financeiro – securitização, criação de novos "produtos" financeiros que permitiam a junção de títulos *subprime* com outros de maior possibilidade de pagamento, para citar alguns – que são centrais no processo de formação e crescimento da "bolha" financeira.

Se remetendo à chamada "Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos", os textos, seus autores e o Mises Brasil, buscam tornar a crise algo semelhante a um "desastre natural"; onde o mercado sofre interferências "externas" que lhe alteram o funcionamento "natural", "reagindo" aos desequilíbrios – causados pela ação do Estado –, por meio da inflação, alta de juros, falências e desemprego, tal como instabilidades climáticas são causadas pela ação humana (desmatamentos, poluição em geral, por exemplo) que interfere no ordenamento da natureza.

Mesmo que a noção de "ação humana", desenvolvida por Mises, seja a pedra angular que fornece sustentação para o surgimento do mercado e da economia, logo, fruto de uma relação indivíduos em sociedade – por mais que a noção reduz o agir humano à mera "busca por satisfação" –, qualquer outra forma de intervenção humana que extrapole relações de compra e venda, é considerada "artificial" e causará "corrupção" do estado "ideal" do mercado.

Por fim, o mantra do "deixa quebrar" e sua aderência no conjunto da sociedade em crise funciona em três níveis: o primeiro nível, ao conjunto dos trabalhadores que sofrem os efeitos mais deletérios e imediatos da crise, age como uma palavra de ordem por "vingança" contra o sistema financeiro e as empresas que lhes causam sofrimento, numa ilusão de que equalizaria "as regras do jogo", em contraste com os salvamentos e *bail outs* bilionários oferecidos aos bancos, indústria e outras instituições financeiras; causando, assim, aderência dos ideias libertarianistas por mais desregulamentação e privatizações entre a população mais afetada.

Afinal, os mais atingidos pela crise são justamente aqueles que, em termos práticos, dadas as condições de marginalidade, tanto por

acesso extremamente precário às condições mínimas de saúde, segurança e moradia, para citar alguns – ou nenhum, no caso de países onde inexistem políticas de Estado para a garantia de mínimas condições de acesso à saúde pública –; formas extremamente precárias de trabalho que remuneram estes trabalhadores no limite da sobrevivência e sem perspectivas de melhoria, numa sociedade que individualiza o "sucesso" por meio da ideologia do "empreendedorismo"; como se a pobreza fosse resultado de falta de "perseverança", "resiliência" ou mesmo "trabalhar mais duro", entre outros chavões da "meritocracia". Repito, em termos práticos de suas vivências cotidianas, eles já estariam vivendo "sem Estado", portanto, o "deixa quebrar" e os ideias "anarco"capitalistas a ele relacionados ganham aderência pela ilusão de que isso representaria uma forma de acabar com "os privilégios dos ricos", pois agora as regras de sobrevivência seriam as mesmas.

Em um segundo nível, o "deixa quebrar", relacionado ao discurso de ódio dirigido ao keynesianismo, passa duas mensagens às frações burguesas mundiais do "centro" do capitalismo, e em um terceiro nível, uma tarefa para as frações burguesas "periféricas". Com a crise, se abre um processo de "queima" de capital fictício onde se inicia uma corrida para valorização do capital antes de sua queima. Isto é, este capital acumulado de forma fictícia demanda novas formas de valorização sob o risco de não poder se efetivar como mais-valor, uma vez que exige uma fatia do mais-valor produzido, muito embora não tenha participado de sua geração.

A outra mensagem é de que não se recuará, como escreve Plínio de Arruda Sampaio Jr., ainda quando os efeitos mais devastadores da crise não haviam atingido o Brasil, "*os aparelhos ideológicos do grande capital têm sido inequívocos na advertência de que não se pode utilizar o "pretexto" da crise para reverter o movimento de liberalização econômica das últimas décadas*" (SAMPAIO JÚNIOR, 2017, p. 96). O economista ainda enfatiza que não existem condições objetivas e subjetivas para uma suposta volta de políticas

econômicas baseadas no keynesianismo, bem como observa os salvamentos como indício de medidas à lá Keynes:

> Os que confundem a pseudo-estatização do sistema financeiro em curso com a volta da regulação de tipo keynesiana tomam a nuvem por Juno. Não é o Estado que está impondo limites ao capital; o capital financeiro é que está aprofundando ainda mais sua conquista do Estado. Sob o pretexto de evitar uma crise sistêmica de efeitos potenciais catastróficos, a política econômica está promovendo o maior ataque à economia popular de que se tem notícia na história. Sob a avassaladora pressão dos maiores grupos econômicos do planeta, os recursos que até ontem faltavam para financiar as políticas públicas agora sobram para socorrer os bancos e as grandes corporações falidas, sem que nada garanta, diga-se de passagem, que os problemas sejam resolvidos (Ibid., p. 97).

Por fim, o terceiro nível se refere à tarefa de que esta orientação impõe para as frações burgueasas de países como o Brasil. Dada a forma de inserção brasileira no processo de (re)produção ampliada do capital, como uma perspectiva de continuidade do programa neoliberal sem a construção de saídas que permitam um desenvolvimento mais autônomo das intempéries da financeirização global, restará ao Brasil "surfar na crise" por meio de austeridade fiscal, reforçando, assim, as garantias de pagamento da dívida pública e demais dispositivos que atraiam essa massa de capital fictício sedento por valorização, por um lado; e as condições favoráveis para a exportação de *commodities* dada a situação de ascenso econômico chinês(CORSI et all; 2019; passim).

São os limites dessa política econômica por volta de 2011/2012, somados às convulsões sociais internas dado o esgotamento dos dominados após décadas de imposição do programa neoliberal e a precarização das condições de vida e trabalho dele resultantes, que estipulam os elementos principais para o estabelecimento da crise orgânica no Brasil e a ofensiva burguesa.

Referências

ARIENTI, Patricia Fonseca Ferreira. Os impactos da gestão macroeconômica do governo Obama na fragilidade do dólar como moeda internacional. In: MORAES, Reginaldo Carmello Correa; MENEZES Henrique Zeferino (orgs.). A economia política do governo Obama. João Pessoa: UFPB, 2017. p. 91-120.

BRENNER, Robert. O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo Antonio; SABADINI, Mauricio de Souza. Capital fictício e lucros fictícios. In: GOMES, Helder (org.). Especulação e lucros fictícios. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 125-159.

CARCANHOLO, Reinaldo. Capital: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 2 v.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. A América Latina: ciclo de commodities e crise do capitalismo global. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**. v. 8, n. 15. p. 168-194. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/ 89388/ 52913. Acesso em: 28 ago. 2023.

DAL PAI, Raphael Almeida. Instituto Ludwig von Mises Brasil: os arautos do anarcocapitalismo. 2017. 228 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle /tede/3160. Acesso em: 11 ago. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: um ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Curitiba: Kotter; São Paulo: Contracorrente, 2020.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 3 v.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 2 v.

LIPOVETSKY, Gillres. A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017. 3 v.

PATSCHIKI, Lucas. A burguesia dependente-associada e a crise: o Instituto Millenium em suas análises sobre 2008. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 3., 2015, Niterói. Anais [...]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015, p. 1-17.

PINTO, Eduardo Costa. A crise americana: dívida, desemprego e política. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais. Boletim de Economia e Política Internacional. Brasília: Ipea, Dinte, n. 1, 2010. p. 7-20. Disponível em: https://repositorio. ipea.gov.br/handle/11058/3352. Acesso em: 18 jun. 2023.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Unesp, 2017.

TONELO, Iuri. No entanto ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, Iskra, 2021.

Fontes consultadas

CARDEN, Art. Expansão do crédito e investimentos improdutivos. Mises Brasil [site], 30 jan. 2008. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/10/expansao-do-credito-e-investimentos-improdutivos. Acesso em: 29 jul. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Obama acusa republicanos de travar governo para agradar extremistas. Folha de São Paulo, 3 out. 2013. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/10/1351179-obama-acusa-republicanos-de-travar-governo-para-agradar-tea-party.shtml. Acesso em: 22 jul. 2023.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. Leandro Roque. Mises Brasil [site], s. d. Disponível em: https://mises.org.br/autores/14. Acesso em: 15 jun. 2023.

MISES, Ludwig von. Ação Humana. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. Em uma economia de livre mercado, nenhum lucro é "excessivo" – por definição. Mises Brasil [site], 5 ago. 2021. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/2405/em-uma-economia-de-livre-mercado-nenhum-lucro-e-excessivo-por-definicao. Acesso em: 5 fev. 2022.

PATERS, Jeremy W. Dez anos depois, Tea Party não conseguiu o que queria, mas deu início à política da raiva. Globo [site], O Globo, 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/dez-anos-depois-tea-party-nao-conseguiu-que-queria-mas-deu-inicio-politica-da-raiva-1-23910665. Acesso em: 17 jan. 2024.

READ, Leonard. Os pobres, o livre mercado, e a moralidade deste arranjo. **Mises Brasil** [site], 3 ago. 2021. Disponível em:

https://www.mises.org.br/article/1899/os-pobres-o-livre-mercado-e-a-moralidade-deste-arranjo. Acesso em: 5 fev. 2022.

REDE CANAIS. Batman: A Série Animada - Episódio 28 - Sonhos na Escuridão. Rede Canais [site], s. d. Disponível em: https://redecanais.cx/batman-a-serie-animada-episodio-28-sonhos-na-escuridao_ 2c178f3b1.html. Acesso em: 17 jan. 2024.

ROCKWELL, Lew. Freddie + Fannie = fascismo. Mises Brasil [site], 9 set. 2008. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/87/freddie--fannie--fascismo. Acesso em: 23 jul. 2023.

ROQUE, Leandro. Exemplo Clássico. Mises Brasil [site], 1 out. 2008. Disponível em: https://mises.org.br/arti gos/125/exemplo-classico. Acesso em: 15 jun. 2023.

ROQUE, Leandro. Juros, preferência temporal e ciclos econômicos. Mises Brasil [site], 17 dez. 2009. Disponível em: https://mises.org.br/article/552/juros-preferencia-temporal-e-ciclos-economicos. Acesso em: 15 jan. 2024.

ROTHBARD, Murray Newton. Depressões econômicas: a causa e a cura. Mises Brasil [site], 3 fev. 2009. Disponível em: https://mises.org.br/artigos/184/depressoes-economicas-a-causa-e-a-cura. Acesso em: 17 jan. 2024.

ROTHBARD, Murray Newton. Por uma nova liberdade: o manifesto libertário. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2013.

SARD, Barbara. Number of Homeless Families Climbing Due to Recession. Center on Budget and Policy Priorities, p. 1-17, 8 jan. 2009. Disponível em: https://www.cbpp.org/research/number-of-homeless-families-climbing-due-to-rece ssion. Acesso em: 19 jul. 2023.

SOTO, Jesús Huerta. "Vamos debater as causas da pobreza!". Mises Brasil [site], 24 abr. 2016. Disponível em: https://mises.org.br/article/1956/vamos-debater-as-causas-da-pobreza. Acesso em: 5 fev. 2022.

A crise da globalização neoliberal: do *crash* financeiro de 2008 à nova dinâmica do capitalismo

Iuri Tonelo[1]

Alguns acontecimentos têm chamado a atenção quando levamos em conta as distintas dimensões da situação mundial. Um conflito militar na Europa, a guerra da Ucrânia, já dura dois anos e meio sem que uma tendência à resolução de paz se expresse. No Oriente Médio, a instabilidade da situação de uma ofensiva de Israel em Gaza, com a denúncia internacional de práticas de genocídio, tem estarrecido o mundo todo. Na Ásia, a ilha de Taiwan tem sido o palco de uma das tensões mais perigosas da geopolítica mundial, marcando a disputa e uma grande tensão entre Estados Unidos e China em torno do maior produtor de semicondutores, produto crucial da alta tecnologia.

Essa situação tem aberto um debate em torno de uma crise na era da chamada globalização neoliberal. Termos como "policrise" ou "desglobalização" rondam as notas analíticas de *think tanks* nos grandes jornais, e as tensões geopolíticas, uma economia internacional estafada, a ascensão de correntes internacionais de extrema-direita com discurso anti-globalização, a crise do "extremo centro" político nas democracias liberais e recorrentes processos de luta de classes indicam que estamos em uma nova dinâmica no capitalismo internacional.

Tendo isso em vista, esse texto visa a elucidar os fundamentos dessa transformação, compreendendo o fenômeno da globalização neoliberal de forma histórica. Sua ascensão e apogeu nos anos 1990,

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2019). Mestre em Sociologia pela mesma instituição (2014). Atualmente, é pesquisador de pós-doutorado no programa de pós-graduação de Sociologia da UFPE, com bolsa da FACEPE

os impactos que a crise financeira de 2008 tiveram no curso da dinâmica do capital e quais as últimas tendências na situação internacional, particularmente levando em conta a volta do crescimento do militarismo. Assim, pretendemos contribuir para a compreensão do neoliberalismo em seus distintos aspectos, particularmente com um ângulo de suas tendências internacionais.

Neoliberalismo como fenômeno histórico

A crise dos anos 1970 revelou problemas estruturais significativos, como a superprodução, a sobreacumulação e a crise da hegemonia dos Estados Unidos. Esses fatores ajudam a explicar a resposta do capital ao período, que acabou definindo o que é conhecido hoje como neoliberalismo. David Harvey (2008, p.12), em sua obra *O neoliberalismo: história e implicações*, descreve os princípios centrais dessa corrente de pensamento político-econômica:

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Entretanto, na prática, há uma discrepância notável entre a teoria neoliberal e sua implementação real. Essa lacuna, como observa o próprio Harvey, desvia o neoliberalismo de seu suposto propósito de promover o bem-estar humano. O processo de neoliberalização, analisando seu desenvolvimento real e histórico, pode ser entendido tanto como uma tentativa de reconfigurar o capitalismo global com uma estratégia política destinada a

restabelecer as condições para a acumulação de capital e para restaurar o poder das elites econômicas (HARVEY, 2008, p. 27).

Um marco importante da formalização política do neoliberalismo foi o *Consenso de Washington*, que consolidou as propostas programáticas da doutrina e se tornou amplamente adotado como referência para políticas neoliberais. O renomado economista keynesiano Joseph Stiglitz destaca que a formulação original do *Consenso de Washington* foi obra do economista britânico John Williamson, que teria cunhado o termo e delineado as diretrizes teóricas gerais no artigo intitulado "*What Washington Means by Policy Reform*" [O que Washington quer dizer com reforma política], publicado em 1990 (WILLIAMSON, 1990). No entanto, Stiglitz (2019) observa que houve uma divergência significativa entre as propostas econômicas originais e o que foi efetivamente implementado. Ele afirma:

> Ao me referir ao Consenso de Washington, claramente me refiro à apresentação excessivamente simplificada das recomendações dos organismos financeiros internacionais e do Tesouro dos Estados Unidos, especialmente durante o período da década de 1980 e princípios da de 1990, antes que se convertessem em objeto de depreciação tanto no Norte quanto no Sul, e não ao trabalho mais sutil de John Williamson, que foi quem realmente cunhou a denominação. Seja qual fosse seu conteúdo e intenção originais, ao redor do mundo e na mente da maioria das pessoas, o termo passou a ser tomado como referência para as estratégias de desenvolvimento focadas nas privatizações, na liberalização e na macroestabilidade (principalmente a estabilidade de preços); um conjunto de políticas pregadas em base a uma grande fé (maior que o justificável) nos mercados livres de restrições e visando a reduzir, inclusive ao mínimo, o papel do governo

Quando mencionamos termos como "privatizações", "liberalização global", "redução dos gastos públicos" e

"desregulamentações", estamos geralmente situados no campo das políticas neoliberais. Para compreender o verdadeiro significado do neoliberalismo, é essencial conectar as ideias dessa "cartilha" com as práticas observadas em diversas regiões do mundo, considerando as necessidades históricas do capital e a divisão internacional do trabalho.

Em uma síntese analítica, o neoliberalismo pode ser compreendido como caracterizado por quatro fatores principais:

(1) Mudanças nas políticas fiscais e monetárias, que moldaram as condições necessárias para explorar ao máximo a classe trabalhadora. O aumento dos juros pelo FED em 1979 e a adoção de políticas fiscais severas nos anos seguintes degradaram as condições sociais e laborais, cortando direitos e intensificando a exploração.

(2) um processo de hiperfinanceirização, que desregulou normas financeiras na tentativa de oferecer novas soluções de crédito para problemas antigos, o que resultou no aumento do endividamento de famílias e Estados e na criação de um ambiente ainda mais arriscado para a lucratividade do capital;

(3) uma ofensiva do capital contra o trabalho, materializada em uma reestruturação produtiva para otimizar a exploração do mais-valor, combinada com políticas fiscais e monetárias voltadas para a diminuição do papel do Estado em serviços públicos, bem como a desvalorização salarial e outros mecanismos que favorecessem o metabolismo social do capital

(4) *uma geopolítica imperialista agressiva*, que buscou subordinar países dependentes economicamente no contexto da restauração capitalista. Este ponto se manifestou de diferentes formas, desde a política dos *Chicago Boys* sob a ditadura de Pinochet no Chile, até políticas de exploração do mais-valor no Sul Global, aplicadas por governos de transição democrática que herdaram a estrutura política e repressiva das ditaduras militares, mas com uma nova aparência. Vale ainda mencionar com especial destaque as novas condições criadas com a restauração do capitalismo nos ex-Estados do bloco

soviético e a abertura da economia chinesa, fatores fundamentais para a ofensiva econômica, política e ideológica do neoliberalismo.

No que tange ao primeiro ponto, das políticas fiscais e monetárias, aponta-se como marco o ano de 1979, quando o Federal Reserve (FED) dos Estados Unidos aumentou drasticamente as taxas de juros. Essa decisão representou uma guinada monetarista, que contrastava com a experiência keynesiana anterior, dominante desde o New Deal e bastante influente durante os anos da "Era de Ouro" do capitalismo.

David Harvey (2008, p. 32) descreve esse processo da seguinte forma:

> Em outubro de 1979, Paul Volcker, presidente do *Federal Reserve Bank* no governo Carter, promoveu uma mudança draconiana na política monetária dos Estados Unidos. O compromisso de longa data do Estado democrático liberal com os princípios do New Deal, que significava em termos gerais políticas fiscais e monetárias keynesianas, e tinha o pleno emprego como objetivo central, foi abandonado em favor de uma política destinada a conter a inflação sem medir as consequências para o emprego. A taxa real de juro, que com frequência fora negativa durante o surto inflacionário de dois dígitos dos anos 1970, tornou-se positiva por ordem do Federal Reserve.

Combinada com essa nova política econômica, a hiperfinanceirazação foi um aspecto fundamental. A partir da obra de Henri Bourguinat, *Finance internationale* [*Finanças internacionais*], na qual é feita uma análise detalhada do processo de financeirização global, a explicação de François Chesnais (2005) sobre os três "D" — desregulamentação, descompartimentalização e desintermediação — fornece uma visão dos mecanismos que geraram a enorme massa de capital financeiro. Mais importante, no que tange às crises, foi a criação de uma vasta quantidade de capital fictício, o que inevitavelmente resultou no estouro de "bolhas". A questão central era determinar onde esse processo de

superprodução e sobreacumulação de capitais se manifestaria, causando um desequilíbrio sistêmico no sistema financeiro.

O entendimento das operações do sistema financeiro, e como suas desregulamentações e descompartimentalizações atuam — com variações em diferentes países — pode ser aprofundado em investigações mais extensas. O ponto essencial para nossa análise, entretanto, é reconhecer a inter-relação global entre a crise da queda da taxa de lucro, caracterizada como uma crise da economia produtiva, e os mecanismos de financeirização que surgiram em resposta a essa crise. Essa dinâmica irracional de hiperfinanceirazação do capital foi um dos fatores principais para compreendermos a gênese da crise de 2008.

Do ponto de vista do mundo do trabalho, a reestruturação neoliberal foi construída sobre uma ofensiva implacável do capital contra o trabalho. O fordismo deu lugar ao toyotismo e à acumulação flexível, permitindo ao capital adaptar-se às novas condições econômicas com o objetivo de reverter a queda das taxas de lucro revelada na crise dos anos 1970. Mecanismos como terceirização, jornadas flexíveis e aumento da intensidade do trabalho, combinados com a degradação de direitos historicamente conquistados, ampliaram a exploração da classe trabalhadora, ao mesmo tempo que as organizações sindicais eram enfraquecidas.

Essa reestruturação produtiva foi coordenada pelo capital financeiro, que articulava a produção entre as potências industriais e os países dependentes, onde a exploração dos trabalhadores atingia níveis intensos e desumanos. A deslocalização da produção e a globalização da economia tornaram-se ferramentas fundamentais da dominação neoliberal, aprofundando as desigualdades globais e ampliando as disparidades entre os países do "centro" e da "periferia".

Combinado com o aspecto do trabalho, conforme indicamos plano internacional, outra característica marcante da "nova idade das trevas" conservadora foi a derrota imposta à classe trabalhadora em seu último período de ascensão, particularmente na forma das políticas neoliberais de Reagan e Thatcher, que

visavam desmantelar a resistência no movimento operário. Matías Maiello e Emilio Albamonte (2011, p. 13) sintetizam essa fase como uma etapa de "restauração burguesa".

> Essa ofensiva reacionária, que foi batizada de "neoliberalismo", se expressou num primeiro momento nos países imperialistas, a partir da entrada de Reagan no governo dos Estados Unidos e de Thatcher na Grã Bretanha, mediante a implementação de uma série de "contrarreformas" econômicas, sociais e políticas, com o objetivo de reverter as conquistas obtidas pelo movimento operário durante os anos de *boom*, sob as bandeiras do livre mercado para garantir os lucros capitalistas. Depois se estendeu aos países semicoloniais mediante o chamado "Consenso de Washington", e teve sua expressão nos ex-Estados operários burocratizados pela via da restauração do capitalismo, ainda que [...] com diferentes consequências na União Soviética com relação à China

Essa etapa foi marcada pela restauração capitalista na União Soviética e pela queda do Muro de Berlim, eventos de grande relevância histórica que redefiniram a geopolítica internacional e abriram caminho para a disseminação das políticas neoliberais. No entanto, é igualmente importante ressaltar a abertura capitalista da economia na China, que teve início em 1978 com as reformas econômicas de Deng Xiaoping e se intensificou em 1989, após a repressão sangrenta das manifestações na Praça de Tian'anmen. Esses acontecimentos representaram um novo e vasto nicho de acumulação capitalista, dando fôlego adicional ao capitalismo global e consolidando o neoliberalismo.

Isso implicava na exploração dos países dependentes e semicoloniais, tanto por meio da extração de mais-valor quanto pelo controle político das elites locais. As instituições internacionais atuavam como instrumentos da política imperialista, assegurando o domínio dos mercados globais em favor das potências capitalistas centrais.

Os custos desse processo foram frequentemente severos, levando a crises profundas em várias regiões do mundo, como a Ásia e a América Latina nas décadas de 1990 e 2000. A lógica do imperialismo neoliberal baseava-se na imposição de preços baixos aos recursos naturais e na extração de excedentes, aprofundando a dependência econômica e política dos países periféricos.

O neoliberalismo revelou-se uma tentativa de revitalizar o capitalismo após a crise dos anos 1970. Com o capital financeiro como predominante nesse processo, uma combinação de políticas de austeridade, hiperfinanceirização e reestruturação produtiva global foi implementada, descarregando o peso da crise sobre os trabalhadores e concentrando a riqueza nas mãos das elites.

A crise de 2008 e a clivagem na dinâmica internacional

O ponto de clivagem no padrão de acumulação que emergiu com o neoliberalismo globalmente se deu com a crise de 2008[2]. Tal crise colocou em xeque a dinâmica internacional que vinha se desenvolvendo desde os anos 1980, que tinha como eixo políticas econômicas ditadas pelo *Consenso de Washington*, com hegemonia geopolítica dos Estados Unidos, numa geopolítica focalizada no Oriente Médio, mas baseada nos acordos dos organismos internacionais (como G-20, G-7, ONU, OTAN, OMC, OCDE, FMI, Banco Mundial etc), e com uma reestruturação produtiva ofensiva contra o mundo do trabalho. Tudo isso baseado em certo equilíbrio do EUA como grande comprador e a China como fábrica do mundo.

Foi precisamente essa dinâmica que foi afetada pelos efeitos da *Grande Recessão* de 2009. Ela pode ser caracterizada por um primeiro período de forte recessão global, afetando as principais potências econômicas, seguido por uma dinâmica em que os efeitos da crise se manifestaram de maneiras distintas. Nesse segundo momento, o

[2] Para uma análise mais detida sobre a temática, recomendamos nosso livro, cuja referência é TONELO, Iuri. No entanto, ela se move. A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

capital buscou diversas estratégias para lidar com a crise, deslocando o centro dos impactos para economias avançadas mais frágeis, mercados emergentes e regiões do Sul global. Entre as respostas adotadas, destacam-se planos de austeridade, ajustes fiscais, reformas (como as trabalhistas e previdenciárias) e a intensificação da subordinação dos países da periferia por meio da dívida pública. No entanto, essas medidas geraram consequências "adversas", incluindo o aumento de conflitos sociais, como os movimentos operários, da juventude e outras mobilizações sociais, além de implicações geopolíticas, especialmente na disputa tecnológica entre Estados Unidos e China e a subsequente guerra comercial. A interseção entre economia, política e transformações sociais ao longo desse período sugere que estamos vivenciando uma prolongada crise estrutural, que se expressa em múltiplas dimensões (econômica, política, geopolítica, ambiental e ideológica).

Uma das interpretações dessa clivagem esteve na obra de Gerard Dumenil e Dominique Levy, *A crise do neoliberalismo* (2014), percebendo que os efeitos da crise levaram a uma nova e mais complexa dinâmica. Ao invés de um arrefecimento das políticas econômicas neoliberais, o que certamente se colocou em xeque foi a dinâmica internacional da chamada "globalização". Nesse sentido, quando falamos em crise da globalização neoliberal[3], estamos levando em conta um processo de crise na forma da hegemonia norteamericana dessas décadas, ao padrão de acumulação realizado e a essa dada dinâmica internacional. Com isso, não estamos indicando que a bancarrota final do neoliberalismo e o conjunto de suas políticas, ou que os efeitos da crise levariam a uma reversão pela esquerda de sua dinâmica. Pelo contrário, a polarização política que se expressou, também como um de seus efeitos, fez emergir organizações política e expressões de extrema-direita, por vezes ultraliberais ou até mesmo fascistizantes.

[3] Em verdade, o fenômeno de fundo está em o que Françias Chesnais chamou de mundialização do capital. Mas usamos globalização neoliberal para remarcar os aspectos da dinâmica hegemonica que se instarou nos últimos anos.

Qual a importância de buscar dar contornos históricos para o fenômeno do neoliberalismo? Tem sido muito popularizadas as explicações foucaultianas[4] sobre o fenômeno do neoliberalismo, particularmente pela obra de Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Tal enfoque de análise aponta dimensões corretas do fenômeno, baseado nos estudos do ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo norteamericano, em especial o destaque para a lógica empresarial de se pensar a sociedade, entendendo o próprio indivíduo como um "empresário de si mesmo".

No entanto, a ênfase nos aspectos individuais na compreensão do neoliberalismo pode enfraquecer a compreensão do fenômeno em sua dimensão e determinações históricas. As consequências disso são, por um lado, perceber o neoliberalismo sempre se fortalecendo, a partir da análise das dimensões ideológicas do indivíduo e, como consequência disso, igualar o neoliberalismo com o capitalismo. Daqui que a ênfase de Dardot e Laval, em *A nova razão do mundo*, não compreendia a crise de 2008 como uma inflexão histórica na dinâmica do capitalismo, e cria obstáculos para compreender a emergência de movimentos de impacto internacional, como a *Primavera feminista* ou o *Black Lives Matter*, levantes e mobilizações da juventude (*indignados*, *ocuppy wall street*), rebeliões de massas em distintas partes do mundo, como contexto latinoamericano em 2019 (Chile, Colombia, Equador), processos de greve geral (com destaque para a francesa em 2023). São processos de mudança na consciência, que se não apontaram decididamente para revoluções sociais (fruto da herança de consciência neoliberal), não se pode dizer que estamos diante de uma mesma geração como a dos anos 1990. Além disso, a compreensão foucaultiana do neoliberalismo dificulta compreender também os fenômenos anti-globalistas pela direita, começando com a emergência de Donald Trump em 2016, e tendo

[4] Em geral relacionadas com o curso de Foucault de 1978-1979, em que o filósofo francês se detem sobre o fenômeno do neoliberalismo. Ver FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

como um dos últimos capítulos a vitória de Javier Milei. Combinam um "ultraliberalismo" com um discurso anticomunista e um retórica antissistêmica, nacionalista, protecionista antiglobalização, crítica da multilateralidade. Igualar a velha direita com a nova extrema-direita como "neoliberalismo" acaba por reduzir o potencial explicativo sobre os fenômenos.

Se tudo é neoliberalismo, nada é neoliberalismo. A chave de compreensão ao nosso ver está em não dissociar a análise do fenômeno tanto da economia e geopolítica internacionais, quanto dos processos de luta de classes. O triunfalismo neoliberal dos anos 1990, em que mesmo o "fim da história" (Fukoyama) foi colocado como fundamento de que atingimos o ponto de estabilidade econômica e social com o novo modelo, não teria sido possível de se pensar sem as batalhas de classe de Reagan contra os controladores de voo em 1981 ou Margareth Thatcher contra o mineiros da Inglaterra em 1984, e as subsequentes queda do muro de Berlim, restauração do capitalismo na URSS e abertura da economia chinesa com as *zonas econômicas especiais.*

Os efeitos da dinâmica internacional até a atualidade

Tendo isso em vista, vejamos mais detidamente os efeitos da crise de 2008 a partir dos eventos mais recentes. Depois dos efeitos da primeira década da crise, a entrada na segunda década do século XX continua reafirmando e aprofundando as mesmas tendências. Por um lado, a pandemia mundial, que trouxe não só as mazelas sociais, recessão econômica, aumento do desemprego e da miséria, crises políticas, mas colocou a humanidade diante de novas dificuldades, com o isolamento social e os sofrimentos psicológicos. Ainda que não vivenciamos uma depressão econômica ou uma guerra mundial, nesse período não deixou de se evidenciar que estávamos diante de um novo jogo das desigualdades, com o capitalismo mostrando sempre e a cada vez novas formas de expor suas contradições, aumentar a exploração e os sofrimentos das classes subalternas. Foi notável como as populações mais pobres

sofreram terrivelmente, desassistidas e desamparadas pelos governos, em particular no país de Bolsonaro, entregues ao azar da pandemia sem chances de se isolar, morando apertadas nas favelas ou palafitas na cidade, ou sofrendo com a fome e misérias do incremento da desigualdade. O Brasil atingiu a marca de dezenas de milhões de pessoas na fome.

"*Dadas tais condições, como esperar que a classe mais pobre possa ser sadia e viva mais tempo? Que mais esperar, senão uma enorme mortalidade, epidemias permanentes e um progressivo enfraquecimento físico da população operária?*", perguntava-se Friedrich Engels (2010) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, o que nos ajuda a perceber que a análise da pandemia não pode ser dissociada das precárias condições de vida e trabalho que a classe trabalhadora internacionalmente está submetida. Vale notar que já em pleno século XIX se poderia prever, dada essas circunstâncias, "epidemias permanentes". E em partes importantes do globo o atual grau de exploração do capitalismo do século XXI não deixa nada a desejar ao capitalismo do século XIX – basta ver um documentário como *Machines*, que trata das fábricas indianas na atualidade.

Ainda mais recentemente vimos outro acontecimento de alcance significativo, conforme apontamos na introdução desse artigo. O ano de 2022 ficará marcado pelo advento da guerra na Ucrânia, que embora não tenha atingido as dimensões de uma conflagração mundial, certamente envolveu atores políticos do mundo oriental e ocidental, incluindo as principais potências da Europa, os Estados Unidos e indiretamente a China, ainda que não de forma diretamente militar.

Do ponto de vista geopolítico, essa seja talvez a maior evidência da mudança da dinâmica internacional do capitalismo, com a tensão entre a Rússia e as potências ocidentais, explicitando a tensão profunda entre a nova localização da China buscando emergir como potência e os Estados Unidos. Essa tensão era uma maneira de perceber a transformação que Gérard Dúmenil e Dominique Lévy analisaram como crise do neoliberalismo, não no

sentido das políticas econômicas, fiscais, monetárias, privatizações, retiradas de direitos em âmbito nacional, mas da "globalização neoliberal", o conjunto de práticas que marcaram as décadas que seguiram aos anos 1980. Daqui o sentido de entender a queda de Lehman Brothers e a crise financeira como a "queda do muro de Wall Street" (MAIELLO, 2021) (para usar uma expressão do sociólogo argentino Matias Maiello), o que ficou mais evidente do que nunca na guerra da Ucrânia, com muitos analistas utilizando o termo *desglobalização*.

As novas tensões geopolíticas não se expressam apenas no jogo entre os Estados nas alturas. As consequências invadem a esfera da economia, com efeitos de crise energética na Europa e ameaças de recessão (que também afeta outras potências e países), e um aumento expressivo da inflação em âmbito internacional, com importantes consequências sociais.

E um novo determinante tem se entrelaçado com os efeitos da guerra: a crise climática. Parecem cenas de filme, mas é a Europa vivenciando mais de 1,7 mil mortes por conta do calor em meados de 2022, além da seca e falta e energia que resultaram nas ilustrativas imagens na bacia do Elba, rio que nasce na República Tcheca e passa pela Alemanha, onde foi encontrada a inscrição de 1616, em alemão, que dizia *wenn du mich siehst, dann weine*, que pode ser traduzido por "Quando me ver, chore". E se as temperaturas atingiram os 41º graus em partes da Europa, era de se esperar que o frio fosse terrível para a população trabalhadora, que sofreu com as consequências da crise energética, e levou a Alemanha e outros falsos paladinos da energia verde a reabilitar sua produção de carvão (e a França a reativar reatores nucleares), com um crescimento das emissões de carbono em 0,9% em 2022, segundo dados da Agência Internacional de Energia, ou seja, a crise climática vem se expressando e as consequências da guerra só estão a agravando.

E nesse contexto a extrema-direita emergiu fruto das consequências e transformações internacionais a partir da crise de 2008 personalizada em Donald Trump e na América Latina em Jair

Bolsonaro e Javier Milei. Essa ascensão da extrema-direita não é por acaso. Trata-se da experiência de disputa das formas de amplificar as contrarreformas e retiradas de direitos dos trabalhadores e a juventude nos distintos países em meio à crise. Tratando dos mais afetados pela crise, é especialmente notável compreender que uma grande mudança na dinâmica do capital não poderia deixar de afetar o mundo do trabalho e as classes subalternas.

Nesse sentido, importante frisar que a crise de 2008 provocou uma ofensiva do capital contra o mundo do trabalho que não pode ser considerada meramente como uma repetição das mesmas estratégias implementadas nos anos 1990. Se na era da *acumulação flexível*, termos do David Harvey, e da *mundialização do capital*, termos de François Chesnais, os anos de globalização neoliberal significaram um avanço de exploração com a implementação da *terceirização* do trabalho, com retirada de direitos, intensificação, rotatividade, instabilidade, bancos de horas e outros mecanismos neoliberais para recompor suas taxas de lucro, a crise de 2008 mostrou que se o assunto é aprofundar a precarização do trabalho o capital é um feiticeiro atroz sempre disposto a novos truques.

De forma sintética, podemos dizer que a Grande Recessão expressou a combinação de três grandes determinantes internacionais no mundo do trabalho. De um lado, uma grande propaganda na Alemanha de uma indústria 4.0 em 2011, com objetivos de angariar investimentos em meio à crise, vendendo promessas de novos incrementos da robótica, inteligência artificial, internet das coisas, nanotecnologias, impressão 3D e outros recursos que levariam a uma fusão do mundo material, digital e biológico, reafirmando uma nova era de "fim do trabalho". Efetivamente, como nas demais reestruturações produtivas (fordismo e toyotismo), a transformação se inicia na fábrica (TONELO, 2023). O resultado, indo além do apologismo tecnológico[5], era novas formas de exploração do trabalho por

5 Essa versão apologética pode ser encontrada em: SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

tecnologias de *big data*, gerando padrões e tendências no trabalho, permitindo maior vigilância e controle laborais de cada passo do trabalhador no interior da fábrica (chegando ao caso inclusive de trabalhadores com exoesqueletos que permitem que se controle até os movimentos corporais, calcule a força empregada em cada etapa etc.) (CARREIRA, 2024).

Além disso, no contexto da crise, com o aumento do exército industrial de reserva mesmo em países europeus e nos Estados Unidos, utilizou-se do discurso ecológico para promover a chamada *share economy*, economias de compartilhamento, que tinha o intuito de "compartilhar os produtos e diminuir o consumo". Resultou em empresas de compartilhamento de transportes, e com a *expertise* burguesa convencional pouco a pouco pensou-se que poderia ir criando uma empresa completa, com trabalhadores ligados a ela, trabalhando o dia inteiro para aumentar seus rendimentos, mas, por estar em uma "nova modalidade de compartilhamento", serem apenas "prestadores de serviços", "empreendedores de si mesmos", em suma, trabalhadores de uma empresa que não era de taxi, não possuía legislação trabalhista. Outro componente da fórmula da uberização do trabalho (SLEE, 2017).

Por fim, para conseguir fundir as novas tecnologias de controle do trabalho e utilizar os espaços de burlar a legislação trabalhista com as economias de compartilhamento, o passo derradeiro foi a formação de uma economia com trabalho sob demanda pelas plataformas digitais, possibilitando vincular o trabalho aos aplicativos e *smartphones*, consumando as tendências do *capitalismo de plataforma* e a *uberização do trabalho*. Nesse sentido, as mudanças advindas da crise de 2008 lançam luz sobre esse novo mundo do trabalho que surge como parte de um fenômeno internacional e subproduto da crise, portanto, auxiliam a compreender o fenômeno de *uma reestruturação produtiva em curso*

pós-2008, que terá como fatores decisivos de resolução o próprio enfrentamento entre o capital e trabalho[6].

Para o tema que estamos abordando, é importante remarcar que essa nova reestruturação se da num contexto de tendências a arrefecer, ou mesmo alterar, o movimento de deslocalização produtiva advindo dos anos de acumulação flexível do auge do neoliberalismo, uma vez que agora pesa o contexto de movimentos protecionistas, guerras comerciais e tecnológicas. Não por um acaso o *slogan* de Trump foi *American first*, e uma das promessas importantes para sua emergência era trazer os empregos de volta aos Estados Unidos.

Essas transformações não poderiam deixar de trazer novidades para os processos de luta. E assim que a nova melodia advinda da exploração do trabalho e da reestruturação produtiva, num mundo de nova recessão e tensões geopolíticas, não poderia ser de uma nova estabilidade. As classes subalternas, sobretudo a juventude trabalhadora, foram lançadas no palco da crise de 2008 para encenar uma peça para a qual não estavam preparada. Os longos anos de *sono dogmático neoliberal* das direções e organizações políticas, dos trabalhadores e a juventude, teve como consequência de uma enorme debilidade programática e estratégica, para a qual as novas organizações reformistas, neorreformistas e os ditos "partidos amplos" não foram alternativas.

Mas isso não significou que as massas não se apresentaram; elas não estagnaram e não se intimidaram diante do mundo que se abria pós-2008. Conforme já elencamos em tópico anterior, mas para desenvolver mais a ideia, a classe operária fez primeiras demonstrações de combate, com uma força expressiva na Grécia, com dezenas de greves gerais na Europa contra os planos de austeridade já a partir de 2009. Processos verdadeiramente massivos ocorreram onde não se esperava, começando pela

6 Para um desenvolvimento mais detido dessa tese, ver TONELO, Iuri. **Uma nova reestruturação produtiva pós-2008**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 99-120

Primavera Árabe em 2010 e 2011. Transladaram-se para a luta da juventude no movimento dos *indignados* espanhóis, o *Ocuppy wall street*, as lutas da juventude chilena, as jornadas de junho de 2013 no Brasil, o movimento *Rodhes must fall* na África do Sul em 2015, os guarda-chuvas amarelos em Hong Kong. Com uma juventude se levantando, chacoalhou-se os aspectos culturais, os usos e costumes do neoliberalismo. Vimos uma grande primavera feminista invadir os 8 de março e promover manifestações internacionais, com destaque para a *Maré verde* na Argentina; vimos uma resistência do povo negro em relação a violência policial no coração do imperialismo, nos Estados Unidos; vimos uma transformação na sexualidade de uma geração e incremento da luta LGBTQIAP+, uma juventude fazendo seus primeiros exercícios nas ruas contra as consequências climáticas e a catástrofe ambiental que o capitalismo tem conduzido.

Mas, parafraseando Marx, podemos dizer que *precisamente quando parecem empenhados em revolucionar a si mesmos e às coisas, em criar algo que jamais existiu*, foi o momento em que o peso de 30 anos sem revoluções, o peso do neoliberalismo que moldou a subjetividade de uma geração e da esquerda internacionalmente, incidiu decisivamente nas grandes dificuldades dos movimentos de passarem de protestos a mobilizações sociais organizadas com claro norte anticapitalista.

Isso é especialmente notável quando vemos que o desenvolvimento mais recente evidencia o mesmo, mas agora colocando o problema de rebeliões se tornarem revoluções (MAIELLO, 2021). Mobilizações iniciados na França em 2016 com os chamados "coletes amarelos" e inclusive a entrada dos trabalhadores contra a reforma trabalhista (como pontos importantes de inflexão), ganharam contornos de massa em 2019 nos processos latino-americanos do Equador, Chile, Colômbia, Haiti, uma onda de rebeliões tornou a América Latina um caldeirão de lutas – inclusive com expressões exemplares de auto-organização da classe, como foi o comitê de emergência e resguardo em Antofagasta no Chile no interior da rebelião.

Exemplo como esse tem uma importância significativa na medida em que as rebeliões reascendem a necessidade do combate as burocracias sindicais, direções encasteladas nos sindicatos que mais uma vez atuaram sistematicamente contra a ação das massas e da organização dos trabalhadores nos distintos processos.

Não foi um acaso latino-americano. Vimos outras expressões de luta na África, no Oriente Médio, na Europa. Mas vale destacar em particular o caso norteamericano, pois não vimos apenas a entrada massiva da juventude, com negros na vanguarda num dos maiores protestos de rua da história do Estados Unidos, com o *Black Lives Matter* (TAYLOR, 2017), enfrentando o governo Trump, o que já é algo ilustrativo do nosso tempo e quais desafios a esquerda deve se colocar. É especialmente significativo que as consequências desse grande movimento (e das greves que ocorreu no movimento operário norte-americano durante o período), entre outros fatores, tenham gerado uma onda de sindicalização nos Estados Unidos, o que nos jornais tem sido chamado de *geração U*, do termo inglês *Union*, a geração dos sindicatos. E enquanto o bilionário Jeff Bezos viajava para o espaço, os jovens da *Amazon* conseguiram depois de várias batalhas imporem o primeiro sindicato da empresa.

Certamente os processos que ocorreram na França nesse início de 2023 deixaram uma marca significativa também (CHINGO, 2023). No mês de março os trabalhadores protagonizaram greves gerais históricas como não se via a décadas no país, com uma importante entrada em cena dos trabalhadores, uma inflexão que certamente deixará ressonâncias naquele país e nos trabalhadores de toda a Europa e o mundo. Volta ao imaginário internacional a ação das massas a partir das greves gerais, e de concentrações operárias importantes com forte protagonismo.

Quem olha os anos de desdobramento do pós-2008 não pode deixar de enxergar que a polarização que se expressa na realidade, seja no estancamento econômico, nas tensões geopolíticas, nos conflitos, nas expressões ideológicas e políticas, tem tido certa sistematicidade, apontam para turbulências maiores, e deve levar

os atores políticos a repensarem sua atuação em função disso. Resta ainda destacar um aspecto: as alternativas políticas.

É evidente que todos esses determinantes tenderiam a afetar a forma de construir a hegemonia do capital nos distintos países do globo nessa nova dinâmica capitalista. Daqui que a crise de hegemonia, e particularmente uma crise de representatividade, afetou o extremo centro político. Isso tem sido sistematicamente debatido pelas classes dominantes, sobretudo na principal consequência disso: a emergência de uma extrema-direita internacional. A consistência do fenômeno ainda não está clara, e sem hiperdimensionar, o mais importante agora é compreender que em alguns países os logros que teve a extrema-direita estiveram colocados no fato de que explicitaram, sem mediações, seu programa reacionário e seus meios estratégicos – se apresentam como antissistêmicos. Ainda que naturalmente uma parte da tendência vá se integrando ao regime e perdendo essa localização - nas distintas variantes o que se mantém é serem a ala reacionária do programa de intensificar a exploração do trabalho, com retórica nacionalista.

Isso para dar um panorama das distintas transformações internacionais advindas da crise financeira e de como ela afeta a dinâmica anterior internacional do neoliberalismo como fenômeno histórico. Em forma conclusiva, o que buscamos indicar é que a globalização neoliberal dos anos 1990 imprimia uma dinâmica própria ao capitalismo internacional, que incluía um padrão de acumulação e retomada das taxas de lucro baseado na ofensiva internacional do capital contra o trabalho (reestruturação produtiva) e nos novos nichos de acumulação com a restauração do capitalismo nos países do antigo bloco soviético (além da abertura chinesa). Isso gerou décadas de estabilidade, com uma ofensiva ideológica de um triunfalismo neoliberal, afastando qualquer ideia no sentido da revolução social. A crise de 2008 colocou em xeque esse ordenamento, recolocando o problema da recessão e do estancamento econômico, tensionando a geopolítica mundial (que inclui a ascensão da China na disputa), evidenciadas na guerra da

Ucrânia e no genocídio da Palestina. Implementou novas formas de espoliação laboral, com a uberização como aspecto novo, fazendo emergir tendências mais agressivas do capital, com uma extrema-direita internacional como sua nova fachada. Ao mesmo tempo, implicou em novas formas de resistência, da juventude, do movimento operário, das mulheres, negros, LGBTs+, indígenas, reaparecendo no cenário internacional mobilizações de massas, greves gerais, rebeliões. Distanciando-se do mundo de "globalização" e "fim da história", vivemos tempos mais conflituosos, de polarização, protecionismo e revoltas.

Com essas mobilizações, pouco a pouco as novas gerações vão se chacoalhando e criando caminhos para se liberar do velho sono dogmático neoliberal. Esse é um dos grandes desafios de nossos tempos: conectar a dimensão subjetiva, a classe trabalhadora e a juventude, com os desafios de um mundo turbulento que se abre no cenário internacional, e que só pode implicar em soluções que apontem para além do capital.

Referencias

ALBAMONTE, Emílio; MAIELLO, Matías. **Nos limites da restauração burguesa**. *Revista Estratégia Internacional*, São Paulo: Iskra, n. 5, jul. 201

CARREIRA, Gabriel Fardin Nogueira. Jeep de Goiana (PE) um monstro inteligente. Indústria 4.0, inteligência artificial, automação ciber-física e extração de mais-valor na smartfactory mais moderna do Brasil. 2024. Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. Tradução de Paulo Nakatami Rosa Marques. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHINGO, Juan. França: do "momento" Berger ao "momento" pré-revolucionário. **Ideias de Esquerda**. Esquerda Diário, 19 mar. 2023

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 138.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. xSão Paulo: Boitempo, 2016.

MAIELLO, Matías. **De la movilización a la revolución**. Buenos Aires: Ediciones IPS, 2021.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

STIGLITZ, Joseph. **El consenso post-consenso de Washington**, 2004. Disponível em: https://www.almendron.com/politica/pdf/2005/reAexion/reAexion_0764.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

TAYLOR, Keaanga-Tamahtta. **Un destello de libertad: de #Blacklivesmatter a la liberación negra**. Tradução de Ezequiel Gatto. Madri: Traficantes de Sueños, 2017.

TONELO, Iuri. Beyond Fragmentation: Challenges of the World of Work in the Face of Ongoing Productive Restructuring. **Global Journal of Human-Social Science**, *[S. l.]*, v. 23, n. C6, p. 1–9, 2023. DOI: 10.34257/GJHSSCVOL23IS6PG1. Disponível em: https://so

cialscienceresearch.org/index.php/GJHSS/article/view/103881. Acesso em: 10 sep. 2024.

TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move. A crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

TONELO, Iuri. **Uma nova reestruturação produtiva pós-2008**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 99-120.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform**. In: WILLIAMSON, John (org.). *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?* Washington: Institute for International Economics, 1990.

O livro é fruto do curso "pensamento crítico acerca do neoliberalismo" e é composto por artigos de diversos pesquisadores que se dedicam a compreender de forma crítica as formas de efetivação e as consequências do neoliberalismo, em particular em suas manifestações políticas. Para além de discussões teóricas, a compreensão do neoliberalismo pressupõe criar possibilidades para a organização da classe trabalhadora frente ao avanço das formas de exploração capitalista. Em outras palavras, longe de ser uma abstração, o neoliberalismo é sentido na pele de todos aqueles que vendem sua força de trabalho e estão sujeitos a uma sociabilidade cada vez mais precarizada. O livro em questão busca oferecer ferramentas para que possamos pensar em formas de superar o neoliberalismo e, consequentemente, o capitalismo.

CAPES

PPGH unioeste PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

Pedro & João Editores
pedroejoaoeditores.com.br

ISBN 978-65-265-1781-9